

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

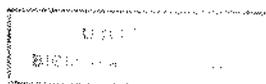
**A QUESTÃO AMBIENTAL E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

(O Movimento contra a usina termoeétrica em Mogi Guaçu/S.P.)

**Reinaldo Dias**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Ciência Política sob  
a orientação do  
Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

**Campinas**  
**1995**



Reinaldo Dias

A QUESTÃO AMBIENTAL E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA  
(O movimento contra a usina termoeétrica em Mogi Guaçu/S.P.)

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Departamento  
de Ciência Política do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação do  
Prof.Dr. Shiguenoli Miyamoto.

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
09/06/95.

Banca:

Prof.Dr. Shiguenoli Miyamoto

Prof.a.Dra. Leilda da Costa Ferreira

Prof.Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira

*Shiguenoli Miyamoto*  
*Leilda da Costa Ferreira*  
*Eliézer Rizzo de Oliveira*

Junho/1995

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Dias, Reinaldo

D543q A questão ambiental e o exercício da cidadania(o movimento contra a usina termoeletrica em Mogi Guaçu / SP) / Reinaldo Dias. - - Campinas, SP : [s.n.], 1995.

Orientador: Shiguenoli Miyamoto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Meio ambiente. 2. Cidadania. 3. Política ambiental. 4. Movimentos sociais. 5. Ecologia. I. Miyamoto, Shiguenoli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Aos meus pais, pela firmeza e  
convicção com que criaram  
os filhos, mercê de todas as  
dificuldades que passamos.

À Cristina, Rodrigo, Renato e Ricardo  
pelo carinho, amor e respeito com que  
é pautada nossa convivência.

## Agradecimentos

À Profa. Leila Ferreira pela acolhida inicial do projeto e pelas oportunas considerações no texto e que permitiram aprimorar o trabalho.

Ao prof. Eliézer Rizzo de Oliveira, de quem tenho a honra de privar antiga amizade, agradeço a leitura meticulosa e pontual desta dissertação.

Ao meu orientador e novo amigo, Prof. Shiguenoli Miyamoto, tenho profunda gratidão pelo resultado do trabalho. Sua atenção e disciplina na orientação foram fundamentais para o meu desempenho. Espero que outros, com a mesma ansiedade e vontade que tive, tenham a felicidade de tê-lo como orientador.

À minha esposa e companheira agradeço, o incentivo, e as várias e pacientes leituras dos originais.

Considera a importancia do papel desempenhado por técnicos e intelectuais ligados a universidades, particularmente à Unicamp, no esclarecimento dos processos envolvidos na construção e operação de uma termoeletrica.

A cidadania ativa tem após a Constituição uma maior importância nas decisões ao nível municipal, particularmente naquelas que podem afetar o meio ambiente.

A consolidação da cidadania, através da compreensão cada vez maior dos direitos ambientais como fundamentais para a vida, traz como efeito imediato uma maior fiscalização dos atos do Poder Público.

Os órgãos públicos de sua parte submetem-se cada vez mais à essa imposição social, de respeitar o meio ambiente, devido ao aumento da participação do cidadão comum.

## RESUMO

O trabalho analisa a relação entre o exercício da cidadania e a questão ambiental, levando em consideração os novos direitos - ambientais e de participação popular - incluídos na Constituição Federal de 1988, nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais.

Trata-se de um estudo de caso acerca de um movimento contra a tentativa de implantação de uma usina termoelétrica em Mogi Guaçu, ocorrido durante os anos de 1992 a 1993.

O movimento permitiu a abordagem de alguns temas, como, a participação, a articulação extra-institucional e institucional, a utilização da democracia direta e o papel das questões ambientais na construção de uma cidadania ativa.

Discute a problemática ambiental como fator indissociável do conceito de cidadania. Na medida que o direito ambiental coloca para o seu efetivo exercício uma contrapartida em deveres. Deixa implícita a importância de uma permanente vigilância às condições ambientais por parte dos cidadãos.

Coloca a importância da existência de agentes ambientalmente motivados - entidades e indivíduos - como indutores de uma ação popular em defesa dos novos direitos.

Fica demonstrado no texto as tentativas de cooptação de lideranças ambientalistas por parte da Cesp e dos que eram favoráveis ao empreendimento.

## SUMÁRIO

Introdução.....	03
<b>Capítulo I - A Opção Termoelétrica</b>	
1.1- Histórico.....	14
1.2- O caso de Paulínia.....	17
1.2.1- A Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira de Cima.....	22
1.3- A opção Mogi Guaçu.....	24
<b>Capítulo II - A especificidade do movimento em Mogi Guaçu</b>	
2.1- Algumas particularidades.....	28
2.2- A Poluição local.....	29
2.3- Características do movimento contra a usina...35	
2.4- A iniciativa popular. A cidadania ativa.....	42
<b>Capítulo III - O exercício da cidadania</b>	
3.1- Os novos direitos.....	46
3.2- Os atôres e a ação.....	54
3.3- O ambientalismo.....	67

**Capítulo IV - O poder político local**

- 4.1- Executivo e Legislativo.....74  
4.2- As lideranças políticas.....76

**Capítulo V - O Processo Político**

- 5.1- O processo de implantação.....81  
5.2- O início.....84  
5.3- O ano seguinte, logo após a posse dos eleitos....91  
5.4- A viagem ao Japão.....100  
5.5- O projeto de iniciativa popular.....108

Conclusões.....117

Anexos.....123

Entrevistas realizadas.....110

Periódicos consultados.....112

Bibliografia citada.....112

Abstract.....149

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estabelecer a relação entre a extensão da cidadania e a ação social empreendida por um movimento ambientalmente mobilizado. É resultado de um estudo de caso do movimento ocorrido entre novembro de 1992 e setembro de 1993, aproximadamente, e que buscava impedir a construção de uma usina termoeletrica na cidade de Mogi Guaçu, São Paulo.

O movimento teve importante correlação com as modificações ocorridas na Constituição Federal de 1988, e nas subsequentes Constituições Estaduais, bem como nas Leis Orgânicas, possibilitando a ação do cidadão comum na consolidação dos novos direitos adquiridos.

A inclusão desses novos direitos ambientais e do exercício da democracia direta é parte importante deste nosso trabalho. Tentamos demonstrar que os novos direitos obtidos pela população incorporaram-se de fato como uma extensão da cidadania, a partir de ações concretas na defesa desses direitos, quando ameaçados.

Demonstramos também o papel significativo dos agentes e entidades ambientalistas, como indutores de um processo de conscientização e de mobilização no resguardo de direitos recém-adquiridos, conseqüentemente consolidando a extensão da cidadania proporcionada pelas modificações constitucionais.

Do mesmo modo, apresentamos a dificuldade cada vez maior que terão os órgãos do poder público, de imporem

projetos políticos que afetem o meio ambiente, à população sem levarem em conta sua opinião, e, particularmente a dos setores identificados com a defesa da qualidade de vida.

Nosso trabalho destaca a perfeita sincronia entre as ações institucionais( realizadas pela Câmara de Vereadores ou pelas Câmaras, se incluirmos Mogi Mirim) e as extra-institucionais, levadas a cabo durante o período de duração do movimento.

Considerando tratar-se de um acontecimento bastante recente, onde as paixões se exacerbaram, procuramos na redação final do trabalho dotá-lo da maior objetividade possível, privilegiando as informações veiculadas pela imprensa local e regional. Nesse sentido, procuramos evitar registrar informações fornecidas nas entrevistas, que não estivessem respaldadas em outras, veiculadas pela imprensa ou através de documentos.

Nossa preocupação teve motivação semelhante à revelada por Tonella em recente trabalho onde afirma que,

*"o exercício da análise política torna-se quase que um trabalho de detetive devido à falta de transparência no jogo político, já que muito do que ocorre nos bastidores da vida pública, em qualquer nível - apoio de grupos econômicos, alianças, etc. - acaba por não ser documentado e comprovado, e o pesquisador se vê limitado aos elementos que são Públicos"(Tonella,1991:155).*

Em nosso caso, devido à condição de termos exercido cargos públicos na região, houve uma certa facilidade na obtenção de informações e documentos. Por outro lado, essa condição reforça a responsabilidade e acentua a necessidade de maior objetividade possível, além de cuidadosa disposição das informações obtidas.

Os entrevistados forneceram valiosas informações que permitiram construir um quadro dos interesses em jogo, infelizmente muitas delas não pudemos utilizar por faltarem o comprobatório documental ou necessitarem de um maior trabalho de investigação num viés de pesquisa que não era o nosso.

Particularmente gostaria de citar, para que outros pesquisadores aprofundem o tema, a disputa existente entre técnicos da própria Cesp e que conforme indicações de vários funcionários, contribuiu para o fortalecimento da opção termoelétrica dentro da Companhia.

De acordo com essas fontes, há um controle muito grande dos técnicos da área de engenharia, denominados internamente de "*barrageiros*", nas decisões tomadas pela Estatal. Esses funcionários detem o conhecimento de técnicas específicas para a construção de barragens das centrais hidroelétricas no Estado de São Paulo, e seriam refratários à introdução de novas tecnologias de produção de energia elétrica, pois perderiam o poder que possuem ao monopolizarem o saber tecnológico de construção das hidroelétricas.

Esses setores se identificariam com um poderoso "*lobby*" de empreiteiras que se especializaram e monopolizaram na prática, a construção dessas hidrelétricas nos últimos anos.

A opção termoelétrica dentro da Estatal estaria sendo defendida por técnicos mais ligados à área de planejamento e que a estariam vendo como uma alternativa para romper a hegemonia dos "*barrageiros*" dentro da Cesp, diminuindo o poder de barganha das

empreiteiras que não detem tecnologia para a construção das usinas.

Num relatório apresentado em 1991, aparece essa disputa como parte dos problemas da Cesp na tentativa de implantação das usinas termoelétricas.

*"a empresa tem forte tradição em geração de energia hidráulica e, é natural e previsível, que esta postura corporativa redunde em estranheza frente à idéia de implementação de uma unidade de geração termelétrica. Quando dirigentes da empresa revelam publicamente o dissenso interno existente, o sentimento coletivo de rejeição é legitimado, emerge dos poros da organização e ganha o público externo.*

*Portanto, não só o discurso de oposição externa encontra eco no âmbito organizacional, mas, boa parte da oposição emerge da própria empresa."*<sup>1</sup>

Como não é objetivo de nosso trabalho um estudo da Estatal propriamente dita, e sim de suas ações e seus reflexos na sociedade, mencionamos a existência de disputa interna dentro da Cesp. Primeiro para que se compreenda que o problema de busca alternativa de produção de energia elétrica é mais complexo do que parece e atinge interesses há muito estabelecidos, e em segundo para que nossa iniciativa sirva à que outros enveredem por esse campo de pesquisa.

Quanto ao Município referência de nosso estudo, Mogi Guaçu, localiza-se a 167 quilômetros ao norte da capital, São Paulo e na região administrativa de Campinas. Tem população de

---

<sup>1</sup>Documento Cesp. "Síntese do relatório apresentado pela ACQUATERRA - Planejamento e consultoria S.C.L." outubro/1991. p.03.

106.848 habitantes, de acordo com o censo de 1991 do IBGE, e taxa de urbanização de 93,08%.

Estaremos nos referindo constantemente ao Município vizinho, Mogi Mirim. Isto se justifica pelo fato das duas cidades terem um alto grau de conurbação, existindo uma perfeita continuidade urbanística. Essa característica, como veremos, fez com que o movimento em Mogi Mirim tivesse mais vigor, pois segundo vários depoimentos, a cidade não teria os benefícios da instalação de uma usina termelétrica - impostos - ficando tão somente com os problemas - poluição.

A própria Comissão Regional de Luta Contra a Termoelétrica, era constituída majoritariamente por cidadãos de Mogi Mirim, que através dela atuavam em Mogi Guaçu.

O Município de Mogi Mirim tem população menor, 64.523 habitantes, e também uma alta taxa de urbanização, 90,60%.

Nos dois Municípios a maior parte da mão-de-obra está empregada na indústria e permanecem com uma produção agrícola significativa. "O Município de Mogi Guaçu é o maior produtor de horticultura do Estado, sem considerar as culturas de laranja, cana e cereais."<sup>2</sup>

O setor secundário da economia é o maior empregador da região(65%), seguido do terciário(25%) e do primário(10%)<sup>3</sup>, comparando-se com os dados do censo econômico do IBGE, de 1985, nota-se que houve um crescimento da mão-de-

---

<sup>2</sup>A Comarca - 03/04/93.

<sup>3</sup>Os dados foram obtidos junto à Divisão de Planejamento da Prefeitura de Mogi Mirim, e compreende o ano de 1992.

obra empregada na indústria, mantendo-se constante a do setor terciário e decrescendo o emprego agrícola, conforme mostra a tabela:

Emprego de mão de obra na região de Mogi(em %) <sup>4</sup>		
setor da economia	1985	1992
primário	28,36	10
secundário	50,25	65
terciário	24,43	25

O anexo I, fornece um quadro bastante claro da evolução na economia da região, demonstrando o crescimento de estabelecimentos industriais de 1985 a 1991.

Do ponto de vista industrial, o maior empregador da região é a Champion Papel e Celulose, multinacional subsidiária da Champion International Corporation, que se instalou no Município de Mogi Guaçu em 1959.

A atividade mais tradicional no entanto, é a indústria ceramista, que vem diminuindo suas atividades. As que permanecem em atividade, estão modernizando seus processos industriais com redução de mão de obra.

Há cerca de 15/20 anos a região de Mogi era um dos maiores centros produtores de cerâmica do país. Com a crise econômica brasileira dos anos 80, sofreram um processo de reestruturação que implicou no fechamento de algumas empresas e a modernização das que restaram.

<sup>4</sup>Os dados de 1985 são do Censo Econômico do IBGE, e de 1992 foram fornecidos pela Divisão de Planejamento da Prefeitura de Mogi Mirim através do sociólogo Norberto Francisco Marques.

Outras atividades industriais importantes da região são: as de autopeças, com 3 grandes emprêsas - Monroe do Brasil, Mahle e Metalúrgica Mogi-Guaçu; as de móveis de aço, com um grande número de emprêsas de capital nacional e na sua maioria de pequeno porte; as de calçados, com duas fábricas - São Paulo Alpargatas, que emprega 2300 funcionários e a SAAD; as de processamento de alimentos - Refinações de Milho Brazil, Cervejaria Kaiser, Frigo Prata e duas emprêsas processadoras de cana-de-açúcar.

No setor agrícola, o produto mais cultivado na região é o "citrus", principalmente a laranja. O Município de Mogi Guaçu, é o maior produtor individual de laranja do Brasil com 25 milhões de caixas/ano, o que representa 7% da produção nacional.

As outras duas grandes culturas são o milho e a cana-de-açúcar.

Da mão-de-obra empregada no setor primário, uma parte não especializada possui contrato permanente, mas a maioria é contratada temporariamente durante a colheita dos produtos. O maior empregador desta mão-de-obra sazonal é o produtor de laranja.

Um outro fator a ser considerado na análise do movimento, é sua inserção geográfica numa região sob forte influência cultural da cidade de Campinas, e particularmente da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Na Unicamp desde a sua implantação no final da década de 60, consolidando-se na de 70, vicejou um processo democrático e aberto de discussão e debate de novas idéias. Mesmo

tendo ocorrido em plena vigência do regime autoritário, possibilitou a formação de inúmeros quadros de oposição que engrossaram os diversos movimentos e partidos políticos da região.

Esse aspecto da Universidade ampliou-se com a democratização. E a interação com a Comunidade ocorre de tal forma que muitas áreas dependem quase que exclusivamente dessa Instituição, no atendimento de determinadas demandas, como por exemplo o serviço prestado pelo Hospital das Clínicas à população da região, através do atendimento ambulatorial e médico especializado.

Outros serviços não tão visíveis são igualmente fundamentais como a difusão de novas tecnologias e idéias que são repassadas às instituições públicas, privadas e comunitárias. Muitas vezes esse intercâmbio ocorre de modo informal, como no caso que enfocamos, onde os professores por iniciativa própria ou por solicitação, prestam assessoria a um movimento da comunidade.

Essa característica da Unicamp contribuiu para consolidar o caráter oposicionista da região, que predominou durante o período de exceção. Hoje mantém-se como traço típico, a intensa participação de seus cidadãos e suas organizações nas decisões do Poder Público e nas grandes questões que surgem no cenário nacional.

Acrescente-se a esses fatos, a existência de outras Universidades<sup>5</sup> e Faculdades e um sólido movimento sindical<sup>6</sup> e

---

<sup>5</sup>Na região localizam-se ainda a Pontifícia Universidade Católica de Campinas(PUCC), a Universidade Metodista de Piracicaba(Unimep), a Universidade São Francisco(USF), e inúmeras Faculdades isoladas.

<sup>6</sup>O sindicalismo é expressivo tanto pela quantidade de trabalhadores em sua base territorial, como o dos: Metalúrgicos de Campinas, Bancários, Eletricitários; como por sua capacidade

temos um caldo de cultura que facilita a emergência de movimentos de resistência como o que analisamos.<sup>7</sup>

A escolha do movimento havido em Mogi Guaçu como estudo de caso na relação cidadania/meio ambiente, tem as seguintes motivações:

- a) Houveram tentativas anteriores de implantação de uma usina termelétrica por parte do Governo do Estado, via Cesp, que se mostraram infrutíferas devido a mobilizações contrárias, sendo a mais significativa a que ocorreu no Município de Paulínia. Havia, portanto, uma experiência acumulada, tanto da parte dos que eram contrários, como dos que eram favoráveis à implantação da usina;
- b))O movimento envolveu um conjunto significativo e diversificado de atôres ao nível local, regional, nacional e até internacional;
- c)Ao contrário do que aconteceu em Paulínia, o Executivo Municipal foi amplamente favorável à implantação da termoeétrica. As condições inclusive eram favoráveis, pois o Prefeito estava recém-eleito, portanto respaldado pelo voto popular. Estava tão seguro dessa condição que anunciou a implantação da usina, após as eleições e antes de tomar posse;
- d)Explicitou-se o "lobby" de uma multinacional interessada no contrato de construção da Usina Termoeétrica;

---

de articulação a nível nacional, como o Sindicato dos trabalhadores na Indústria da Refinação do Petróleo (Sindipetro).

<sup>7</sup>Um exemplo dessa relação como o movimento analisado, além do papel desempenhado pelos professores da Unicamp que será discutido no texto. Dois agentes ambientalistas importantes no processo cursam Faculdades da região: André Luiz de Oliveira, presidente da Adefaunfo, era estudante de biologia na PUCC, e o vice-presidente, e fundador da Aproma, era estudante de direito em S. João da Boa Vista. As Faculdades de Direito e Administração de Espírito Santo de Pinhal promoveram palestras e debates acerca da implantação da Usina, por iniciativa de seus professores.

e) Não havia movimento ambientalista significativo em Mogi Guaçu que pudesse, por si só, opor resistência ao projeto. O presidente da entidade existente - a Adema-, foi cooptado pelo Prefeito antes de tomar posse;

f) Não havia na oposição à implantação, nenhuma liderança capitalizando o movimento. Teve curta duração, menos de um ano, e não cristalizou-se nenhuma liderança significativa. Embora integrantes dos partidos situados à esquerda do espectro político - PT, PCdoB e PSB - tivessem atuação destacada, não se restringiu à esquerda as manifestações contrárias;

g) Fato importante, revelador da penetração do movimento junto à população de Mogi Guaçu, foi a apresentação de emenda de iniciativa popular. O recolhimento de assinaturas contou com a participação de inúmeras pessoas independentes, desvinculadas de qualquer tipo de participação anterior, e com apoio de inúmeros estabelecimentos comerciais.

Em resumo, a participação, a articulação extra-institucional e institucional, a utilização da democracia direta recém-conquistada, e o papel das questões ambientais na construção de uma cidadania ativa, foram alguns dos temas que o movimento de Mogi Guaçu permitia serem abordados.

Essas características do movimento e outras que identificamos ao longo do trabalho justificam sua relevância.

Particularmente interessante é tentar entender, como um movimento numericamente frágil, e organizacionalmente débil consegue bloquear a ação de forças relativamente poderosas. E ainda, como e por quê, o cidadão comum se torna consciente de

direitos recém-incorporados à Constituição e como se conscientiza da necessidade de defendê-los.

Com a inserção dos direitos ambientais nas Constituições, as manifestações da mídia, a atividade de inúmeras organizações ambientalistas e particularmente após a Eco-92, há um sentimento de obrigação geral em relação as questões ambientais, que vez por outra é lembrado e dirigido à comunidade que ainda não incorporou definitivamente esse direito à sua prática cotidiana.

Esse apêlo às obrigações da cidadania é feito nos períodos emergenciais, quando o direito se vê ameaçado - como a uma melhor qualidade de vida. Mas, como diz Marshall(1967:111) *"esse espírito não pode predominar como uma característica permanente de nossa civilização"*.

Mas, enquanto se consolida e se efetiva esse direito na consciência dos cidadãos, até tornar-se uma "força motivacional contínua"<sup>8</sup>, o papel que desempenham os atôres ambientalmente motivados como "indutores" da ação é fundamental, e a única forma de se motivar os indivíduos em torno de suas obrigações de cidadania, na defesa de uma cada vez maior qualidade ambiental.

Acreditamos que ao longo deste texto, foram respondidas várias questões, esclarecidos alguns pontos, e consolidadas várias opiniões, que no geral desembocam na questão da participação do cidadão num ambiente de democracia política plena.

---

<sup>8</sup>Utilizo esta expressão com o mesmo sentido empregado por T.H.Marshall(1967) à pg.111.

## CAPÍTULO I - A OPÇÃO TERMOELÉTRICA

### 1.1 Histórico.

Para se entender a questão da termoeleétrica e como são decididos os projetos da área energética no país, é importante se entender a estrutura do setor.

Quem formula a política do setor elétrico é a Eletrobrás, criada em 1963, e subordinada ao Ministério de Minas e Energia, por sua vez criado em 1962. A Eletrobrás desempenha o papel de "holding", controlando diversas subsidiárias, entre as quais a Cesp.

*"Nessa função, a Eletrobrás vem formulando planos de expansão e recuperação do setor elétrico. Devido à longa maturação desses planos, seus horizontes são distantes. Em 1981, a Eletrobrás elaborou o Plano 2000."*  
(Santos, 1991:48)

O Plano Nacional de Energia Elétrica, 1987/2010, mais conhecido como Plano 2010, foi editado em 1987, e

*"é o instrumento utilizado pelo setor elétrico para a consolidação das formas com que os recursos nacionais devem ser explorados a longo prazo, com vistas a geração de energia elétrica até o ano 2010."*(Demamboro, 1989)

Simultaneamente, a Eletrobrás desenvolveu ações para a recuperação do setor elétrico, entre as quais a obtenção de créditos internacionais.

*"trata-se do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS). Este plano previa a interveniência do Bird para coordenar operações de crédito no valor global de US\$2.400 milhões."*(Santos,1991:48)

Na definição de políticas para o setor elétrico, e na tomada de decisão sobre obras a serem executadas, tem predominado uma visão ideológica autoritária onde a energia é sinônimo de desenvolvimento e as decisões tomadas não necessitam de justificativas maiores do que as sintetizadas pela frase "energia é progresso".(Santos,1991:49)

A Cesp foi formada em 1966, e desenvolveu-se fortemente até 1978, em pleno apogeu do autoritarismo em nosso país. Essa fase marcou a empresa, que carrega até os dias de hoje um perfil autoritário em seus procedimentos, e que em grande medida contribui para explicar o fracasso de algumas de suas políticas, em plena vigência do regime democrático.

A opção Termoelétrica como uma alternativa aos recursos energéticos existentes<sup>9</sup> começou a ser debatida na Cesp no início do ano de 1987.

*"Como parte desta movimentação, duas missões japonesas da JCI ("Japan Consulting Institute") visitam a Cesp, em setembro e dezembro de 1987 respectivamente, consolidando as linhas principais do projeto. Além disso, em*

---

<sup>9</sup>A U.T.E. Paulínia está planejada como uma planta térmica de complementação, devendo entrar em operação basicamente no atendimento complementar de cargas do sistema em períodos secos e prolongados. Em última análise seria uma planta de garantia à qualidade do abastecimento elétrico."(Relatório Técnico Cesp/Unicamp/Funcamp-versão preliminar. 1991. "Competitividade e impactos da Usina Termelétrica a resíduos ultraviscosos de petróleo, em Paulínia)

*16 de outubro de 1987, é contratada por parte da Cesp a empresa de consultoria Enerconsult para a execução dos estudos de viabilidade técnico-econômica das usinas e, em março de 1988, a Cesp solicita à Eletrobrás a inclusão destas térmicas no programa decenal de geração"(Demamboro,1989)*

O Programa Termoelétrico da Cesp, incluía a construção de duas unidades de 350 MW em Paulínia e uma unidade de 350 MW no Vale do Paraíba, utilizando óleos pesados como combustíveis<sup>10</sup>

Em fins de 1988 o Programa Termoelétrico da Cesp, foi aprovado pelo Sistema Eletrobrás e incluído no Plano Decenal de Geração, período 1989 a 1998.

No início de 1989, foi viabilizado pela Cesp junto ao Eximbank do Japão, um empréstimo de US\$585 milhões, recurso este que possibilitaria a construção da primeira unidade de 350 MW.

*"A liberação ficou na dependência de acordos do Brasil com a Comunidade Financeira Internacional (FMI, Clube de Paris, Credores Privados) e de aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental(EIA)"<sup>11</sup>*

Tornando-se viável o financiamento japonês para a construção da usina termelétrica, tinha a Cesp urgência em definir um local para a sua implantação, o que possibilitaria a formalização do contrato.

<sup>10</sup>Esses óleos pesados ou resíduos ultraviscosos, são subprodutos do processamento de petróleo. São comercializados, diluídos em óleo diesel, para o setor industrial. A Cesp compraria da Petrobrás o resíduo ultraviscoso "in natura", a preços baixos. Maiores informações podem ser encontradas em Demamboro(1989)

<sup>11</sup>Documento Cesp - 29/03/93 - OF/P/694/93. Ofício dirigido ao Procurador da Justiça Coordenador do C.A.O. das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente de São Paulo/S.P.

A pressa, decorrente dessa disponibilidade financeira, contribuirá para dificultar um maior esclarecimento da opinião pública e arrastará a Cesp a duas aventuras fracassadas na região de Campinas - as tentativas de implantação da usina termoelétrica em Paulínia e Mogi Guaçu.

### 1.2. O Caso de Paulínia.

No mês de março de 1989, sem nenhum preparo anterior, e sem discussões prévias com especialistas e Prefeituras, *"a Cesp reuniu o poder público local e personalidades de prestígio na região para comunicar que iria implantar a termoelétrica em Paulínia"*(Ferreira,1989).

Esse tipo de intervenção gerou um profundo descontentamento em amplos setores da opinião pública. Entidades ambientalistas, associações profissionais, Prefeitos<sup>12</sup>, vereadores, imprensa local e regional, professores universitários e outros segmentos da população iniciaram uma mobilização contrária ao Projeto que correu paralela aos trabalhos internos da Cesp para justificar a decisão tomada.<sup>13</sup>

Um relatório apresentado, na época, pela empresa de consultoria ACQUATERRA à Cesp, aponta a falta de diálogo com a sociedade como um dos principais motivos a dificultar a viabilidade do empreendimento.

---

<sup>12</sup>Tiveram atuação importante, os Prefeitos de Cosmópolis, José Pivatto; de Paulínia, José Pavan e de Americana, Waldemar Tebaldi. Manifestação contrária desses três Prefeitos pode ser encontrada no Ofício 1.124/91, de 13/12/91, da Prefeitura de Cosmópolis.

<sup>13</sup>Para maiores informações sobre o Projeto de Instalação de uma Usina Termoelétrica em Paulínia, consultar a Coletânea "O projeto da Termoelétrica em Paulínia, S.P.: A questão energética e a degradação sócio-ambiental. (org.) Osvaldo Sevá e Lucia da Costa Ferreira. Unicamp-Nepam, 1989.

*"A inexistência de um processo contínuo e permanente de informação entre a empresa e os vários setores sociais e institucionais envolvidos com o empreendimento, coloca-se como o principal fator de desestabilização das relações e do desgaste institucional da empresa na região".<sup>14</sup>*

A Cesp encontrou forte oposição ao projeto de implantação da usina termoeétrica Paulínia, e a mobilização resultante obteve o cancelamento da iniciativa.

Em 1990 surge o Rima(Relatório de Impacto Ambiental) da obra, produzido pela empresa Transtec, de Porto Alegre, e que por si só já encerrava contradições, visíveis até a um leigo no assunto. Só a título de ilustração, vejamos a incoerência existente na página 03 do capítulo 02 do referido trabalho<sup>15</sup>, quando se refere aos riscos da usina termoeétrica,

*"Em verificação preliminar a UTE Paulínia deverá apresentar riscos reduzidos para as áreas vizinhas à mesma, devido às pequenas quantidades envolvidas de materiais perigosos e às propriedades dos combustíveis utilizados.*

*As características do projeto da UTE não permitem, na fase atual, uma análise e avaliação completa dos riscos".* (grifo nosso)

No mínimo o Relatório de Impacto Ambiental foi feito com muita rapidez, impossibilitando até mesmo uma revisão, o que justificaria a existência de parágrafos consecutivos com argumentações contraditórias no assunto - riscos ambientais- que é o objetivo central do RIMA.

<sup>14</sup>Documento Cesp. "Síntese do relatório apresentado pela ACQUATERRA - Planejamento e Consultoria S.L.C. 1991.

<sup>15</sup>Usina Termoeétrica de Paulínia:RIMA - Relatório de Impacto Ambiental?Cesp.Porto Alegre: Transtec,1990,reeditado em São Paulo pela Cesp.

O próprio Relatório Técnico "Competitividade e impactos da Usina Termoelétrica a resíduos ultraviscosos de Petróleo, em Paulínia" fruto do contrato Cesp-Unicamp-Funcamp, em sua versão preliminar aponta aspectos positivos do Projeto, mas que só teriam significado, caso a Cesp tomasse uma série de medidas técnicas sugeridas<sup>16</sup>. Na avaliação final conclui: "*Como salientado no início deste trabalho, o projeto apresenta pontos favoráveis,... mas oferece grande vulnerabilidade face à sua aprovação na Secretaria do Meio Ambiente. Da forma como hoje está organizado o EIA/RIMA não deveria ter sido encaminhado para análise*".<sup>17</sup>

Importante assinalar que em sua versão pública, denominada de "Sumário Executivo" , o relatório técnico não explicita essas medidas técnicas sugeridas, e suaviza bastante a observação sobre o EIA/RIMA.<sup>18</sup>

Para fazer frente a " intensa mobilização da população local e regional, contrária à implantação da usina termoelétrica", e reconhecendo sua deficiência na área, um relatório interno da Cesp<sup>19</sup> propõe que a Diretoria de Engenharia assuma a responsabilidade do equacionamento das questões sócio-ambientais, "*onde as demandas sociais e ambientais sejam*

<sup>16</sup>Essas medidas estão sugeridas às páginas 66,68,69,70,73 e 75 do referido relatório, em sua versão preliminar, que não aparecem em sua versão "Sumário Executivo".

<sup>17</sup>página 75 do referido relatório, em sua versão preliminar.

<sup>18</sup>Relatório Técnico.Sumário Executivo.Competitividade e impactos da Usina Termoelétrica a resíduos ultraviscosos de petróleo, em Paulínia.Contrato Cesp/Unicamp/Funcamp/ no.92000/94000/00127. Novembro de 1991.13 páginas. Neste relatório as medidas estão circunscritas a um parágrafo de 11 linhas, na página 13.

<sup>19</sup>Documento Cesp. Relatório à diretoria(minuta).Relator: Antonio Carlos de Paiva Bonini, com data de 23/10/91.

*consideradas como elementos condicionantes do planejamento setorial*".<sup>20</sup>

O relatório propõe que a Diretoria de Engenharia desenvolva um Programa de Viabilização Sócio-Político, que pressupõe a criação de um grupo de viabilização sócio-político da usina termoelétrica de Paulínia.

Conclue o documento com a proposta de criação do Grupo Coordenador de Viabilização Sócio-Política da usina termelétrica de Paulínia.

Esse relatório apresentado pela Diretoria de Engenharia à Diretoria Plena da Empresa e aprovado, é revelador de como a formação da Cesp no período do regime militar impregnou seus quadros de tal maneira, que apresentam propostas aparentemente avançadas do ponto de vista democrático, mas que na verdade nem chegam a mascarar o viés autoritário de quem o propôs.

Ao apresentar proposta de criar um setor que trate do "*ordenamento da relação entre a empresa e sociedade*", o relatório esconde a questão principal que é a prática do conjunto da estatal de ignorar as demandas sócio-políticas. Ao identificar a existência dessas demandas, como problemas a serem solucionados, cria um grupo interno que tem como objetivo, não o de atender ou ouvir as exigências da sociedade, mas identificá-las, e sugerir formas de enfrentá-las para viabilizar o empreendimento.

---

<sup>20</sup>idem.

Essa intenção na criação do Grupo de Viabilização Sócio-político fica explícito numa das três atribuições expostas no relatório,

*"identificar parceiros políticos para o processo de viabilização do empreendimento, após análise dos dados resultantes do diagnóstico sócio-político a ser realizado na região".*<sup>21</sup>

Ou seja identificar aliados para viabilizar o empreendimento. Esse procedimento, conforme veremos ao longo do trabalho, foi empregado à exaustão em Mogi Guaçu. E não poderia ser de outra forma, mesmo porque o relatório foi elaborado por Antonio Carlos Bonini de Paiva, que seria o Presidente da Cesp, durante o período que analisamos, e que se empenhou pessoalmente na viabilização da opção Mogi Guaçu.

Em nenhum momento levantou-se a possibilidade de que o empreendimento poderia causar problemas ou que a população poderia estar certa e a Cesp errada. A posição da empresa foi sempre a de que a decisão tomada era a correta e deveria portanto ser viabilizada.

No entanto a empresa não obteve sucesso, e no início de junho de 1992 foi encerrada essa fase,

*"Em função da mobilização regional, o Governador Luiz Antonio Fleury Filho acabou anunciando, a 4 de junho de 1992, durante o Fórum Global, no Rio de Janeiro, o cancelamento do projeto da termoelétrica de Paulínia."(Monticelli,1993)*

---

<sup>21</sup>idem, à página 5 do relatório.

A declaração do Governador praticamente encerrou a etapa Paulínia, como opção de localização da primeira Termoelétrica da Cesp.

O Prefeito de Paulínia, José Pavan Jr., que foi contrário ao projeto resumiu o sentimento geral,

*"Foi a melhor notícia para a cidade em uma semana que se comemora o meio ambiente.*

*Os impostos que eventualmente deixarão de ser recolhidos são bem menores que os benefícios da não construção da usina."*<sup>22</sup>

Devemos registrar, para deixar claro as contradições na execução da política energética no Estado de São Paulo, as declarações do Presidente da Cesp à época, Saulo Krichanã, que havia tomado posse no dia 04 de junho. Afirmou estarem suspensos os planos de construção de usinas termoelétricas a óleo combustível em qualquer ponto do Estado, pois *"houve um conjunto de pareceres demonstrando que essa opção traz mais perdas que benefícios"*.<sup>23</sup>

São manifestações contraditórias num mesmo Governo, revelando a inexistência de formulação política substituída por ações improvisadas em função de interesses de grupos que agem desprezando a opinião pública.

### 1.2.1 A Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira de Cima

No que diz respeito ao perfil autoritário da CESP, há outro empreendimento na região que motivou muitas manifestações

<sup>22</sup>Folha de São Paulo, 06/06/92.

<sup>23</sup>idem .

contrárias de segmentos esclarecidos da população e de organizações ambientalistas. Trata-se da obra conhecida como Pequena Central Hidrelétrica(PCH) que foi construída no Rio Mogi Guaçu, no Município de Mogi Mirim e que foi motivo de muitos protestos e denúncias. A obra foi iniciada pela estatal ignorando o processo de análise e licenciamento ambiental, e com o agravante de não apresentar o Estudo de Impacto Ambiental exigido pelas legislações Federal, Estadual e Municipal.<sup>24</sup>

Em Agosto de 1993, o diretor de distribuição da CESP, Cláudio Dorea Guedes, demite-se do cargo e faz uma série de acusações à administração da estatal em carta de 8 páginas enviada ao Conselho de Administração da CESP. Nessa carta cita como um dos fatos mais graves o que acontecia na obra de Mogi Guaçu, orçada em US\$ 34,7 milhões. Quando, "na avaliação de Guedes, esse preço, comparado ao total de energia que será gerado, fará desta usina 'a mais cara construída no mundo'".<sup>25</sup>

Apesar de toda oposição e denúncias de irregularidades, a obra teve continuidade, sendo sua primeira turbina inaugurada no dia 30 de setembro de 1994.<sup>26</sup>

O processo ocorrido com a construção da Usina da Cachoeira de Cima, em Mogi Mirim, foi semelhante aos dois casos citados ao longo deste trabalho - tentativa de implantação de usina

---

<sup>24</sup>Estas informações estão em ofício datado de 24/09/91 dirigido ao Dr. Edis Milaré, coordenador das Curadorias Especializadas de Proteção do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, enviado pela Fundação SOS Mata Atlântica, manifestando preocupação e repúdio em relação à construção da Pequena Central Hidrelétrica(PCH).

<sup>25</sup>Estas denúncias foram amplamente divulgadas nos jornais. Consultar entre outros: O Estado de São Paulo, Diário Popular, e Folha de São Paulo do dia 12/08/93.

<sup>26</sup>Jornal do Guaçu, 24/09/94.

termoelétrica em Paulínia e Mogi Guaçu - no que diz respeito ao autoritarismo no tratamento da coisa pública.<sup>27</sup>

Esses processos expõe o viés autoritário da empresa, e mostra que embora existam setores dentro dela que podem não compactuar com essa prática<sup>28</sup>, há toda uma cultura política que permeia, particularmente os quadros hierárquicos da estatal, e que faz com que o autoritarismo sobreviva como prática social.

### 1.3 A opção Mogi Guaçu

A idéia de Mogi Guaçu sediar a usina termoelétrica, como alternativa a Paulínia, foi veiculada publicamente pela primeira vez, pelo Deputado Carlos Nelson Bueno, num artigo escrito quando era diretor da Cesp, em julho de 1991. Argumentou que haviam vários inconvenientes de se localizar a usina em Paulínia, entre os quais o de que *"a termoelétrica, já na fase de construção e posterior operação, é forte indutor de urbanização e concentração industrial"* o que agravaria os problemas urbanos já existentes na região.

Os baixos recursos hídricos próximos a Paulínia *"impedem a utilização de torre úmida de resfriamento, o que eleva*

---

<sup>27</sup>Maiores informações sobre as manifestações contrárias à Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira de Cima podem ser encontrados em 2(dois) documentos que consultamos: 1) O "Relatório sobre a construção da PCH - Pequena Central Hidrelétrica da Cachoeira de Cima do Rio Mogi Guaçu/Cesp", do Conselho do Meio Ambiente de Mogi Mirim e que foi entregue ao Prefeito no primeiro semestre de 1991. 2) "Parecer sobre a Central Hidrelétrica da Cachoeira de Cima no Rio Mogi Guaçu - da Cesp - Companhia Energética de São Paulo", encaminhado à Câmara Municipal de Mogi Mirim e à Curadoria do Meio Ambiente da Comarca de Mogi Mirim. O documento é de autoria do prof. Arsenio Oswaldo Sevá Fo., da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp e datado de 08/07/91.

<sup>28</sup>Isto ficou demonstrado nas entrevistas que realizamos com funcionários da Estatal.

os custos da ordem de US\$60 milhões no investimento". E defende que,

*"a termoelétrica sendo prevista para atender demandas futuras de energia. O sistema elétrico interligado em todo o Estado não impõe, necessariamente que a obra se localize adjacente à refinarias e junto a grandes centros consumidores. Ela pode ser localizada em áreas menos urbanizadas, junto a massas líquidas muito maiores, utilizando torre de resfriamento úmido, US\$ 60 milhões mais barato - ou circulação direta"*<sup>29</sup>

Acrescenta o fato de que o transporte combustível por via rodoviária ou via férrea compensa a redução de investimentos no setor de refrigeração.

E entre as duas alternativas que apresentou, a primeira seria:

*"A bacia do rio Mogi Guaçu, entre Porto Ferreira e Mogi Guaçu/Mogi Mirim, com quase imediata possibilidade de transporte ferroviário e rodoviário"*.<sup>30</sup>

Incluía em sua argumentação, que os impactos ambientais em Mogi Guaçu seriam menores do que em Paulínia.

Com a eleição de um primo do Deputado<sup>31</sup> em outubro de 1992 para Prefeito, Hélio Miachon Bueno, as condições políticas se tornaram favoráveis. E a partir daí iniciou-se o processo de tentativa de viabilizar a usina termoelétrica em Mogi Guaçu.

Importante ressaltar que o processo teve início após um "parceiro político" ganhar as eleições para a prefeitura de Mogi

<sup>29</sup>Folha de São Paulo, 09/07/91.

<sup>30</sup>Folha de São Paulo, 09/07/91.

<sup>31</sup>Carlos Nelson Bueno, era suplente, e assumiu a cadeira de Deputado Federal pelo PMDB, com a vaga aberta com a morte de Ulysses Guimarães.

Guaçu, o que pela ótica da empresa poderia viabilizar o empreendimento.<sup>32</sup>

As considerações políticas antecederam em muito qualquer consideração técnica.

Iniciado o processo de Mogi Guaçu no segundo semestre de 92, a empresa produziu um resumo descritivo interno de avaliação, somente em julho de 93, e mesmo assim precaríssimo.

Esse relatório que resume a avaliação dos técnicos da empresa acerca do projeto da usina termoeletrica de Mogi Guaçu, é um perfeito indicador da improvisação que tomou conta da empresa. No item "Situação atual do Projeto" na página 10, são abordados cinco pontos:<sup>33</sup>

- a) Acerca dos estudos de Impacto Ambiental, afirma que "*o EIA e o RIMA estão em fase de contratação pela Cesp*". Ou seja, é o mesmo que dizer que nada existe sobre os impactos ambientais decorrentes da instalação da usina;
- b) Sobre os Estudos de Viabilidade Técnico-econômica, afirma estar em andamento, ou seja, nada havia de conclusivo;
- c) Em relação ao Projeto Básico, que deveria ter servido de base para se propor a construção da usina em Mogi Guaçu, diz que "*será elaborado após a conclusão dos estudos de viabilidade*";
- d) No que diz respeito aos recursos financeiros, o relatório informa que "*são boas as possibilidades da obtenção de US\$585 milhões, a*

---

<sup>32</sup>Documento Cesp. "Relatório à Diretoria(minuta). relator Antoni C.B. de Paiva.23/10/91.

<sup>33</sup>Documento Cesp. "Usina Termoeletrica da Região da Bacia do Rio Mogi Guaçu" - Resumo descritivo - Julho/93.

*serem financiados pelo Eximbank do Japão, para a realização da concorrência internacional";*

e) E o quinto e último ponto, é o

*"Programa de Viabilização Sócio-Política: com vistas a esclarecer, informar a opinião pública e buscar a compatibilização entre os interesses da sociedade e da empresa acerca do projeto, está em andamento um programa de viabilização sócio-política".*

Ou seja, todo um esquema de "marketing" político utilizado para influenciar a opinião pública, conforme veremos, é o que internamente a empresa rotulou de "Programa de Viabilização Sócio-Política".<sup>34</sup>

Esse documento de avaliação é de julho de 1993, ou seja, 8 meses após intensos e acalorados debates e despesas com publicidade e propaganda. Surgiu, ironicamente, no momento em que a Câmara Municipal estava sepultando esta segunda opção da Cesp.

Revelou o relatório que a Cesp não dispunha de nenhum estudo técnico que justificasse o empenho em viabilizar o empreendimento.

---

<sup>34</sup>Documento Cesp. "UTE da Região da Bacia do Rio Mogi Guaçu"- Resumo Descritivo - Julho/93.

## CAPÍTULO II - A ESPECIFICIDADE DO MOVIMENTO EM MOGI GUAÇU

### 2.1 Algumas particularidades

O movimento ocorrido em Mogi Guaçu, motivado pela tentativa de implantação de um empreendimento, que havia sido rejeitado em outras regiões, caracterizou-se por uma participação local importante, considerando-se o pouco tempo havido entre o anúncio da instalação e o apogeu do movimento. Este é um dos componentes que o diferenciaram da mobilização havida anteriormente em Paulínia

Outros componentes que individualizaram o movimento em Mogi Guaçu podem ser considerados.

Em primeiro lugar, o Poder Político Local estava dividido. O Prefeito eleito, Hélio Miachon Bueno, apoiou a instalação da usina termoelétrica, diferentemente do que ocorreu em Paulínia. A Câmara Municipal, pela maioria de seus membros e do Presidente da Casa, estava com posição contrária.

Em segundo lugar, a Cesp vinha de uma experiência anterior, em que teve a oportunidade de verificar a dificuldade de se implantar projetos que envolviam questões ambientais, sem

levar em consideração a opinião pública. Desde o início a estatal procurou cooptar lideranças políticas e da comunidade.

Em terceiro lugar, a movimentação regional embora tenha tido importância, foi a mobilização local - considerando-se Mogi Guaçu e Mogi Mirim - decisiva.

Em quarto lugar, ocorreu após a Eco-92, período em que a questão ambiental estava passando por um recesso. Não estava tão presente na mídia, como antes da Conferência da Nações Unidas.

E, finalmente, mas não menos importante, ampliou-se a cidadania recém conquistada nas Constituições e na Lei Orgânica Municipal, com a efetivação do direito de apresentar emenda de iniciativa popular. Utilizada como instrumento para manutenção de outro direito ameaçado, que é a qualidade do meio ambiente.

Entre outros pontos que poderiam ser abordados, está a importância da mobilização para o crescimento do movimento ambientalista local. Pois como veremos, as influências positivas que receberam, fortaleceram a democracia interna dessas entidades, e a sua inserção na sociedade local.

## 2.2 A poluição local

Um aspecto importante a ser considerado nas análises, é a poluição evidente no Município de Mogi Guaçu, causada em grande parte pela existência da fábrica de papel e celulose, a Champion, que provoca um odor forte e característico que pode

ser sentido por toda a cidade. Paira sobre a poluição causada por esta emprêsa um silêncio conivente que somente poderia ser explicado pela ação econômica, social e até ambiental promovida pela Champion para mitigar, ou compensar, os prejuízos causados ao ambiente na região.

Uma explicação poderia ser tentada utilizando-se um raciocínio desenvolvido por Castells(1977:79), onde a dificuldade de mobilização por parte de entidades ambientalistas e/ou agentes está em que o tema -poluição- não alcança popularidade em virtude da existência de um interêsse social dominante estar por trás - no caso a Champion.<sup>35</sup>

Como a campanha contra a poluição causada pela usina termoelétrica tem um conteúdo que não atinge diretamente a nenhum interêsse social dominante, ela conseguiu mobilizar um contingente significativo de pessoas, a partir de iniciativa localizada nas camadas médias da população.<sup>36</sup>

Na verdade há falta de estudos sobre as influências que exercem ao nível local, essas emprêsas de grande porte, fato constatado por estudiosos latino-americanos,

*"As confluencias dos diferentes níveis tanto sociais como governamentais, tem sido pouco analisadas. Pouco se sabe sobre a presença nas sociedade locais e em suas relações políticas de atores que correspondem a outros níveis. É o caso das emprêsas nacionais, e mesmo internacionais, dentro dos territórios municipais e que muitas vêzes operam por cima das autoridades locais."*(Herzer & Pirez,1989)

<sup>35</sup>A champion está instalada em Mogi Guaçu desde 1959, e é a maior empregadora de mão de obra na região, fato por si só revelador da sua importância sócio-econômica.

<sup>36</sup>Este raciocínio foi elaborado por Castells(1977), à p.79, analisando o movimento ecológico norte-americano.

Pouco se conhece sobre as modificações que produzem nos sistemas de relações - sociais, economicos e políticos - da sociedade local.

Do ponto de vista ambiental, Ferreira e Siviero(1994), caminham nesse sentido em recente trabalho, onde discutem a necessidade de, cada vez mais focar o sistema urbano como parte do ecossistema global, como um ingrediente indispensável para se garantir o desenvolvimento sustentável.<sup>37</sup>

Provavelmente motivado pelo Movimento contra a usina termoelétrica que abordava o tema, ao longo do ano de 1993 surgiram algumas iniciativas que denunciavam a poluição existente na região.

O próprio Deputado Federal, Carlos Nelson Bueno, manifestou-se acerca do tema, quando afirmou que a,

*"Champion é um agente poluidor em potencial, pois queima combustível residual de caldeiras e seus equipamentos de proteção ambiental nem sempre são eficazes. Exemplificando, o deputado federal disse que, a um raio aproximado de 25 quilômetros da empresa, não há sequer um mamoeiro que mantenha sua produção, que é sensível e não sobrevive a agressão. Segundo ele, também os bambuzais apresentam perfurações e as folhas geralmente caem em virtude da descarga dos resíduos no ar".*<sup>38</sup>

No mês de março, o Curador do Meio Ambiente Aroldo Costa Filho solicitou do gerente da Cetesb, uma análise aprofundada do teor da poluição do ar da cidade, pois

<sup>37</sup>O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi largamente trabalhado no documento "Nosso Futuro Comum" relatório publicado pela primeira vez em 1987, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da ONU(1991), mais conhecida como Comissão Brundtland.

<sup>38</sup>Jornal do Guaçu.17/01/93.

*"...disse ter recebido várias recomendações de pessoas que passaram por consultas médicas e os especialistas em doenças respiratórias diagnosticaram que as mesmas decorrem da poluição, na maioria dos casos".<sup>39</sup>*

Além da análise do ar, o Curador pediu à Cetesb que elaborasse um estudo com o objetivo de eliminar o "odor que impera no ar".

As observações feitas por Aroldo Costa Filho foram confirmadas pelo médico pneumologista José Donizete Rodrigues.

*"De acôrdo com ele a incidência de doenças respiratórias na cidade é muito elevada, principalmente asma e doenças alérgicas. A constatação é feita por ele no Centro de Especialidades, em seu consultório e na Mahle onde presta serviços."<sup>40</sup>*

O quadro de doenças respiratórias é preocupante igualmente em Mogi Mirim onde nos foi informado pela Divisão de Planejamento da Prefeitura, que as doenças desse tipo são o segundo motivo das mortes no Município, perdendo somente para as doenças cardiovasculares, como hipertensão, infarto, insuficiência coronária, etc. <sup>41</sup>(vide anexo II)

No mês de Maio, a Champion recebe o certificado ISO9000 atestando a qualidade de seu produto. Isto motiva manifestação de ambientalistas da região que *"afirmam que as empresas deveriam ter a mesma preocupação que tem em relação à qualidade de seus produtos com o controle ambiental".<sup>42</sup>*

<sup>39</sup>Jornal do Guaçu.21/03/93.

<sup>40</sup>Jornal do Guaçu.21/03/93.

<sup>41</sup>Esse dado de incidência de doenças respiratórias nos foi confirmado pelo sociólogo responsável da Divisão de Planejamento Norberto Francisco Marques, que nos indicou em ordem decrescente de importância os grupos de causas de morte que incidem com mais frequência no Município de Mogi Mirim. Essas informações fazem parte de levantamento recente, início do ano de 1995, realizado por solicitação do Governo do Estado de São Paulo.(ver no anexo II).

<sup>42</sup>Folha de São Paulo. 31/05/93.

Para o presidente do Instituto Phoenix para Estudos e Pesquisas Ambientais, Sérgio Ferreira do Amaral, a Champion é uma das empresas que mais poluem a região. Afirmou ainda que *"nós sabemos que o processo de produção do papel é muito poluidor, e que ela atende aos padrões nacionais de controle, mas isto pode ser melhorado."*<sup>43</sup>

Em junho, um relatório da Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), relativo ao ano de 1992 indica que são graves as condições ambientais em Mogi Guaçu e Região.

*"De acôrdo com o relatório da Cetesb, são geradas na Bacia do Rio Mogi Guaçu 6 mil toneladas anuais de SO2 por diversas indústrias, principalmente dos setores de papel e celulose e cerâmica."*<sup>44</sup>

Nesse mesmo mês, o Grupo DX-Guaçuano, divulga mensagem denunciando a poluição na região,

*"O ar da nossa cidade já está nos limites do aceitável, principalmente durante as madrugadas frias, ou durante as inversões térmicas. As chuvas ácidas já foram constatadas nesta região da grande Campinas, porém, os grupos de má-fé, se recusam a aceitar tais constatações!!!"*

E indica formas de identificar a qualidade do ar, *"A população desta região, outras regiões, poderá constatar a acidez dos elementos ambientais com muita facilidade, bastará que semeie mamoeiros, cujas folhas, são sensíveis à fumaça ácida..."*<sup>45</sup>

A análise solicitada pelo Curador Aroldo Costa Filho foi entregue no mês de Agosto. Ao recebê-la comentou que achou

<sup>43</sup>Folha de São Paulo.31/05/93.

<sup>44</sup>Correio Popular.07/06/93.

<sup>45</sup>O Guaçuano, 05/06/93.

o laudo incompleto e requisitou complementação dos dados. De posse dos dados solicitados, concluiu que *"a Champion polui e tem como melhorar, se não o fizer o Ministério Público vai ingressar com uma ação civil pública contra a indústria."*<sup>46</sup>

No mesmo mês de Agosto, a Cetesb divulga o início de um projeto denominado *"Automonitoramento de Fontes de Poluição Industrial"*, pelo qual o órgão autoriza uma empresa, no caso a Champion Papel e Celulose, a fiscalizar seus próprios sistemas de controle da poluição.

*"De acôrdo com o engenheiro Químico da Cetesb, Arnaldo Vieira Lomônaco, a Companhia irá exigir da Champion um aperfeiçoamento dos sistemas de controle de poluição do ar e das águas."*<sup>47</sup>

O engenheiro informou que a idéia é de restringir o odor emitido pela Champion, característico das indústrias que produzem celulose e que provem dos *"compostos reduzidos de enxôfre lançados no ar"*. Não soube afirmar, no entanto, o técnico da Cetesb, quando perguntado, se os compostos são prejudiciais ou não, e que *"não dispõe de estudos para afirmar qualquer coisa"* a respeito da poluição do meio ambiente e da saúde da população.<sup>48</sup>

Portanto a população local tinha fortes motivos para temer uma maior degradação do ar, além da que vinha suportando. A imagem da poluição em suas casas era muito forte, e provavelmente contribuiu para que a *"maioria silenciosa"* tivesse posição contrária à instalação da usina.<sup>49</sup>

<sup>46</sup>Gazeta Guaçuana. 14/08/93.

<sup>47</sup>Gazeta Guaçuana. 14/08/93.

<sup>48</sup>Gazeta Guaçuana. 14/08/93.

<sup>49</sup>No início de 1995, a Prefeitura de Mogi Mirim, respondendo a questionário do Governo do Estado, indicou claramente a poluição como um dos maiores problemas ambientais do

### 2.3 Características do movimento contra a usina.

O movimento de resistência contra a usina termoeétrica em Mogi Guaçu, conflito criado em torno da qualidade de vida, alimentou-se em grande medida de uma imagem que deu margem à uma determinada conduta.

A imagem do *grande poluidor*<sup>50</sup>, estigma criado e politizado ao longo dos anos 80 e que, estampada no imaginário político da década, permanece no inconsciente coletivo<sup>51</sup> como sinônimo de luta pela qualidade ambiental, foi importante fator de mobilização em Mogi Guaçu.

À identificação estabelecida, pela maioria da população, entre a usina termoeétrica e a poluição que seria causada, a Cesp não conseguiu contrapor argumentos que rompessem essa ligação.

Ao afirmarem que a usina significava desenvolvimento, sem explicitarem de que tipo, os que eram favoráveis ao empreendimento, encontraram o inconsciente coletivo resistente a essa argumentação, e acabaram contribuindo, ao mesmo tempo, para o fortalecimento da imagem de *grande poluidor*.

---

Município, e ao responder à pergunta de quais "os principais problemas ambientais produzidos fora do território do município e que o afetam" foi taxativa em indicar a poluição do ar e a industrial como importantes. (vide anexo III).

<sup>50</sup> Expressão empregada por Ferreira, Leila & Ferreira, Lucia (1992b) à pág. 16.

<sup>51</sup> A expressão "inconsciente coletivo" aqui empregada vai no sentido de que uma boa parte da população possui uma percepção dos limites do desenvolvimento, em relação à manutenção da qualidade de vida. Essa percepção foi adquirida e foi se consolidando ao longo da década de 80, com foi expressado por Ferreira, Leila & Ferreira, Lucia (1992:b).

Pois como vimos, ao longo da década passada, ao mito do *grande poluidor*, se concedeu um peso relativamente grande no embate ambiental.

*"O grau de importância que lhe foi conferido como símbolo - em oposição ao mito desenvolvimentista - manteve-se quase que ileso nos dias atuais, quando a temática alçou vôo por sobre os muros do ecologismo, para ser incorporada ao discurso político do Estado, do movimento sindical e de candidatos a cargos eletivos em geral."*(Ferreira, 1992b:16)

O movimento de resistência contra a instalação da usina termoeétrica constituiu-se numa mobilização que incluiu vários setores da comunidade local e regional.

Membros da comunidade técnico-científica, intelectuais, educadores em todos os níveis, jornalistas, instituições, dirigentes sindicais e de associações profissionais, ambientalistas organizados ou não, entre outros figuram como integrantes de destaque.

Não se constituiu nenhuma estrutura organizativa significativa, talvez em decorrência da própria temporalidade do movimento. Embora a Comissão Regional de Luta contra a Termoeétrica tenha tido papel importante num determinado período.<sup>52</sup>

Não houve uma militância formalmente agregada à mobilização, e nem hierarquia de decisões. Ao período de fortalecimento do movimento - Março a Maio - correspondeu uma institucionalização incipiente, de curta duração(Kärnen, 1987) que

---

<sup>52</sup>Particularmente nos meses de Março, Abril e Maio.

correspondeu à uma maior constancia das atividades da Comissão Regional.

No dizer de Pádua(1992:151) são "*ações coletivas que, dependendo de uma motivação ocasional, não chegam a se institucionalizar de forma permanente*".

Do ponto de vista participativo, a mobilização contra a usina em Mogi Guaçu, merece um destaque pela ausência de lideranças carismáticas ou de influência destacada de um partido, que poderiam capitalizar a ação, e desvalorizar a democracia participativa, no sentido empregado por Borja(1988:15).

Esta Comissão Regional, na verdade se constituiu numa forma de legitimar uma maior ação de cidadãos de Mogi Mirim, cidade conurbada com Mogi Guaçu, e que sofreria os efeitos da degradação ambiental, sem obter a contrapartida em arrecadação, como argumentavam muitas lideranças locais.<sup>53</sup>

A campanha contra a termelétrica conduzida pela Comissão Regional, foi ampla ao integrar os mais diversos segmentos sociais e

*"foi considerada apartidária sendo que somente dois dos 17 vereadores de Mogi Mirim não estão apoiando, não existe um partido liderando o movimento. O importante é mostrar à população o perigo que a instalação dessa usina oferece não somente para Mogi Guaçu como para a região".<sup>54</sup>*

---

<sup>53</sup>Como exemplo, o comentário do Jornal "A Comarca", de Mogi Mirim(01/05/93) a respeito da atuação do Deputado Carlos Nelson Bueno. "Aliás, explica-se o interesse do Deputado em levar a Usina para Mogi Guaçu, já que a cidade ficaria com as vantagens, especialmente impostos, enquanto as cidades vizinhas só com a poluição".

<sup>54</sup>Jornal "Almanaque", Mogi Mirim, março de 1993.

Havia sempre a preocupação de não identificação da Comissão com nenhum grupo ou partido político, o que acabou predominando e mantendo sua característica como *"a comissão suprapartidária formada por ambientalistas, comerciantes, empresários, entidades, sindicatos e associações de classe de Mogi-Mirim"*.<sup>55</sup>

Tomaram parte ativa na ação entre outros, os Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, de Calçados e a Associação de Aposentados de Mogi Mirim, e os Sindicatos dos Ceramistas e Metalúrgicos de Mogi Guaçu.<sup>56</sup>

Além desses, apoiaram o movimento em Mogi Mirim a OAB, a Associação Comercial e Industrial, o Lions local,<sup>57</sup> a Apeoesp, a Associação dos Despachantes e o provedor da Santa Casa.<sup>58</sup>

O movimento de resistência contra a usina termelétrica teve sua temporalidade definida por sua ação frente a tentativa de implantação da usina. Iniciou-se quando do anúncio e encerrou-se quando a Câmara promulgou a Lei de Iniciativa Popular, proibindo a construção em Mogi Guaçu.

A ação da cidadania se incorpora como prática rotineira da democracia. À um direito ameaçado, irrompe uma reação que perdura o tempo necessário para que seja assegurado de fato a permanência do direito adquirido.

---

<sup>55</sup>A Comarca.03/04/93.

<sup>56</sup>Informação de Lázaro César da Silva, sindicalista do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Mogi Mirim.

<sup>57</sup>A Comarca.03/04/93.

<sup>58</sup>A Comarca,13/03/93.

O movimento de resistência contra a instalação da usina, não expressou exclusivamente o interesse dos grupos opositoristas, como quiz fazer crer em muitos momentos os defensores do empreendimento.

Um editorial de jornal local, expressa muito bem o sentimento geral,

*"As discussões em torno da instalação da termo-elétrica em Mogi Guaçu tem sido acaloradas. E, mais do que isto, apaixonadas. Aos temores de que a implantação da unidade possa causar efeitos desastrosos ao meio ambiente, a principal interessada na obra, a Cesp, já não responde com informações técnicas, mas com acusações de natureza puramente política. Ou com a acusação de que os opositores só se movem por razões de ordem política. Haverá os que assim achem, inegavelmente. Mas a empresa - e especialmente seu presidente, com a responsabilidade que o cargo lhe impõe - não poderá desconhecer que há muitas objeções sinceras."*<sup>59</sup>

Como que a comprovar a amplitude que tomou, está o fato do próprio grupo favorável ver suas bases sendo erodidas ao longo do processo, sem nada poder fazer. Perderam a Adefauflo - Associação de Defesa da Fauna e da Flora, criada pelo próprio grupo. A Adema - Associação de Defesa do Meio Ambiente Zé da Pesca, censurou seu Presidente - que havia ido ao Japão e se posicionava favorável a usina - e posicionou-se contrariamente ao Projeto.

A própria base política do grupo favorável na Câmara diminuiu. Na primeira votação perderam de 10 a 8, na segunda de

---

<sup>59</sup>O Guaçuano, 31/03/93.

10 a 7. Inegavelmente cresceu a vontade coletiva contrária a usina, a tal ponto que imobilizou os instrumentos de pressão política que todo Prefeito dispõe, que certamente deveria ser maior do que normalmente ocorre, pela existência de um poderoso aliado, no caso a estatal paulista.

Em algumas cidades da região formaram-se Comissões Municipais Contra a Termelétrica, que promoviam debates, palestras e divulgavam panfletos e cópias de matérias de jornais acerca da "chuva ácida" e da usina.

Um exemplo, que registramos, foi a "Comissão Municipal Conchalense da luta contra a Termelétrica" que no dia 07 de maio promoveu palestras com o objetivo de *"conscientizar o povo sobre os perigos reais a que o nosso meio ambiente ficará sujeito se for instalada em Mogi Guaçu, a pretendida termelétrica"*.<sup>60</sup>

Estavam presentes à reunião alunos e diretores de escolas estaduais, líderes de bairros e presidentes de entidades sociais e assistenciais, além do Prefeito de Conchal, Santo Ferreira de Mello.<sup>61</sup>

Interessante a posição do Presidente da Comissão, Franklin, que afirmou não ser contra a termelétrica, mas sim contra o tipo de combustível a ser utilizado no modelo cogitado para Mogi Guaçu.

---

<sup>60</sup>A Comarca, 15/05/93. Participaram da palestra: o Dr. Mohamed Habib, do Instituto de Biologia da Unicamp, Augusto Gandolfo da Proesp-Campinas, o Dep. Estadual Denis Carvalho e o ex-Prefeito de Cosmópolis, Pivato.

<sup>61</sup>A Comarca, 15/05/93.

Essa comissão conchalense, contribuiu para caracterizar o crescimento do movimento contra a usina termoeletrica antes pela multiplicação dos grupos do que por sua ampliação(Durham,1984:27), o que não o desqualifica como capacitado a enfrentar o problema, pelo contrário, sua ação foi positiva e o saldo favorável.

Essa multiplicação de grupos, ao invés do crescimento de um núcleo central- no caso a Comissão Regional de Luta Contra a Termoeletrica, demonstra a importancia dos agentes ambientais existentes em cada Município, no processo e a sua capacidade de difusão de um movimento contrário a usina termoeletrica, independentemente de orientação centralizada. Sua capacidade de intervenção é dada pela sua condição de permanente acompanhamento das condições ambientais de seu local de atuação e as possibilidades que surgem para sua degradação, como no caso em estudo.

Um dos fatores que fortaleceram a mobilização foi a formação de uma estratégia política dual, ou seja agiram ofensivamente, colocando questões de relevância para o conjunto da sociedade ( a poluição ), uma boa causa, no sentido da abrangência da articulação social e ao mesmo tempo exerceram pressão sobre o Legislativo local.

Num outro sentido agiram defensivamente, preservando sua especificidade, suas estruturas associativas e produzindo contra-instituição alternativa ( no caso uma tentativa de instituição, o Comitê ).(Habermas, citado por Costa 1994:48)

De outro modo podemos afirmar que o movimento atuou dentro e fora da política institucional. Alguns autores reforçam a necessidade de uma estratégia política dual " apoiada simultaneamente nos sujeitos da sociedade civil e em outros atores políticos como partidos e sindicatos"(Costa,1994:48).

Pois,

*"por sua própria definição, um movimento social não pode se adequar aos limites de políticas partidárias institucionalizadas. Ao mesmo tempo, entretanto, os movimentos não podem alcançar seus objetivos trabalhando somente fora dos partidos".*(Fainstein,1989:49)

#### 2.4 A Iniciativa popular. A cidadania ativa.

Devemos destacar do movimento ocorrido em Mogi Guaçu, a utilização correta da iniciativa popular para a apresentação de projetos de lei, como um instrumento importante de ação da cidadania.

O termo "utilização correta" por nós empregado vai no sentido de que se aproveitaram todas as vantagens de utilização desse instrumento , em grande parte elencadas por Benevides(1991) juntamente com outras formas de democracia direta.

Ao nosso ver, as vantagens da utilização da iniciativa popular no caso de Mogi Guaçu foram:

a) Enfrentamento positivo da máquina partidária<sup>62</sup> e das "lideranças cristalizadas". Neste caso representadas pelo Deputado Federal

---

<sup>62</sup>No caso a máquina do PMDB, controlada pela família Bueno.

Carlos Nelson Bueno favorável a implantação do projeto. Ao mesmo tempo, a utilização da iniciativa popular impediu a capitalização por parte do grupo do ex-prefeito, Valter Caveanha, contrário ao projeto;

b)O recolhimento de assinaturas integrou-se a um processo de educação para a cidadania,o povo tornou-se co-responsável pela decisão tomada;

c)Favoreceu a tomada de decisão por parte do Legislativo, que se pronunciou com rapidez num tema que poderia ser de "impasse", e que poderia se prolongar indefinidamente;

d)Fortaleceu-se o regime democrático através do controle de ato emanado do Poder Público ( a iniciativa de construir a usina) e ao mesmo tempo não se questionou a legitimidade dos atos desse mesmo Poder;

e)A utilização da iniciativa popular, na verdade, foi fonte de recuperação da legitimidade política do Prefeito, além de manter a estabilidade política no Município, ao encerrar uma questão que causava uma divisão na sociedade local;

f)A utilização da iniciativa popular mobilizou setores, que de outro modo não se manifestariam. Benevides classifica esses setores como "apáticos" ou "maioria silenciosa".

A utilização correta desse instrumento da cidadania no caso de Mogi Guaçu fica evidenciada ainda mais, porque se observou que a população não vinculou o resultado do processo de iniciativa popular ao Prefeito. Não se condenou o Prefeito, mas sim a proposta.A decisão integrou-se como parte da rotina

democrática, revelando maturidade na utilização de um instrumento de democracia direta.

Um outro ponto a ser evidenciado, foi a perfeita complementaridade entre a representação política e a participação direta da população. A partir do momento que os vereadores receberam o projeto de lei popular, este teve rápida tramitação, e foi aguardado com tranquilidade vigilante pelos agentes ativos do processo.

No caso de Mogi Guaçu, a democracia direta exercida através da iniciativa popular, fortaleceu as instituições existentes e a representação política, e demonstrou ser uma prática democrática que poderá aos poucos ir se incorporando ao cotidiano do cidadão comum.

O processo de consulta popular revelou-se como prática comum e complementar aos instrumentos formais existentes.

Como aspecto negativo, uma das desvantagens da democracia direta seria,

*"a provável supremacia dos grupos de pressão, dos segmentos mais organizados, ou do poder econômico, na condução das campanhas eleitorais para referendo ou iniciativa popular."*(Benevides,1991:47)

No caso em estudo, os segmentos mais organizados foram importantes na mobilização em torno da iniciativa popular, mas não chegaram a exercer a supremacia do movimento, que caracterizou-se como supra-partidário e não se constituindo nenhum grupo que conseguisse controlá-lo.

Pensamento de Machado(1994), em recente trabalho, vai de encontro em grande medida com a utilização da iniciativa popular em Mogi Guaçu,

*"No Município(...), dependendo de sua situação geográfica, sua estrutura social, sua tradição histórica e conjuntura econômica, pode ocorrer uma grande resistência à participação principalmente advinda dos chamados "chefes" políticos ou "coronéis". A defesa de interesses mesquinhos na microscopia geopolítica pode ser acirrada ou até exacerbada e, por isso, precisamos socorrer-nos da possibilidade - ainda não inteiramente estruturada- de exercer o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular para as questões ambientais, como enseja o art.14,I,II e III, da Constituição Federal. A promoção da "conscientização pública"(art.225, parág.1o., VI, da C.F.) poderá possibilitar o êxito na utilização desses mecanismos de participação Pública".*

## CAPÍTULO III - O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

### 3.1 Os novos direitos

A promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 foi o coroamento de um processo evolutivo no trato das questões ambientais no Brasil. Considerada como sendo *"...talvez a mais avançada do mundo na questão ambiental, não só pelo capítulo específico sobre o meio ambiente(art.225),mas também porque esse tema permeia uma série de outros preceitos constitucionais..."*<sup>63</sup>

Fato relevante na nova Constituição é que o meio ambiente aparece pela primeira vez, como um direito fundamental da pessoa humana, não mais como um *"simple aspecto da atribuição de órgãos ou entidades públicas, como ocorria em Constituições mais antigas"*.(Silva,1994:23).

Afirma José Afonso Silva, que a Constituição de 1988 foi a primeira a tratar deliberadamente da questão ambiental. Diz que"

*"Assumi o tratamento da matéria em termos amplos e modernos. Traz um capítulo específico sobre o meio ambiente, inserido no título da ordem social(Cap. VI*

---

<sup>63</sup>Zucca(1992)p.39

*do Tit.VIII). Mas a questão permeia todo o seu texto, correlacionada com os temas fundamentais da ordem constitucional"*<sup>64</sup>

Decorrente direta da Declaração de Estocolmo de 1972, o meio ambiente ecologicamente equilibrado foi incluído como um direito fundamental entre os direitos sociais do homem(vide anexo IV).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento(CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro, em 1992,<sup>65</sup> foi ainda mais longe ao incluir na sua Declaração de Princípios a participação da sociedade como o melhor modo de tratar as questões ambientais.

O Princípio 10, da Declaração do Rio de Janeiro, é importante documento que serve de parâmetro e estabelece as bases em que deve ocorrer a participação nas questões ambientais, garantindo o efetivo exercício da cidadania.

Seu enunciado afirma que,

*"A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao Meio Ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar de processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando informação à disposição de todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a procedimentos*

<sup>64</sup>Silva(1994) pág. 26.

<sup>65</sup>A Conferência foi realizada de 03 a 14 de julho de 1992.

*judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à compensação e reparação de danos"*<sup>66</sup>

Deste modo a questão ambiental e a cidadania são indissociáveis. O efetivo exercício da cidadania inclui um permanente monitoramento do meio ambiente por parte dos cidadãos.

A qualidade de vida passa a ser um direito assegurado constitucionalmente e a participação da sociedade nos assuntos ambientais que lhe dizem respeito, passa a ser reconhecido pela comunidade internacional como fator importante para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Como afirma Rolnik(1994),  
*"Da conquista deste direito a consciência dá conta e podemos até dizer que ela é o principal instrumento de que dispomos para sua viabilização. Há até uma expressão no velho jargão de esquerda que designa exatamente isso: "tomada de consciência", isto é, apropriação da capacidade que tem a consciência de conhecer os direitos e deveres a que todos deveriam ter acesso, assim como de permitir àquele que está excluído de tais direitos perceber esta exclusão e lutar por seu estatuto de cidadão".*

A eclosão do Movimento de Resistência à usina termelétrica em Mogi Guaçu revela a construção de uma identidade coletiva<sup>67</sup> quanto ao exercício de um direito, e revelou uma forma de participação política, proporcionada pela ampliação dos direitos do cidadão.

<sup>66</sup>Publicado na Revista Estudos Avançados. Volume 6, no.15, 1992.

<sup>67</sup>No sentido utilizado por Jacobi(1987:262) de construção de uma identidade coletiva ou uma "nova cultura política" onde são reivindicados o pleno exercício de direitos já estabelecidos. Essa identidade coletiva só é possível pela tomada de consciência de que não usufruem do direito.

Esse é um processo de luta permanente, de conquista e de garantia de novos direitos da cidadania e que só pode ocorrer numa sociedade integralmente democrática,

*"cuja característica fundamental seria dada pelo delicado equilíbrio entre suas instituições sociais e políticas como um todo e a ação dos seus cidadãos. Só assim se poderiam tornar efetivos os direitos de cidadania..."* (Quirino & Montes, 1987)

Pois se garantiria um fluxo permanente de demandas sempre renovadas que a sociedade colocaria diante do Poder Público, e que suas instituições por processos, os mais diversos - formais ou de democracia direta - deveriam ser capazes de integrar à vida política, assegurando a incorporação dos novos direitos ao âmbito da cidadania.

No caso em estudo, a demanda da população pela manutenção da qualidade de vida, que teoricamente estava ameaçada pela construção e posterior operação da usina termoelétrica, foi integrada à vida política na forma de uma lei proibindo a construção de usinas termoelétricas em Mogi Guaçu, e que surgiu de uma manifestação de democracia direta: a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

A posição, muitas vezes não explícita da população, torna-se visível pela posição dos agentes sociais que expressam a vontade coletiva, e acionam o poder político formal na defesa dos seus interesses.

Segundo Borja(1998:24),

*"a participação tem também uma função educativa, desenvolve a consciência cívica dos habitantes, reforça os laços de solidariedade e torna mais compreensível*

*e aceitável a noção de interesse geral".*

Nesse sentido o movimento que ocorreu em Mogi foi pródigo. A participação paralisou a ação daqueles que num primeiro instante estavam em vantagem.

E a participação ocorreu, estritamente, dentro dos marcos institucionais. A articulação entre a sociedade civil e os representantes formais do sistema político, foi modelar. Se não houveram grandes mobilizações de rua, reafirmamos, foi porque a ação da cidadania pela manutenção de seus direitos ocorre cada vez mais como rotina dentro dos marcos das instituições, consolidando o processo democrático que vivemos.

Essa participação pode tomar corpo, sob várias formas. Mas para o nosso trabalho consideramos importante a que se dá através da política convencional e da sociedade civil.

No caso em estudo, como veremos, a participação da população foi decisiva na modificação da correlação de forças, que num primeiro momento parecia pender para os que tentavam implantar a Usina Termoelétrica.<sup>68</sup>

A outra forma importante de participação se dá através da Sociedade Civil,

*"integrada em boa medida por todos aqueles grupos com identidade própria e que não pretendem ser os intérpretes sociais das maiorias, objetivo cada vez mais complexo,*

---

<sup>68</sup>A questão da correlação de forças foi muito bem colocada por Briones(1990). E o uso que fazemos da expressão ao longo do texto tem origem na sua definição, que é muito clara e precisa. "Deste modo o universo de protagonistas do fenômeno político se compõe dos partidos políticos independentemente de sua origem e do conjunto de instituições e indivíduos, com a condição de ser capazes de expressar publicamente uma vontade de fazer social. Todos confrontam a força de suas respectivas vontades. E é esta interação que se denomina correlação de forças políticas a que finalmente transforma a vontade de fazer em capacidade de fazer. A correlação de forças políticas mesmas é, portanto, o eixo do poder: em consequência, a obtenção do domínio social - o poder - é a modificação em favor próprio de uma determinada correlação de forças políticas". citado por Tomic(1992).

*dada a heterogeneidade de interesses e expressões".*  
(Tomic,1992)

A esse respeito devemos destacar a importancia da constituição e do fortalecimento de organizações interessadas na defesa e estudo do meio ambiente, e que cada vez mais deverão cumprir o papel de informar as populações em sua área de atuação, acompanhando os processos ecológicos envolvidos.

Estas organizações serão capazes de rapidamente induzirem uma ação contrária(Ferreira,1989) a qualquer agressão ao meio ambiente. Seus membros agindo como articuladores sociais(Jacobi,1989:155), possibilitariam a intervenção organizada da população no resguardo de seu direito de uma melhor qualidade de vida.

A influência de agentes sociais, identificados com uma postura ecológica - organizados ou não em entidades ambientalistas - torna-se cada vez maior, na medida que cresce uma consciência de que a qualidade de vida é um direito, e deve ser preservado.

O desenvolvimento de uma consciência crítica em relação as questões ecológicas, faz crescer uma demanda por informações relativas ao meio ambiente, e que em certo grau deve ser suprida pelos agentes ambientalistas. *"Sem informação a capacidade de decisão se reduz ostensivamente uma vez que aumentam as possibilidades de que se manipule a vontade popular."*Tomic,1992.

Essa ação torna-se cada vez mais importante, particularmente, nos Municípios pois inibe a ação de agentes

econômicos, que de outra forma desenvolveriam projetos prejudiciais ao meio ambiente.

O desenvolvimento da cidadania "*é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos*" (Marshall,1987) . Considerando-se como adquirido, o direito "*ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado*"<sup>69</sup> , resta à cidadania o exercício pleno desse direito através da luta para mantê-lo e efetivamente conquistá-lo na prática.

Essa mobilização em torno do efetivo exercício dos direitos adquiridos, se reveste de necessidade vital para a consolidação da democracia, pois há uma espécie de consenso de que as leis ambientais no Brasil são excelentes, mas não são cumpridas.(Guimarães Jr.,1991:15)

A conclusão de Ferreira(1992a:234), se aplica perfeitamente ao caso quando diz,

*"Pode-se argumentar portanto, que provavelmente um dos aspectos mais relevantes da emergência de ações sociais provenientes da questão ecológica tem sido o de recuperar o significado da cidadania, não só em termos de conquistas institucionais mas, sobretudo, na constituição de uma identidade que gradualmente vai quebrando a consciência fragmentária que nos foi imposta pelo regime autoritário e pela situação subalterna dos atores sociais".*

O processo ocorrido em Mogi Guaçu, em torno da instalação ou não de uma termelétrica, se insere dentro do contexto em que a justaposição dos direitos ambientais legalmente

---

<sup>69</sup> Constituições Federal e Estadual e Leis Orgânicas Municipais(Vide anexos IV,V e VI)

reconhecidos<sup>70</sup> e o direito de fato, a um ambiente sadio, deve motivar grandes discussões, particularmente, nas comunidades locais devido a disparidade existente entre um direito reconhecido formalmente e um direito a ser adquirido na prática.

Como lembra Guimarães(1991:129),  
*"Que exista democracia tampouco dá garantias de um desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável, tendo que incorporar as bases ecológicas do conflito social no funcionamento de muitas instituições democráticas."*

Dessa forma, a ampliação da extensão da cidadania envolve um processo político pelo qual se amplia e se define gradualmente, em todos os níveis, os direitos e deveres recíprocos.(Bendix,1964)

No caso em estudo, a Cesp não compreendeu que o estágio atual da cidadania impõe novas exigências na implementação de políticas públicas que possam colocar em risco as condições ambientais.

Essa nova necessidade social é que motivou a ação local, através de um outro direito recém-conquistado pela sociedade, que é a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular<sup>71</sup>. Incluído na Lei Orgânica Municipal de Mogi Guaçu, foi base legal, utilizada para barrar a implantação da usina.<sup>72</sup>Foi a primeira vez no Município que se utilizou esse direito.

<sup>70</sup>E incluídos nas Constituições Federal e Estadual e nas Leis Orgânicas Municipais.

<sup>71</sup>Artigo 29, Inciso XI, da Constituição Federal.

<sup>72</sup>O artigo da Lei Orgânica Municipal sobre projeto de iniciativa popular tem o seguinte conteúdo:

"Artigo 36 - A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada, mediante proposta:

-----  
 III - de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento do eleitorado do Município.

Essa ação através do sistema político convencional é importante, como já assinalamos, para a consolidação da prática democrática, pois a participação da população altera a correlação de forças no Poder Político Local, e garante a realização da vontade coletiva.

*Assim entendido, o exercício efetivo da cidadania, "é fundamental tanto para legitimar os instrumentos que utilizará a sociedade para enfrentar o problema ambiental através da autoridade política democraticamente eleita, como para decidir e atuar diretamente no limite das medidas que levarem a cabo". (Tomic, 1992)*

Essa forma de participação política, que se constitui na articulação da sociedade civil em torno de uma ação no sistema político convencional, fortalece a democracia participativa e consolida os mecanismos formais de exercício democrático.

Podemos afirmar que a ação convencional é uma forma legítima e difundida de participação<sup>73</sup> e que deve ser considerada em todas as questões ambientais.

Sob este aspecto o movimento em Mogi Guaçu foi exemplar, como veremos.

### 3.2 Os atores e a ação

O direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, tem sido bastante difundido através dos órgãos de comunicação e pelo trabalho desenvolvido por ambientalistas, tanto

<sup>73</sup>Tomic(1992) considera a "participação política convencional como forma legítima e difundida de participação na América latina". E que deve-se valorizar as propostas que levam em consideração a participação política convencional, não se podendo ignorar essa instância.

aqueles organizados em torno de entidades legalmente reconhecidas ou não, como os que atuam motivados individualmente.

Este trabalho é importante, na medida em que trata de um direito recém-adquirido e muitos não aprenderam a fazer uso do mesmo (Marshall, 1967:84). O trabalho de esclarecimento desenvolvido por atores ambientalmente mobilizados, catalisa um sentimento ainda difuso, por melhoria da qualidade de vida. As energias liberadas nesse processo são proporcionais ao valor do direito ameaçado.

No caso de Mogi-Guaçu, os atores ambientalmente mobilizados conseguiram demonstrar que havia a possibilidade do empreendimento ameaçar a qualidade de vida.

Do outro lado os que eram favoráveis, tentavam demonstrar que a usina desenvolveria o Município, melhorando a arrecadação e aumentando a oferta de empregos<sup>74</sup>. Em relação a questão ambiental, esta posição ficou reduzida ao plano de defender-se das acusações, tentando demonstrar que era ecologicamente viável.

Mas a ação dos que tentaram implantar a usina privilegiou a ação política tradicional, particularmente utilizando em excesso os artificios da cooptação e da propaganda. (Tonella, 1991:155)

A tentativa de cooptação foi tão evidente que deu margem a manifestações de cidadãos indignados através dos órgãos

---

<sup>74</sup>Entrevistas do Deputado Federal Carlos Nelson Bueno e do Prefeito, Hélio Miachon Bueno no Jornal "O Impacto" de 28/02/93.

de imprensa. Sobre a viagem ao Japão patrocinada pela Cesp, por exemplo,

*"É nítida a impressão de que essa viagem armada com o dinheiro público, arrecadado através de tarifas na conta de energia elétrica, é feita para comprar a consciência de pessoas influentes da sociedade civil que talvez se vendam facilmente".<sup>75</sup>*

A compreensão, mesmo ainda difusa, por parte da população desse novo direito social, o ambiental, é muito forte e bastante difundido, particularmente, entre a juventude. E projeta para o quadro político local um interesse cada vez maior da população nos assuntos diretamente ligados ao meio ambiente.

Para essa conscientização ambiental, muito tem contribuído os órgãos de comunicação de massa em todos os níveis, a disseminação de publicações semanais que trazem artigos relacionados ao meio ambiente, o trabalho não-reconhecido e quase anônimo de professores de escolas primárias e secundárias, que de forma muitas vezes isolada, procuram repassar aos seus alunos valores baseados no respeito a natureza e as ameaças provocadas pela ação do homem.

No que diz respeito a imprensa,  
*"o potencial da mídia para se adiantar e antecipar informações em estágios iniciais pode facilitar com que a comunidade se organize e problemas ambientais sejam prevenidos antes de se tornarem graves. A veiculação de êxitos e sucessos da ação ambiental pode inspirar a sociedade e reforçar as ações que transformam positivamente o meio ambiente. Isso se aplica especialmente ao âmbito local da ação, que afeta o cotidiano".*  
 (Ribeiro, 1992:82)

<sup>75</sup>Manifestação de leitor de Itapira, publicado na Folha de São Paulo, 04/04/93.

No mês de dezembro de 1992, no início do processo em Mogi Guaçu, a Revista Globo, que é vendida em bancas de jornais, teve entre suas matérias principais, uma, referente a chuva ácida, onde um dos assuntos abordados foi a poluição causada pelas termelétricas que utilizam o resíduo viscoso de Refinaria de Petróleo. Constavam vários exemplos de países europeus que sofreram degradação em seu meio ambiente devido a ação corrosiva da precipitação ácida. Como exemplo de ação popular a ser desenvolvida, foi citado o caso de Paulínia, que conseguiu fazer com que o Governo do Estado cancelasse a construção da termoelétrica.<sup>76</sup>

*"Um mês depois do anúncio de Bonini, o jornal O Estado de São Paulo trazia uma matéria sobre árvores doentes, contaminadas por chuva ácida. O texto diz que uma em cada cinco árvores da Europa está doente, segundo informe sobre o estado das florestas divulgado pela Comissão Européia".<sup>77</sup>*

Essas matérias que são publicadas pelos órgãos de imprensa, particularmente os de circulação nacional, são importante material de educação ambiental. Copiados, circulam nas salas de aula, sendo utilizados com bastante frequência nos trabalhos escolares.

Muitas vezes a capacitação de núcleos de ativistas ecológicos, se dá pela leitura desses artigos, arquivados com carinho e que instrumentalizam a ação do grupo quando se faz necessário.

Segundo Silva(1978:216)citando Katz,

---

<sup>76</sup>Revista Globo Ciência, dezembro de 1992.

<sup>77</sup>A Comarca, 16/05/93.

*"em qualquer campanha de opinião pública, a televisão, o rádio, os jornais, o cinema são eficientes naquilo que Katz define como 'papel introdutório ou informacional' enquanto são os canais pessoais os mais eficientes para o papel 'legitimizador ou ativador'"*.

Nesse sentido os grupos ecológicos funcionariam como legitimadores, cumprindo o papel de ativadores de uma consciência ecológica.

Os meios de comunicação de massa são os principais fornecedores de informação e opinião sobre problemas ambientais para a quase totalidade das pessoas<sup>78</sup>, mas não são capazes de formar uma consciência ecológica ativa, há que se ter os grupos ou agentes comunitários.

Devemos considerar que,  
*"o Estado ou as coletividades podem falhar em sua tarefa. O cidadão deve poder portanto mobilizar-se em caso de insuficiência dos poderes públicos(...). Pior, o próprio Estado pode ser o causador do problema: estradas, aeroportos, explorações florestais, produção de energia(...) não faltam oportunidades. É portanto saudável e até indispensável numa democracia que os cidadãos e suas associações possam garantir sózinhas a defesa de seu meio ambiente."*  
 (Vernier, 1994)

Para que isso ocorra, uma das condições indispensáveis é o acesso a informação, *"Um cidadão ativo é, antes de mais nada e em primeiro lugar, um cidadão esclarecido"*.

Essa ação crescente de grupos comunitários voltados para a preocupação ecológica, e muitas vezes a ação individual de agentes sociais com a mesma preocupação, tem contribuído

---

<sup>78</sup>Silva(1978), à página 218 relata pesquisa a respeito.

enormemente para o desenvolvimento de uma consciência ecológica ativa.<sup>79</sup>

No caso de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, este modo de agir se multiplicou e cresceu, devido ao anúncio de instalação rápida de uma usina termoeétrica. Além da reprodução dos textos de jornais, as escolas passaram a convidar ambientalistas e técnicos para palestras.

A Cesp, reconhecendo a importância da rede de ensino no processo de formação da opinião pública, desenvolveu ação específica nessa área.

*"Os assessores da Cesp informaram ainda que a empresa vai promover uma série de palestras e debates nas escolas do Município e desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento da população".<sup>80</sup>*

Aqueles que se colocavam contrários a usina também procuraram desenvolver um trabalho intensivo junto às escolas.<sup>81</sup>

*"As comissões apartidárias contrárias à instalação da Usina Termoeétrica em Mogi Guaçu se reuniram, novamente, no sábado, 20, para definir as estratégias de campanha. Ainda esta semana, as escolas serão procuradas para autorizarem a entrada de membros das comissões para fazer palestras aos alunos."<sup>82</sup>*

Os estudantes, por iniciativa própria, promoveram vários abaixo-assinados, independentemente de suas entidades.

*"A União Mogimiriana de Estudantes (UME) não tem uma posição definida sobre a instalação de uma usina termoeétrica, cogitada para Mogi Guaçu. O presidente da UME,*

<sup>79</sup>Na entrevista com o líder do Grupo DX-Guaçuano, encontramos em sua residência um bom arquivo de recortes de jornais e revistas desse tipo.

<sup>80</sup>Jornal do Guaçu, 01/05/93.

<sup>81</sup>Gazeta Guaçuana, 31/03/93.

<sup>82</sup>O Impacto, 23/03/93. Na entrevista com o sindicalista Lázaro César da Silva, este nos confirmou que a Comissão Regional de Luta contra a Termoeétrica visitou e fez palestras em quase todas as escolas.

*Sidnei Claro, decidiu se manifestar depois de afirmar ter ouvido a veiculação de uma notícia pela rádio Nova Onda de Mogi Guaçu, de que 3.000 estudantes aderiram a um abaixo-assinado a favor da termelétrica".*<sup>83</sup>

Manifestaram-se, também, junto às Câmaras Municipais apoiando as decisões dos vereadores. No dia 01 de Abril a Câmara Municipal de Mogi-Mirim aprovou por unanimidade, requerimento contra a instalação da termelétrica em Mogi Guaçu, *"cientes do problema, alunos de escolas estaduais estiveram quinta-feira na Câmara, apoiando a decisão dos vereadores"*.<sup>84</sup>

E outras ações, muitas delas incentivadas por professores e que eram dirigidas às autoridades municipais.

*"O Prefeito Bacar recebeu essa semana cartas de alunos da Escola Estadual "Sinhazinha". Ele se irritou ao saber que as cartas traziam o mesmo texto e a seguinte mensagem "Sr. Prefeito, não construa usina. Construa uma área de lazer". Bacar justificou sua irritação dizendo que não deve ser atribuída a êle a intenção de construir uma termelétrica na região. Além disso, Bacar questiona a espontaneidade dos alunos em copiar cartas com o mesmo texto."*<sup>85</sup>

O trabalho desenvolvido pelos mestres estava dando resultados positivos, a ponto de incomodar os que eram favoráveis a usina, como estampava notícia de jornal local.

*"O vereador Ademar de Barros de Mogi Mirim, acusou os professores de estarem induzindo os estudantes na discussão em torno da instalação da termelétrica."*<sup>86</sup>

<sup>83</sup>O Impacto, 13/06/93.

<sup>84</sup>A Comarca, 03/04/93.

<sup>85</sup>A Comarca, 10/04/93.

<sup>86</sup>Jornal do Guaçu. 18/04/93.

Em decorrência dessas ações, aumentou o grau de participação ao longo do processo, dando origem a uma série de manifestações de pessoas que queriam se expressar de alguma forma.

Ciclistas que iam fazer uma viagem de bicicleta aos Estados Unidos, queriam fazer chegar ao presidente desse país um documento contrário a termoeletrica.<sup>87</sup>

Associações de bairro em seu trabalho cotidiano incluíam a questão da construção da usina termoeletrica em suas pesquisas junto aos moradores.

Exemplo disso foi uma pesquisa realizada no período de 20 de janeiro e 4 de fevereiro que constatou existir em determinada área, 806 famílias a favor da construção da usina e 239 contrárias.<sup>88</sup>

As colunas de leitores dos jornais, tanto os locais como os regionais e os de circulação nacional, receberam várias manifestações de cidadãos da região acerca do problema da usina.

*"A discussão sobre a construção de uma obra polêmica como a usina termoeletrica seria mais honesta e barata se fosse feita com transparência para toda a população, para analisar se essa usina seria ideal ou não para o nosso caso".<sup>89</sup>*

A preocupação com a degradação ambiental, e a necessidade de preservar o pouco existente, aparece em muitas intervenções.

<sup>87</sup> A Comarca, 03/07/93, O Guaçuano, 21/08/93 e Jornal do Guaçu, 21/08/93.

<sup>88</sup> Pesquisa realizada pela Associação de Bairros dos Jardins Murilo, Santo Antonio, Lagoa da Felicidade e da Vila São Carlos, que incluiu o tema Usina Termoeletrica entre entre outros dez itens pesquisados. Gazeta Guaçuana, 13/03/93.

<sup>89</sup> Manifestação de leitor de Itapira, na Folha de São Paulo, 04/04/93.

*"A construção da termoelétrica em Mogi Guaçu acelera um debate sobre a região. A área em torno da cidade não é um primor de densidade florestal, mas existem santuários ecológicos, como o Horto Florestal de Mogi Mirim. Não é um conjunto ambiental de grande porte e, por isso mesmo o que existe não pode ser exposto à degradação. Se a usina não polui, porque a Termoelétrica mudou de Paulínia para Mogi Guaçu."*<sup>90</sup>

Manifestação semelhante de outro leitor preocupado com a degradação futura e sua irreversibilidade, ilustram o grau de preocupação na população.

*"A idéia de injetar-se quase seiscentos milhões de dólares na construção de usina, gerando centenas de empregos na obra e outros na sua operação regular, é o fato atraente e interessante. Não é tudo, porém, se a operação concorrer para prejudicar a qualidade do ambiente em que vivemos. Este é um preço demasiado alto e um prejuízo irrecuperável - ou se for recuperável, mais tarde, será a um custo por demais elevado."*<sup>91</sup>

Com a Sociedade Civil se manifestando com mais vigor na cidade vizinha de Mogi Mirim, muitas pessoas na Câmara cobravam os vereadores para encabeçarem uma manifestação pública em Mogi Guaçu. Duas semanas antes da manifestação de primeiro de Maio,

*"outras pessoas cobraram de alguns vereadores uma passeata em protesto a instalação da Usina em Mogi Guaçu. Disseram que Mogi Mirim está protestando e aqui nenhuma passeata foi realizada até agora. Defenderam que os vereadores que são contra a instalação da usina em Mogi Guaçu deveriam assumir o comando das manifestações e organizarem uma passeata"*<sup>92</sup>

<sup>90</sup>Manifestação de outro eleitor de Itapira, na Folha de São Paulo, 11/04/93.

<sup>91</sup>Leitor manifestando-se no O guaçuano, 10/02/93.

<sup>92</sup>O Guaçuano, 14/04/93.

A formação de uma consciência ecológica, embasada no reconhecimento dos direitos ambientais, como um direito fundamental para a vida, certamente ampliou-se junto a população do Município.

A questão da usina termoelétrica abriu um espaço para um deslocamento de valores, em que uma certa quantidade de crescimento econômico, foi substituída por qualidade de vida. E, *"certamente, qualidade de vida é um valor bem mais complexo do que o de progresso material. Isso porque ela é multifacetada, incorporando as dimensões estética, espiritual e material: à quantidade gerada pela atividade 'produtiva' soma-se a qualidade que o meio ambiente não degradado é capaz de proporcionar à vida"*.(Fuks,1992:127)

No processo de construção da identidade coletiva já mencionada, deve-se destacar a importância que teve a mediação exercida por agentes externos ao local propriamente dito, onde ocorria a ação - Mogi Guaçu - e seus reflexos no processo de construção dos pressupostos coletivos da ação(Jacobi, 1987:262).Entre os quais podemos citar: a elucidação da complexidade técnica a respeito do funcionamento da termoelétrica, o repasse da experiência acumulada na tentativa anterior em Paulínia, entre outros.

A se registrar o importante papel desempenhado por técnicos e intelectuais ligados a universidades, particularmente à Unicamp, durante todo o desenrolar dos acontecimentos e que foi fundamental na organização do debate em torno da instalação ou não da usina termelétrica.

Como, de modo geral, no trato das questões ambientais necessita-se de um certo grau de conhecimento científico dos processos envolvidos, torna-se de fundamental importância o papel desempenhado por esses agentes, que se legitimam em termos sócio-culturais "*pela posse e domínio do saber*" (Mammarella, 1993), por deterem um determinado nível de conhecimento e maior acesso a informações.

A necessidade de um rápido entendimento a respeito do funcionamento de uma termelétrica e seus possíveis efeitos sobre o meio ambiente, como condição necessária para a ação das pessoas mais ativas, fez com que muitos professores da Universidade participassem de palestras, convidados pelas Câmaras Municipais, escolas, comissões locais contrárias à termelétrica e grupos ambientalistas. Contribuíram, fortemente, para a formação de uma opinião pública com a divulgação de suas opiniões através da imprensa falada e escrita.

Nesse movimento em particular, surgiram muitas participações de intelectuais e técnicos com algum vínculo local, situação sempre destacada e valorizada pela mídia regional.

Além das participações que relataremos, cumpre destacar, como típica, a que houve no dia 07 de junho na cidade de Espírito Santo de Pinhal, onde na sessão ordinária da Câmara houve,

*"palestra de esclarecimento e conscientização do professor de mecânica e pesquisador da Unicamp, o pinhalense Itamar Ferreira, que novamente abordou as graves consequências ao meio ambiente para toda a região, caso seja*

*construída a Usina Termoelétrica em Mogi Guaçu.*"<sup>93</sup>

A condição de originário de Espírito Santo de Pinhal do professor tem tanta importância no texto como a formação acadêmica. Esta condição, além de valorizar a explanação, torna-a mais receptiva pela comunidade, na medida que o portador do conhecimento técnico é um "igual" , integrante do espaço cotidiano. Castells em certa medida reflete sobre isto ao afirmar que *"o tema da conservação do meio ambiente recolhe, amplia e renova o modelo clássico da participação local..."*. É uma forma de dar vida a uma ação comunitária, quando o crescimento urbano e as grandes cidades fizeram explodir o espaço cotidiano, onde as autoridades locais, muitas vezes, já não tem poder de decisão sobre muitos dos problemas da vida da comunidade.

*"a cruzada sobre o meio ambiente suscita uma espécie de super-comunidade que se estende ao conjunto da nação, sem que por isso perca o estilo "familiar" da intervenção política e do modelo político das classes médias, baseado em um grande tema compartilhado e com diferentes pontos de vista que se enfrentam educadamente através de "lobby" dirigido a instituições que não se discutem.*(Castells,1977:73)

Muito embora estivesse se referindo a sociedade norte-americana, o que está dito acima, adequa-se muito bem ao estilo de vida das cidades do interior do Estado de São Paulo, e à importância que a comunidade local dá a "seus" intelectuais, valorizando sua opinião e fortalecendo sua identificação regional.

A importância do conhecimento técnico-científico dos professores da Unicamp foi sempre realçado pela imprensa local.

*"O combustível que será utilizado é o piche - produto*

<sup>93</sup>O Jornal de Pinhal, 12/06/93.

*altamente poluente - segundo professores da Unicamp considerados de reconhecida capacidade técnica".<sup>94</sup>*

A intervenção dos intelectuais "orgânicos" foi absolutamente democrática, tanto comportou opiniões contrárias, como favoráveis ao projeto da usina termoelétrica. Como bem o demonstram, numa mesma matéria de jornal, dois professores:

*"O professor da Unicamp e presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, Sérgio Valdir Bajay, diz que a termoelétrica é viável, se forem usados dessulfurizadores e se houver um monitoramento constante do seu funcionamento.*

*Já o diretor do Instituto de Biologia da Universidade, Mohamed Habib, diz que os equipamentos só conteriam 90% da poluição causada pela usina e isso é insuficiente."<sup>95</sup>*

Conforme já relatamos, particularmente acentuada foi a participação de técnicos e intelectuais residentes nas cidades que sofreriam os efeitos de qualquer mudança ambiental, caso ocorresse a instalação da usina.

Em numerosas passagens do presente texto, aparecerá com destaque essa participação dos professores universitários, desempenhando o papel de cidadãos, não só no reconhecimento do aspecto dos direitos assegurados de uma melhor qualidade de vida. Mas, assumindo outro aspecto contido no conceito de cidadania que são os deveres do cidadão para com a Sociedade e o Estado.

Como portadores de um determinado "saber", cumprem o trabalho social de disseminá-lo, como parte dos deveres de intelectual consciente de seu papel na sociedade.

<sup>94</sup>O Jornal de Pinhal, 12/06/93.

<sup>95</sup>Folha de São Paulo, 16/05/93.

Essa dualidade - direitos e deveres - é importante ser realçada, pois é parte importante do conceito de cidadania, e muito pouco citada na literatura.

Todos os cidadãos tem direitos e deveres para com o Estado e a Sociedade. Mas como os cidadãos não são socialmente iguais, possuem diferentes deveres. Além disso a história social de cada indivíduo estabelece uma proporcionalidade entre os direitos e deveres de cada um.

No caso dos professores e técnicos da Universidade, nessa questão específica da usina termelétrica, seus deveres estão diretamente relacionados com o investimento social que a sociedade fez em sua formação, e que permitiu se apropriarem de um determinado "saber" técnico-científico que em certas circunstâncias esta mesma sociedade necessita.

### 3.3 O ambientalismo

O processo vivido por duas entidades ambientalistas de Mogi Guaçu, servem de importante exemplo de como a informação e a participação, dificultam e até mesmo impedem a manipulação da vontade popular.

Desde o início do processo, tentou-se a manipulação das duas entidades ambientalistas que existiam, a Adema - Associação de Defesa do Meio Ambiente - Zé da Pesca, e a Adefauflo - Associação de Defesa da Fauna e da Flora.

No caso da Adema, o seu presidente, Sebastião Rodrigues de Souza, foi um dos primeiros a ser convidado a ir ao

Japão, em viagem paga pela Cesp, para conhecer o funcionamento das usinas termoeletricas daquele país.

Ao retornar da viagem, francamente favorável a usina, e com sua imagem sendo utilizada em matéria televisiva pela Cesp, teve que enfrentar seus companheiros de diretoria que estavam com posição contrária ao empreendimento<sup>96</sup>. Estes, desautorizaram qualquer manifestação sua, e a Adema passou, a partir do fim de Abril, a integrar o movimento de oposição, sendo uma das principais entidades a convocar a manifestação do dia 10. de Maio.

A outra entidade, a Adefauflo, foi formada em outubro por influência do PMDB, participando de sua formação inclusive o Presidente local do Partido.<sup>97</sup>

Promoveu, no início, várias palestras sempre apresentando os aspectos positivos da implantação da usina termoeletrica.

No início de junho de 93, havia vários indícios de crise interna na entidade. O Presidente, ao ser indagado sobre uma faixa conclamando a população a dizer "sim" à termoeletrica, afirmou que a *"faixa foi colocada no local pelo PMDB e não pela Adefauflo"* e que a entidade que preside não tem posição definida sobre o assunto.<sup>98</sup>

No dia 12 de junho, a crise na entidade vem a público,

---

<sup>96</sup>Maiores informações sobre este processo vivido por Sebastião Rodrigues de Souza com a Adema estão no Capítulo V, do presente texto.

<sup>97</sup>Embora os indícios nos jornais sejam eloquentes, de que foi montada com o objetivo de auxiliar na implantação da usina. Obtivemos confirmação de que deveria ser um instrumento da futura administração junto ao seu vice-presidente na época, Sérgio Gallano.

<sup>98</sup>Jornal do Guaçu, 05/06/93

*"Fundada em outubro do ano passado, a Adefauflo - Associação de Defesa da Fauna e da Flora de Mogi Guaçu, obviamente com o objetivo de preservar a fauna e a flora com trabalhos de esclarecimento a estudantes e à população em geral, com projetos educativos e até passeios, esteve com suas atividades paralisadas, por falta de entrosamento entre seus dirigentes"*<sup>99</sup>

Com o aumento da participação e da indignação, a entidade entrou num processo de crise, que culminou com a renúncia de dois de seus membros, o Presidente André de Oliveira e o tesoureiro Luiz Carlos Ferreira.<sup>100</sup>

*"A renúncia foi anunciada logo após o vice-presidente da entidade, Sérgio Gallano, ter informado que a entidade se posicionaria em relação a instalação da termelétrica"*<sup>101</sup>

No dia 19 de junho, houve reunião com o que restou da diretoria, e a maioria dos seus integrantes decidiu que,

*"A Associação mantém firme posição contrária à instalação da Termelétrica, inclusive conclamando a população para que não fique neutra e continue se manifestando contrária à execução dessa obra"*.<sup>102</sup>

Embora tenha se tentado manter como Adefauflo<sup>103</sup>, o fato é que novos integrantes se agregaram e constituíram uma outra entidade denominada Aproma - Associação de Proteção ao Meio Ambiente,<sup>104</sup> que permanece ativa até hoje.<sup>105</sup>

<sup>99</sup>O Guaçuano, 12/06/93

<sup>100</sup>Jornal do Guaçu, 26/06/93. Fato significativo é que Luiz Carlos Ferreira é o Presidente do PMDB local.

<sup>101</sup>Jornal do Guaçu, 26/06/93

<sup>102</sup>O guaçuano, 03/07/93

<sup>103</sup>Foi convocada pela imprensa uma reunião no dia 10 de julho, aberta ao público, para se discutir a estruturação definitiva da entidade. Jornal do Guaçu, 03/07/93.

<sup>104</sup>A diretoria provisória da Aproma foi eleita dia 14 de agosto. E contava na sua fundação com 25 sócios. Manifestou-se, contrariamente à Termelétrica. Contava em sua diretoria com Maria Lucinha Caveanha Lealdini (Vice) que fazia parte do Condema até 1992. E com Antonio Barbosa Pereira, do Grupo DX. (Jornal do Guaçu, 21/08/93).

<sup>105</sup>Foi registrada como pessoa jurídica em 10/03/94. E desenvolve trabalhos, principalmente em escolas, onde seus membros fazem palestras, passam filmes e participam de debates.

O processo político fez abortar as tentativas de manipulação e de cooptação das entidades ambientalistas, provocando seu amadurecimento e fortalecendo sua democracia interna.

Um outro fato a ser registrado, é que membros destacados dessas entidades tiveram alguma participação política local, atuando em partidos políticos.

O Presidente da Adema, Sebastião Rodrigues de Souza, até setembro de 1992 era vice-presidente do PSB local<sup>106</sup>, quando renunciou por conta própria dessa condição, e o Presidente da Aproma, ex-vice da Adefauflo, Sérgio Gallano, foi candidato a vereador pelo PMDB em outubro do mesmo ano.

Uma outra experiência a ser resgatada em todo o processo que ocorreu em torno da mobilização contra a usina termoeletrica, foi a atuação do Conselho Municipal do Meio Ambiente-Comdema- de Mogi Mirim.

O Conselho fez publicar relatório onde levanta uma série de questões do ponto de vista técnico, e sugere vários itens a serem abordados num novo Eia/Rima, específico para a região.

O Comdema conclue o relatório em tom de alerta e preocupação.

*"Seja pelos Municípios, seja pelos Estados, seja pela Federação, só deixaremos de viver situações caóticas, desorganizadas e marginalizadas o dia em que o contexto técnico e de bom senso predominar sobre o contexto político. Todo elemento relativamente informado, teme a aplicação de investimentos, como este, pela descredibilidade ocorrida em projetos semelhantes em go-*

---

<sup>106</sup>Gazeta Guaçuana, 31/03/93.

*vernos anteriores".*<sup>107</sup>

Esses fatos, e a postura que o ambientalismo local adotou em relação a tentativa de implantação da usina, indicam as possibilidades do movimento ter se constituído em uma força importante de consolidação de práticas democráticas no seio da sociedade.<sup>108</sup>

Dos agentes ativos do processo, que possuíam uma atuação na área ambiental, há que se mencionar ainda o Grupo DX-Guaçuano, de rádio-escuta de emissoras de ondas curtas, composto por 18 membros, e fundado em 12 de outubro de 1992, e que em sua atividade, privilegiam os temas ecológicos.

DX, na linguagem de comunicação utilizada pelos seus integrantes quer dizer "distância ignorada".

Dois jornais locais, o Guaçuano e o Jornal do Guaçu, divulgaram relatórios periódicos do grupo, liderado por Antonio Barbosa Pereira.

O Grupo enviou, durante o período analisado, relatórios para várias rádios de ondas curtas internacionais denunciando a tentativa da Cesp em implantar a usina termoelétrica. No mês de maio, por exemplo, duas emissoras de rádio, a Voz da América, dos EUA, e a Rádio Japan-NHK, do Japão, divulgaram um relatório anual do grupo onde consta que, *"Mogi Guaçu está correndo o risco de ser invadida pelas instalações das usinas termelétricas da Cesp, as quais são destinadas a terrível queima diária de 2 mil toneladas de Resvac, ou seja: lama asfáltica".*<sup>109</sup>

<sup>107</sup>O Impacto, 30/05/93.

<sup>108</sup>Sobre este aspecto do movimento ambientalista ver Antuniassi(1989).

<sup>109</sup>Jornal do Guaçu, 29/05/93.

Em outro relatório, denominado "SOS Dxiismo Ecológico", divulgado pela Rádio Japan constam várias dúvidas sobre a usina.

*"Não sou contra o progresso, nem contra a respeitável tecnologia japonesa. Aliás, nem sabemos se estes autorizaram alguém a fazer uso do seu renomado conhecimento técnico para garantir a queima de tão perigoso e fedorento produto..."*

*Afinal, nos filmes da Cesp divulgados através daquelas emissoras de TV não aparecem e nem falam grandes autoridades japonesas. Afinal, quem garante o quê?"*<sup>110</sup>

Publicando carta em um jornal local, no mês de Agosto, Antonio Barbosa Pereira, queixa-se de dificuldades para se organizar entidade ecológica,

*"Pelas minhas observações, pude perceber as grandes dificuldades em se organizar um Associação Ambientalista local, que seja totalmente independente e bem atuante."*<sup>111</sup>

E sugere que enquanto tal organização não existir, as pessoas devem denunciar as agressões ao meio ambiente às organizações nacionais e internacionais, e passa a elencar várias delas fornecendo o endereço para contato.

Interessante, é que na semana seguinte, dia 14 de Agosto, Antonio Barbosa, participa da reunião de fundação da APROMA - Associação de Proteção do Meio Ambiente - e integra a sua primeira diretoria provisória como assessor de imprensa.<sup>112</sup>

<sup>110</sup>Jornal do Guaçu, 29/05/93.

<sup>111</sup>Jornal do Guaçu, 07/08/93.

<sup>112</sup>O Grupo DX continua ativo até hoje, e mantém a rotina de divulgação de relatórios.

A existência desses grupos revela novas formas de sociabilidade, que consolidam e fortalecem a inserção dos novos direitos à prática cotidiana.

Devemos levar em consideração ainda, no que diz respeito aos ambientalistas, primeiro o fato deles se constituírem em portadores de "*elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos do cidadão, da cidadania*"(Vigevani,1989:128),e segundo, que eles não poderão solucionar tudo e que o problema da justiça social segue presente, e não pode ser separado da justiça ambiental.

A mobilização em Mogi Guaçu uniu outros movimentos com o ambientalismo local e regional para a solução de um problema comum. Este tipo de ação conjunta, abre perspectivas maiores para os agentes ambientais, no enfrentamento de problemas específicos pois,

*"qualquer tentativa de solução requererá o apoio de outros movimentos e se isto se esquece não se poderá solucionar a crise sócio-ambiental em suas raízes."*(Gudynas,1992:115)

## CAPÍTULO IV - O PODER POLÍTICO LOCAL.

### 4.1 Executivo e Legislativo

Em seu trabalho, Tonella(1991:155) afirma que existem dificuldades importantes para se fazer uma análise política em qualquer Município pela falta de transparência do jogo político.

Embora possa ser verdadeira a afirmação para municípios de grande porte, não nos parece que possa ser aplicada a municípios de menor tamanho e mesmo de tamanho médio onde as populações acompanham as articulações cotidianamente, constituindo parte importante da cultura das cidades do interior.

Em termos municipais, o caráter público do governo é mais evidente para a população, e são mais transparentes não só os administradores como as suas decisões. Mesmo porque há uma maior proximidade, e uma maior convivência, do cidadão comum com os atores da cena política.

Os órgãos de imprensa locais espelham essa realidade sendo ricos em detalhes do jogo político, que não aparecem com frequência, em circunstâncias normais, na imprensa das grandes cidades.

Nesse sentido, o processo político que estudamos foi rico em manifestações do Prefeito, Vereadores e outros agentes políticos.

O Prefeito recém-eleito, em pouco tempo e mesmo antes de tomar posse, assumiu a paternidade de levar ao Município a termelétrica. Imbuído de autoridade para agir em nome de outros, julgou que qualquer coisa que fizesse seria legítima e representativa da vontade da população. Sua iniciativa, certamente, partiu dessa premissa. (Kinzo, 1980:24)

A representação política formal exige maior presença da cidadania, na medida em que as expectativas dos representados sofrem transformações. Estes, cada vez mais devem fazer sentir ao representante que sua atuação deve estar "afinada" com os seus interesses.<sup>113</sup>

Ao se constituir a Câmara Municipal de Mogi Guaçu em *locus* privilegiado da ação, ocorreu esta "afinação" entre os interesses explicitados pelos seus representados, no caso da usina. Tanto que, o Executivo Municipal embora detivesse um enorme poder de pressão, perdeu sua eficácia perante uma participação maciça e constante.

Ao efetivo exercício da cidadania, correspondeu uma alteração na correlação de forças cada vez mais favorável ao movimento de resistência contra a termelétrica.

Essa pressão que os cidadãos exercem, a fim de fazer valer os seus direitos, não poderia ser considerada, sem uma

---

<sup>113</sup>a representação entendida como *atuação*, comportamento ou modo de agir afinado com expectativas ou instruções dos representados". (Lamounier, 1981) às páginas, 256 e 257.

apreciação da mediação mais importante que existe entre o Poder Político e o cidadão, que é a igualdade jurídica.

*"Participação política, portanto, só pode ser pensada dentro de um quadro de cidadania com todo um corolário de direitos inerentes a este 'status'."*(Nunes & Jacobi,1985:188)

E este "status" da cidadania, conforme vimos, foi substancialmente ampliado em seus direitos sociais, com a inclusão dos Direitos Ambientais nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orgânica do Município de Mogi Guaçu.<sup>114</sup>

#### 4.2 As Lideranças políticas.

No Município de Mogi Guaçu, ocorre um fenômeno político muito comum, tratando-se de municípios de médio porte, que é a alternância dos papéis vividos pela situação e oposição local.

Decorre já um certo tempo, em que os grupos políticos ligados ao atual Deputado Federal Carlos Nelson Bueno e ao ex-Prefeito Walter Caveanha se revezam no exercício do Poder Executivo<sup>115</sup>. Nos últimos anos a política local tem se revestido, quase sempre, de uma polarização entre esses dois grupos.

Fato curioso, é que as duas lideranças pertencem aos quadros de duas Estatais vinculadas ao setor elétrico. O Deputado Carlos Nelson, é funcionario da Cesp e o ex-Prefeito Walter

<sup>114</sup>Consultar anexos IV, V e VI.

<sup>115</sup>O Deputado Federal é do PMDB, e o ex-Prefeito é do PTB.

Caveanha, da CPFL. Não encontrei nenhuma evidência de que este fato possa ter influenciado as posições dos dois grupos políticos.

A acomodação de lideranças regionais nos quadros das Estatais, particularmente as do setor elétrico-CESP, CPFL e ELETROPAULO, ao longo dos últimos anos é fato bastante comum e mereceria uma análise mais aprofundada dessa "profissionalização" de políticos, via aparelho de Estado, pois a manutenção desses esquemas fortalecem estruturas tradicionais, dificultando a ascensão de novas lideranças.<sup>116</sup>

Outros grupos políticos existentes em Mogi Guaçu, podem representar forças emergentes e que não encontram espaço de expressão junto aos grupos políticos tradicionais. Nesse caso tem expressão política na cidade o PT, o PC do B, o PSB e o PSDB, embora não tenham até o momento, conseguido conquistar posições significativas<sup>117</sup>, que os capacitem a se tornar uma opção real de poder ao nível local.

Ao longo do período analisado, essas forças emergentes embora tenham explicitado as suas posições individuais como partidos, não chegaram a conflitar na disputa de posições pela liderança do movimento. O PC do B, através do seu Deputado Estadual, Dênis Carvalho, teve iniciativas isoladas de debate procurando capitalizar o movimento em seu início. Com a eleição da vereadora Janaína Rodrigues, bastante ativa no processo, o PT

<sup>116</sup>Só na região de Campinas, num rápido retrospecto, podemos assinalar algumas lideranças políticas de peso em seus municípios e que são funcionários de Estatais do ramo elétrico: Os ex-prefeitos Manoel San Martin, de Nova Odessa; Osvaldo Nallin, de Cosmópolis; José Carlos Oliveira, de Amparo, e Marcos José da Silva, de Valinhos. Há outros ex- e atuais, e uma lista enorme de vereadores e ocupantes de cargos de confiança nas Prefeituras.

<sup>117</sup>O PT, tem dois vereadores. O PSB um e o PSDB três. O PC do B, tinha um Deputado Estadual, Dênis Carvalho.

aparentemente estabeleceu um equilíbrio em termos de influência desses partidos que tinham alguma expressão no movimento social.

As diferenças entre os partidos de esquerda não se explicitaram durante o período analisado, provavelmente, devido ao pouco tempo de duração da ação, ao fato do adversário estar claramente definido - a Cesp e a Prefeitura - e finalmente, por estarem perfeitamente delimitados os motivos da ação - a ameaça à qualidade de vida.

Os outros partidos tiveram uma atuação institucional mais forte, disputando pouco o espaço com outras agremiações no movimento social. E nesse âmbito predominaram as ações do PSDB que detinha a Presidência da Câmara, e do PT através da vereadora citada, que articulava com o movimento social - sindicatos, entidades - o seu desempenho institucional.

A solução encontrada, de apresentação de projeto de iniciativa popular, favoreceu a permanência da unidade das oposições, que de outro modo poderiam disputar a paternidade da iniciativa prejudicando a articulação conjunta.

Embora, esse conjunto emergente não tenha se constituído numa força capaz de ameaçar o domínio dos dois grupos dominantes<sup>118</sup>, certamente a manutenção do controle político por parte das elites dependerá cada vez mais de sua capacidade de composição com estas forças novas de origem social diversa (Kerbaux, 1979:110), mas fundamentalmente ligadas às camadas mais esclarecidas da população.

---

<sup>118</sup> Isso ficou demonstrado, mais uma vez nas eleições de 1994, onde a votação na cidade se polarizou entre o Deputado Federal Carlos Nelson Bueno e o candidato a Deputado Estadual Walter Caveanha. Este com votação expressiva na cidade embora não tenha sido eleito.

Do ponto de vista do exercício do Poder Político Local, os vereadores assumem importante papel na máquina partidária. Quase sempre as manifestações dos Partidos confundem-se com as manifestações dos Parlamentares, e é o Prefeito que, na definição de ações políticas, "torna-se figura de referência obrigatória, não só para o partido que representa mas também para aqueles que lhe fazem oposição. (Tonella, 1991:80)

Desse modo, a manifestação do Chefe do Executivo sempre motivará ações de outros agentes, tanto aqueles que lhe são favoráveis como os que são contra. O eixo de articulação política no Município se constrói em torno da figura do Prefeito.

Ocorre que no âmbito do Poder Político Local, as Câmaras Municipais após a Constituição de 1988, juntamente com a promulgação de Leis Orgânicas específicas para cada Município, tiveram ampliada a sua possibilidade de intervenção nas decisões do Executivo. <sup>119</sup>

Embora os Prefeitos continuem com grande poder de pressão sobre os Vereadores, estes são cada vez mais sensibilizados por uma cidadania ampliada por novos direitos, e que mobilizada sob certas condições possibilita um posicionamento das Câmaras, muitas vezes diferente do que ocorreria se não houvesse a pressão popular<sup>120</sup>.

---

<sup>119</sup>Entre outros as Câmaras passaram a influir no orçamento municipal, no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, e fundamentalmente elaboram a Lei Orgânica Municipal, Constituição Local, onde podem ser estabelecidas diversas formas de controle do Poder do Prefeito- como por exemplo, os prazos e penalidades nas respostas aos requerimentos enviados pelo Legislativo.

Sobre os novos direitos incluídos nas Leis Orgânicas Municipais, consultar Silva A.A (1990:45).

<sup>120</sup>Sobre as formas do Executivo Municipal submeter o Legislativo, ver Daniel, C. (1988), páginas 34 e 36.

Essa participação social, é fundamental para o fortalecimento da democracia, ao incluir cada vez mais em sua prática os processos formais de representação, não se restringindo estritamente às eleições, mas articulando permanentemente sua ação com o sistema político convencional.

A visão meramente instrumental ainda existente em determinados grupos políticos, dos processos formais de representação<sup>121</sup>, é um dos obstáculos à consolidação da democracia, na medida em que discrimina os eleitos, antes mesmo de darem mostras de sua condição como representantes.

No caso em estudo, a vitória na luta contra a instalação da usina termoeétrica pressupunha a não discriminação do grupo do ex-Prefeito Valter Caveanha, que em outras circunstâncias poderia ser jogado na vala comum de "integrante das elites" e portanto impossibilitando a aliança institucional.

A posição do ex-Prefeito, assumida quando ainda no cargo, contrário à instalação da usina termoeétrica, impossibilitou que se veiculassem críticas ao seu grupo político e facilitou o ingresso no bloco oposicionista, barrando a discriminação antecipada dos eleitos como integrantes das elites e portanto não confiáveis.

---

<sup>121</sup>"Uma visão puramente instrumental dos procedimentos formais da representação, aceitos somente na medida em que abrem maiores possibilidades de ação para grupos específicos". Lamounier(1981), às páginas 256 e 257.

## CAPÍTULO V - O PROCESSO POLÍTICO

### 5.1 O Processo de Implantação.

Do término da eleição - em 3 de outubro - até o anúncio público feito pelo Presidente da Cesp - 16 de novembro, o Prefeito eleito articulou-se para defender a proposta da usina.

No mês de outubro, o Presidente do PMDB, Luiz Carlos Ferreira, convida Sérgio Gallano<sup>122</sup>, para ser vice-presidente, de uma associação ambientalista que seria criada, onde o Presidente deveria ser André de Oliveira<sup>123</sup>.

Esta associação no início do processo promoveu debates com pessoas que defendiam a instalação da usina, e seu Presidente e o vice estiveram em Paulínia, juntamente com o Prefeito eleito<sup>124</sup> para convidar Henrique Padovani<sup>125</sup> para realizar palestras em Mogi Guaçu.

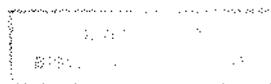
---

<sup>122</sup>Esta informação obtivemos junto ao próprio Sérgio Gallano, em entrevista realizada em 09/11/94.

<sup>123</sup>É a futura Adefauflo, que em Novembro apareceu publicamente com a diretoria definida. O Presidente, André Luiz de Oliveria, era estudante de Biologia na PUCC de Campinas. (Jornal do Guaçu, 22/11/92. e O Guaçuano, 18/11/92).

<sup>124</sup>Em fins de novembro de 1992(Jornal do Guaçu).

<sup>125</sup>Ecologista, Presidente do PV de Paulínia, e que esteve em junho de 92 no Japão a convite da Cesp para conhecer as Usinas Termoelétricas.



O processo de luta contra a implantação de uma usina termelétrica em Mogi-Guaçu, foi uma demonstração da necessidade do pleno exercício desse direito recém-adquirido, que é lutar de todas as formas para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como fundamental para garantir a qualidade da vida.

O projeto em si tem aspectos positivos e negativos<sup>126</sup>, mas a forma como se tentou implantá-lo, revela a incompreensão de alguns para a importância em tratar as questões ambientais com o nível de destaque que a própria Constituição as contemplou, como sendo uma conquista da cidadania. Silva(1994:44) coloca com precisão esta questão,

*"importante é que se tenha a consciência de que direito à vida, como matriz de todos os direitos fundamentais do homem é que há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente. Cumpre compreender que ele é um fator preponderante, que há de estar acima de quaisquer outras considerações como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como as da iniciativa privada"*

Do modo exposto, o direito a um meio ambiente sadio torna-se um componente fundamental do conceito de cidadania, um requisito que se impõe sobre todos os outros .

Deste modo , até a possibilidade futura de ser arranhado esse direito deve ser considerada, e passa a ser uma ameaça ao pleno exercício da cidadania. Como bem o demonstra um editorial da Gazeta Regional,

---

<sup>126</sup>Os aspectos positivos foram relacionados no Relatório Técnico. Sumário Executivo. Competitividade e impactos da Usina Termoelétrica a resíduos ultraviscosos de petróleo, em Paulínia. Contrato Cesp/Unicamp/Funcamp no.92.000/94000/000127. de Novembro de 1991.

*"Já passamos pelos duros anos da ditadura, quando todas as grandes questões nacionais eram implementadas pelos donos do poder, à revelia da sociedade.*

*Hoje não se admite mais tamanha exorbitância, cabendo aos segmentos sociais, no exercício do direito de cidadania, denunciarem qualquer violência que se lhe pratique, direta e indiretamente, sob todas as formas. Mais do que denunciar, cabe ao cidadão, acionar as instituições públicas para que estas impeçam a concretização de projetos que possam constituir crimes contra a natureza."*<sup>127</sup>

Os que tentaram implantar o projeto, da forma como foi feita, ignoraram a cidadania ampliada em gozo pelos cidadãos após a Constituição de 1988. Se ela não era exercida até então, apresentaram uma razão para que o fosse ao colocar em risco a qualidade de vida da população da região, até pela simples possibilidade de que poderia haver problemas.

Um outro exemplo é o artigo, na coluna Idéias & Debates, do Jornal do Guaçu que expõe a preocupação, em relação ao potencial poluidor da usina,

*"Em 7 de março de 1976, apesar da Champion ser uma empresa com técnicas do 1o. mundo e ter toda uma importante preocupação sobre as questões ambientais, vazou para o rio Guaçu 20.000 m<sup>3</sup> de Lixívia Negra destruindo quase 70% dos cardumes de peixes de todo o rio.*

*Este é um exemplo que potencial poluidor não quer dizer poluição, mas também não é certeza de que nunca ocorrerá acidentes"*.<sup>128</sup>

Priorizou-se a ação política, em detrimento de considerações tecno-científicas que assegurassem ao cidadão

<sup>127</sup>Gazeta Regional, 15/05/93

<sup>128</sup>Jornal do Guaçu, 06/12/92.

comum, que o empreendimento traria mais benefícios do que prejuízo ao meio ambiente.

Mesmo a ação política empreendida caracterizou-se pelo predomínio de métodos pouco democráticos como: cooptação, pressão, ameaça e intensa propaganda no estilo de repetição constante dos mesmos pontos abordados com o objetivo de torná-los verdade.

Desde o início, a articulação CESP-Prefeito eleito revelou-se inábil, não compreendendo a extensão dos direitos hoje existentes e que tornam o exercício da cidadania, um fator fundamental em toda articulação política que necessite de apoio popular.

Sem levar em conta a possibilidade de serem acionados os direitos que garantem o estágio atual da cidadania, atropelaram as ações, e anteciparam uma medida polêmica antes mesmo do Prefeito eleito tomar posse.

## 5.2 O início

A primeira manifestação pública indicando a possibilidade de que a usina fosse construída em Mogi-Guaçu, partiu do presidente da CESP, Antonio Carlos Bonini de Paiva, ao dar entrevista em Campinas, no dia 16 de novembro de 1992.

Demonstrando estar em perfeita sintonia com o presidente da Cesp, o Prefeito eleito, Hélio Miachon Bueno, no dia seguinte, 17, juntamente com Vereadores eleitos e representantes da

comunidade assistiram fita de vídeo com informações sobre a termelétrica.<sup>129</sup>

No outro dia, 18, a Adefauflo (Associação de Defesa da Fauna e da Flora) divulga pela imprensa a constituição de sua primeira diretoria. Esta entidade terá um posicionamento identificado com o Prefeito eleito desde o seu início.<sup>130</sup>

Ato contínuo, após a manifestação do Presidente da Cesp, em Mogi-Guaçu, aparecem as primeiras manifestações contrárias. A presidente do Comdema-Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-, a arquiteta Maria Lucinda Caveanha Lealdini, se declara contrária, afirmando entre outras coisas que:

*"um congresso realizado em Paulínia, para debater a questão da termelétrica, foi totalmente contra. A termelétrica é apontada como uma das responsáveis por chuvas ácidas"*.<sup>131</sup>

O Prefeito, que ainda estava no cargo, Walter Caveanha, declara que:

*"Não havia sido informado oficialmente até o final do expediente de ontem. Primeiro é preciso conhecer o projeto. De antemão só posso adiantar que se for o mesmo apresentado para ser executado em Paulínia e, anteriormente em Piracicaba, é extremamente poluente"*.<sup>132</sup>

O jornal acrescenta ainda, que as comunidades de Piracicaba e Paulínia quando consultadas, recusaram a instalação da termelétrica.

No dia 21 de novembro o assunto ganha maior dimensão através do jornal Gazeta Guaçuana, que durante todo o

<sup>129</sup>Jornal do Guaçu, 22/11/92.

<sup>130</sup>O Guaçuano, 18/11/92.

<sup>131</sup>O Guaçuano, 18/11/92.

<sup>132</sup>O Guaçuano, 18/11/92.

processo adotou postura francamente favorável a usina. De acordo com o jornal, após a divulgação, o assunto "*já está tomando grande espaço em toda a imprensa da região*".<sup>133</sup>

É publicada por esse mesmo jornal, extensa entrevista do presidente da CESP, defendendo a instalação em Mogi-Guaçu, e onde aponta que "*a Cesp não pode renunciar à tecnologia termelétrica*" porque "*no Estado de São Paulo não temos alternativa de construção de novas usinas hidrelétricas*", acrescenta que "*existem dispositivos que controlam totalmente a emissão de poluentes gerados*."

Na mesma página, aparece uma entrevista do ecologista de Paulínia, Henrique Padovani, afirmando que,

*"se o projeto da usina termelétrica que está para ser construída em Mogi-Guaçu tiver a tecnologia moderna de dessulfurização, os problemas ambientais serão mínimos. A população tem que se garantir, pois se o trabalho não for acompanhado com bastante rigor, no que diz respeito ao meio ambiente, teremos mais uma usina gerando problemas"*.<sup>134</sup>

O Prefeito eleito afirma em outra matéria do mesmo jornal que há cinco meses vem discutindo com a Cesp a possibilidade de implantação de uma usina na cidade. Revela que o projeto não oferece qualquer risco ao meio ambiente e que durante os tres anos de construção serão absorvidos de 2500 a 3000 funcionários, e depois que a usina entrar em operação vai necessitar de 400 empregados.

Informa ainda que,

<sup>133</sup>Gazeta Guaçuana, 21/11/92.

<sup>134</sup>Gazeta Guaçuana, 21/11/92.

*"a termelétrica prevista para Mogi-Guaçu deve queimar por dia cerca de uma tonelada de resíduo proveniente da queima de petróleo da Refinaria de Paulínia(Replan) e produzir 350 megawatts de energia além de 20 toneladas de gesso".<sup>135</sup>*

Ainda nessa página um outro artigo, revela que o *"professor e ecologista Sebastião Rodrigues de Souza, presidente da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Mogi-Guaçu(Adema), assistiu a filmagem feita durante a visita às Termelétricas do Japão ...e que aceitou o convite do Prefeito eleito para participar de uma viagem que será feita no próximo mês ao Japão, junto com representantes de vários segmentos da sociedade guaçuana e da região, para ver de perto como funcionam as Termelétricas e os riscos que oferecem a população e ao ecossistema em geral".<sup>136</sup>*

Desse modo, a população guaçuana ficou sabendo num único dia, que tudo já estava definido. Isto, apenas cinco dias após o Presidente da CESP levantar a hipótese de se construir a termelétrica em Mogi-Guaçu.

Tomaram conhecimento os cidadãos guaçuanos, de que o Prefeito eleito estava há cinco meses conversando com a CESP. Que havia uma viagem marcada para o Japão, com pessoas já escolhidas. E, para completar, que um ecologista, favorável a obra declara que *"é positivo, desde que o trabalho seja acompanhado com bastante rigor, sendo teremos mais uma Usina com problemas"*.

Não há como impedir a suspeita por parte de pessoas medianamente informadas e conscientes de seus direitos em relação a um projeto que transparece nas informações veiculadas

<sup>135</sup>Gazeta Guaçuana, 21/11/92.

<sup>136</sup>Gazeta Guaçuana, 21/11/92.

como tendo sido encaminhado sigilosamente por algumas pessoas durante um certo tempo.

Uma manifestação em coluna assinada, sintetiza o sentimento resultante,

*"Na última semana toda a comunidade guaçuana recebeu com surpresa o anúncio de que nosso Município estaria sendo estudado para receber as instalações daquela Usina Termelétrica que foi rejeitada por toda região situada nas proximidades de Paulínia que possui, vejam só, uma Refinaria de Petróleo.*

*Com exceção de alguns privilegiados que esconderam a notícia o quanto quiseram, ninguém mais tinha tomado conhecimento do fato".*<sup>137</sup>

Antes de terminar o mês de Novembro, o Prefeito Walter Caveanha, logo após receber em audiência o Prefeito eleito e o Vice, emite várias declarações contrárias ao projeto, entre as quais de

*"que o aquecimento da água em sete graus, necessário para o funcionamento da Termelétrica, resultará na aceleração da desova e, conseqüentemente na matança dos peixes do Rio Mogi-Guaçu".*

*"a Termelétrica poderá, com a chuva ácida, resultar na destruição da produção de laranja e de tomate da cidade as quais garantem a maior parte dos empregos".*<sup>138</sup>

No início de Dezembro, a Câmara Municipal por 11 votos contra 4, aprovou requerimento repudiando *"a forma obscura com que se concebe os estudos para a instalação da Usina Termelétrica em Mogi-Guaçu".*<sup>139</sup>

Por iniciativa do Deputado Estadual Dênis de Carvalho, ocorre no dia 2 de dezembro, o primeiro debate público

<sup>137</sup>Jornal do Guaçu, 06/12/92.

<sup>138</sup>Jornal do Guaçu, 29/11/92.

<sup>139</sup>Gazeta Guaçuana, 05/12/92.

em torno do tema termelétrica, sendo convidado como palestrante o prof. de engenharia Mecânica da Unicamp, Osvaldo Sevá.

Compareceu um grande número de pessoas, a maior parte lideranças, formadores de opinião,

*"O plenário e a galeria da Câmara estavam lotadas por representantes de entidades como ADEMA, ADEFAUFLO, Associação das Mulheres, Associação Comercial e Industrial, AEUS, vereadores com mandato e eleitos em 3 de de outubro de Mogi-Guaçu e Mogi-Mirim, representantes sindicais e partidários, diretores e gerentes da CESP".<sup>140</sup>*

A reunião transcorreu num clima tenso, devido à presença de posições polarizadas, e que se acentuaram pela chegada, inesperada, do próprio Presidente da CESP, Antonio Bonini, que segundo um jornal provocou "um grande tumulto e correria"<sup>141</sup> e segundo outro, a reunião "foi crivada de desencontros e bate-bocas".<sup>142</sup>

O Secretário Estadual de Energia, José Fernando Costa Boucinhas, no dia 05 de dezembro, se reuniu com 31 Prefeitos da região, em Mogi-Guaçu. O assunto discutido foi a construção de uma termoeletrica.<sup>143</sup>

Em carta aberta à população várias entidades da região, particularmente de Campinas, manifestam-se com veemência contra a forma com que o processo se inicia. Advertem que,

*"vêm a público denunciar mais uma ameaça que paira sobre nossa região e mais uma vez apresentada como uma necessidade imperiosa para se evitar um futuro*

<sup>140</sup>Jornal do Guaçu, 06/12/92.

<sup>141</sup>Jornal do Guaçu, 06/12/92.

<sup>142</sup>Gazeta Guaçuana, 05/12/92.

<sup>143</sup>Folha de São Paulo, 06/12/93.

*problema. A ameaça é a construção da Usina Termelétrica da CESP em Mogi-Guaçu e o problema seria o racionamento de energia elétrica na região"*

Denunciam a política energética brasileira, e particularmente a do Govêrno do Estado de São Paulo que,

*"mantém os principios autoritários dos governos implantados a partir de 1964, sendo seus programas de ação e financiamentos impostos como fatos irreversíveis, sem consideração pela opinião pública que em última instância paga por estes serviços..."*<sup>144</sup>

A Câmara Municipal de Mogi-Guaçu encaminha requerimento pedindo informações ao Governador sobre a usina termoeleétrica que deve ser instalada no Município.<sup>145</sup>

No dia 11, os Prefeitos que integram a Associação da Bacia do Rio Mogi-Guaçu, reunidos em Araras, elaboram documento a ser encaminhado às autoridades do Estado ligadas ao setor energético,

*"os membros da entidade concluíram que a instalação da usina termelétrica em Mogi-Guaçu ou em outra cidade da região prejudicará a tese defendida pelos membros da diretoria da entidade, que elaborou e desenvolveu projetos voltados a conservação da fauna, da flora, do rio Mogi-Guaçu e do Meio Ambiente como um todo"*.<sup>146</sup>

<sup>144</sup>Jornal do Guaçu, 06/12/92. As entidades que assinam o manifesto são as seguintes: Clube Ecológico de Mogi Guaçu, Movimento Amigos da Natureza, Associação Campineira de Ação Ecológica, Proesp (Sociedade Protetora da Diversidade Das Espécies), Abpolar (Associação Brasileira de Prevenção à Poluição do Ar), Associação Vitória-Régia, Asseda (Associação Ecológica de Defesa Ambiental), Fundação Febre Amarela, Sindicato dos Eletricitários de Campinas, Dce da Puccamp, Sindicato dos Servidores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Partido Verde-Campinas, Clube dos Poetas de Campinas, Associação dos Economistas de Campinas, e Associação dos Geógrafos Brasileiros-Comissão Campinas.

<sup>145</sup>Folha de São Paulo, 09/12/92.

<sup>146</sup>Jornal do Guaçu, 20/12/92. A Associação da Bacia do Rio Mogi Guaçu, é integrada pelos Prefeitos das seguintes cidades: Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Araras, Conchal, Santa Rita do Passa Quatro, Pedreira e Pirassununga.

É divulgado na cidade um fax-símile datado de 20 de novembro, dirigido ao Nepam, da Unicamp, afirmando que o valor do empréstimo é de US\$ 500 milhões, o que excluiria o dessulfurizador de US\$ 85 milhões.<sup>147</sup>

O Engenheiro Flávio Pires, responsável pelo projeto de construção da usina na CESP, declara que o empréstimo foi feito em duas fases,

*"Na primeira segundo êle, foram liberados US\$ 580 milhões e na segunda, US\$ 85 milhões. A verba menor, de acôrdo com o engenheiro da CESP é destinada aos equipamentos anti-poluentes e foi liberada no fim de 1989, começo de 1990. Ele garantiu que o projeto será implantado na íntegra, incluindo os equipamentos anti-poluentes".*<sup>148</sup>

Ao longo do mês de Dezembro aconteceram várias reuniões na Câmara e em outros locais, como o anfiteatro do Luiz Martini, com palestras pró e contra a construção da usina.<sup>149</sup>

### 5.3 O ano seguinte, logo após a posse dos eleitos.

No mês de Janeiro de 1993, tomaram posse os eleitos no ano anterior, Prefeitos e Vereadores. O Prefeito, Hélio Miachon Bueno, mantém-se firme no propósito de construir a usina,

<sup>147</sup>Fax, do Japan Consulting Institute dirigido ao Nepam-Unicamp aos cuidados de Daniel Hogan. Datado de 20/11/92.

<sup>148</sup>Gazeta Guaçuana, 19/12/92. Como se poderá observar ao longo do trabalho, os valores citados entram em discrepância com outros, revelando a improvisação inicial por parte da Cesp.

<sup>149</sup>Entre as quais, com o Presidente da Cesp, o professor da Unicamp-Mohamed Habib- o ecologista Padovani de Paulínia e outros técnicos e professores.

participando inclusive de debates na Câmara Municipal sobre o assunto<sup>150</sup>.

O Deputado Federal , Carlos Nelson Bueno, informa que o governador Fleury Filho comunicará oficialmente ao Governo Federal, dia 14, sua intenção de instalar a usina termelétrica em Mogi-Guaçu.<sup>151</sup>

No dia 15, o ecologista paulinense Henrique Padovani, agora já como Secretário de Meio Ambiente de Paulínia, em visita ao Prefeito de Mogi-Guaçu, faz apelo para que a implantação da usina seja democrática, com a participação de toda a comunidade a qual deve ser informada detalhadamente sobre o projeto.<sup>152</sup>

Ao mesmo tempo, intensificam-se os debates,  
*"A polêmica divide representantes de grupos políticos que se revezam promovendo debates ora com convidados favoráveis à implantação da obra, ora contrários. Mas as dúvidas continuam e, por isso, é necessário persistir na discussão, a qual deve ultrapassar os limites dos melindres políticos e ser feita com seriedade para que nela se engaje a comunidade, a qual, para isso, precisa ser abastecida com informações objetivas, sem subterfúgios ou meio-têrmo"*.<sup>153</sup>

Debates são agendados por entidades, em vários locais da cidade, entre os quais, Associação dos Engenheiros, Sindicato dos Metalúrgicos e Associação Comunitária dos

<sup>150</sup>O Guaçuano, 23/01/93.

<sup>151</sup>O Guaçuano, 23/01/93.

<sup>152</sup>Jornal do Guaçu, 17/01/93.

<sup>153</sup>Editorial do Jornal do Guaçu, 24/01/93.

Moradores da Vila São Carlos, Jardim Santo Antonio, Jardim Murilo e Jardim Lagoa da Felicidade.<sup>154</sup>

O Presidente da Câmara, Mario Vedovello Filho(PSDB), levanta questionamento importante,

*"Se realmente estão previstas, as alterações no projeto inicial, anteriormente destinados a Paulínia - por que não reapresentá-lo àquela comunidade uma vez que o dessulfurizador - equipamento de controle ambiental - está incluído no novo projeto? Nesse caso, seria eliminada a necessidade do transporte do combustível, outra questão polêmica".*<sup>155</sup>

Foi constituída na Câmara Municipal, Comissão Suprapartidária, integrada por representantes do PT, PSB, PSDB, PFL e PTB, com a participação do Deputado Estadual Dênis Carvalho(PCdoB).<sup>156</sup>

A Comissão realiza reunião no dia 18, onde compareceu,

*"o Prefeito, Hélio Miachon Bueno, Secretários Municipais e representantes de Câmaras Municipais, Prefeituras e entidades de defesa do Meio Ambiente de toda a região como Paulínia, Mogi-Mirim, Itapira, Cosmópolis e Artur Nogueira".*<sup>157</sup>

Representantes de outras cidades revelam a necessidade de ampliar a discussão,

*"Alcebiades de Sá, líder do Grupo Vida, de Artur Nogueira, anunciou que pretende discutir a questão com os agricultores locais sobre a instalação da termelétrica. Segundo êle, estes serão os maiores prejudicados com a iniciativa".*<sup>158</sup>

<sup>154</sup>Jornal do Guaçu, 24/01/93.

<sup>155</sup>Jornal do Guaçu, 24/01/93.

<sup>156</sup>O Guaçuano, 20/01/93 e Gazeta Guaçuana, 23/01/93.

<sup>157</sup>O Guaçuano, 20/01/93.

<sup>158</sup>Jornal do Guaçu, 24/01/93.

No mês seguinte, 05 de fevereiro, ocorre reunião de Prefeitos em Mogi-Guaçu, com a presença do Presidente da CESP e do Secretario, Jose Fernando Boucinhas, um dos temas principais tratados foi a questão da usina.<sup>159</sup>

A Secretaria de Energia e Saneamento distribui comunicado na reunião onde,

*"é mencionado que entre outras vantagens decorrentes da construção da termelétrica está a criação, durante a fase de obras, de 1.200 empregos indiretos e, na operação e manutenção da usina, entre 200 e 300 empregos diretos. A obra incrementaria a economia da região, pois geraria também receitas adicionais decorrentes de impostos".*<sup>160</sup>

Em entrevista ao jornal "O Guaçuano", dia 06 de fevereiro, o Presidente do CREA, João Abukater Neto, declara que *"um projeto dessa natureza pode representar uma equação matemática correta, mas socialmente cruel"*.<sup>161</sup>

E, defende a realização de um amplo debate, ouvindo-se especialistas no assunto, para que depois possa ser oferecido à sociedade um diagnóstico claro a respeito.

Intensificam-se as discussões, e a Câmara Municipal acata requerimento do vereador João Reis(PSDB) para constituição de Comissão Especial para estudar o assunto.<sup>162</sup>

*"Depois de um certo resfriamento, a questão da construção da usina termelétrica da CESP, em Mogi-Guaçu, voltou a aquecer. Inicialmente a partir de uma propositura do vereador João Reis(PSDB), sugerindo a constituição de uma comissão que ouça técnicos e especialistas sobre*

<sup>159</sup>O Guaçuano, 06/02/93 e Jornal do Guaçu, 07/02/93.

<sup>160</sup>Jornal do Guaçu, 07/02/93.

<sup>161</sup>O Guaçuano, 06/02/93.

<sup>162</sup>Gazeta Guaçuana, 06/02/93.

*a matéria. Depois porque, como se fosse em apoio a essa proposta, o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado, João Abukater Neto, fez proposição semelhante. E ainda também pelo fato de que, estando em Mogi-Guaçu no final da última semana, o presidente da Cesp, Antonio Carlos Bonini de Paiva, voltou a fazer defesa ardente do projeto, não economizando um tom passional e político ao fazer a abordagem".*<sup>163</sup>

Ao longo do mês continuam a haver palestras promovidas pelos mais diversificados segmentos da sociedade local, no dia 08 de fevereiro por exemplo, o Prefeito comparece ao Lions Clube de Mogi-Guaçu, para debater a questão termelétrica. Comparecem à reunião membros do Rotary Clube local, entre os quais seu Presidente e o Vice.<sup>164</sup>

Ao mesmo tempo, cresce o movimento regional contra a instalação da termelétrica, o Prefeito da maior cidade da região- Campinas- Magalhães Teixeira, manifesta-se de forma contrária ao projeto da CESP<sup>165</sup>. E ambientalistas da região de Campinas anunciam o lançamento em Mogi-Guaçu do Movimento Regional contra a Termelétrica.<sup>166</sup>

Em meados do mês,  
*"o promotor Aroldo da Costa Filho, curador do Meio Ambiente oficiou a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) para que apresente cópia do projeto da Termelétrica e estudo de impacto ambiental".*<sup>167</sup>

<sup>163</sup>Editorial do "O Guaçuano", 10/02/93.

<sup>164</sup>Gazeta Guaçuana, 13/02/93, e O Guaçuano, 27/02/93.

<sup>165</sup>Correio Popular, 07/02/93.

<sup>166</sup>Correio Popular, 09/02/93.

<sup>167</sup>Gazeta Guaçuana, 20/02/93.

No dia 18, a Câmara de Mogi-Guaçu, sedia encontro de entidades ambientalistas, onde foi divulgada carta enviada pelas organizações ecológicas de Campinas, ao Governador.

Próximo ao fim do mês, o Prefeito e o Deputado Federal, Carlos Nelson Bueno, concedem entrevista ao jornal "Impacto" de Mogi-Mirim, onde o Prefeito Hélio Miachon Bueno ataca o movimento contrário,

*"Na verdade, não são os ambientalistas, são pessoas que fazem do ambientalismo uma maneira de se projetar politicamente, assumindo posições políticas e não técnicas quando se trata do assunto".<sup>168</sup>*

O Deputado por sua vez enfatiza o caráter desenvolvimentista e político da obra,

*"Da mesma forma que os que se opõem, o fazem de uma maneira política, porque aos que são oponentes ao projeto não interessa que a administração municipal de Mogi-Guaçu e do Estado realmente retomem o desenvolvimento econômico do Estado. O debate é basicamente político, evidente. A proposta do governo Hélio Miachon Bueno para Mogi-Guaçu foi desenvolvimento industrial, geração de empregos, retomada do desenvolvimento. Oras, ele nem bem toma posse, consegue sensibilizar o governo Fleury para trazer uma obra do empreendimento dessa natureza para a cidade. Politicamente, esse é um passo enorme que ele dá de já atender uma proposta de governo. Aos oponentes não interessa que isso aconteça".<sup>169</sup>*

No mesmo jornal, sai entrevista do Presidente da CESP, reafirmando a defesa da instalação da usina, o título da matéria é uma frase catastrófica de Bonini, "Ou faz-se usina termelétrica, ou apaga-se a luz".<sup>170</sup>

<sup>168</sup>O Impacto, 28/02/93.

<sup>169</sup>O Impacto, 28/02/93.

<sup>170</sup>O Impacto, 28/02/93.

No final de Fevereiro a Câmara Municipal de Campinas, aprovou Moção contra a instalação,

*"os vereadores de Campinas firmam posição de repúdio a atitude da CESP e exigem o cumprimento da palavra dada pelo governador Fleury, cancelando definitivamente o projeto..."*.<sup>171</sup>

Essa manifestação somou-se a de várias outras Câmaras da região.<sup>172</sup>

No mês de Março, estava marcada a viagem da comitiva ao Japão (dia 18) e que, posteriormente, foi adiada para o dia 02 de Abril<sup>173</sup>. Quanto mais se aproximava a data, maior era o movimento contrário.

No dia 08 de Março a diretoria da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim *"com vivo interesse apreciou, discutiu e, pela unanimidade dos presentes disse não à instalação da termoelétrica em nossa região"*.<sup>174</sup>

O Presidente da Câmara Municipal, Mario Vedovello Filho, entregou,

*"ao governador Luiz Antonio Fleury Filho uma carta assinada por 12 vereadores, solicitando manifestação dele contra a instalação de uma termelétrica em Mogi-Guaçu"*.<sup>175</sup>

Na mesma semana, dia 09, o Presidente da Comissão Especial da Câmara que apura a instalação da usina, João Reis, entrega ao Cônsul do Japão no Brasil Akihiro Nakai um ofício onde *"a Câmara pede informações mais detalhadas ao governo"*

<sup>171</sup>O Guaçuano, 17/03/93.

<sup>172</sup>No Jornal do Guaçu de 15/05/93, por exemplo, aparecem as manifestações das Câmaras de Santa Bárbara D'Oeste e de Jundiá.

<sup>173</sup>O Guaçuano, 17/03/93.

<sup>174</sup>A Comarca 17/04/93.

<sup>175</sup>O Guaçuano, 17/03/93. Além dos 11 vereadores que integram a oposição, assinou o documento o vereador Paulo Mesquita do PMDB.

*japonês sobre o investimento e o projeto da usina termelétrica no Estado de São Paulo".*<sup>176</sup>

No mesmo dia uma comissão de políticos e ecologistas de Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu, aproveitando a visita do Cônsul do Japão a Campinas, entrega um documento de repúdio contra a instalação da usina termelétrica na região.<sup>177</sup>

*"O documento aponta que a liberação, pelo Eximbank, banco do governo japonês, de US\$ 500 milhões para a construção da usina, representará o aumento do endividamento externo brasileiro, além de causar grande impacto ambiental no Vale do Mogi carente atualmente de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas de despoluição de nossos rios, com a construção de estações de tratamento de esgoto".*

O documento critica ainda o *"empenho de alguns políticos e o patrocínio de viagens para o Japão de pessoas não qualificadas cientificamente para a implantação do projeto de instalação da termelétrica em Mogi-Guaçu, já debatida e rejeitada por pesquisadores, pela comunidade científica e pela sociedade local"*

Aponta a preocupação da comissão quanto ao transporte do combustível para o funcionamento da usina de Paulínia até Mogi-Guaçu, quando seria necessário o transporte de 2 mil toneladas por dia de resíduo viscoso.

*"Considerada a grande distância entre a fonte de matéria prima(Refinaria de Paulínia) e o local provável de instalação no município de Mogi-Guaçu, visto que aquela de-*

<sup>176</sup>O Guaçuano, 13/03/93.

<sup>177</sup>Correio Popular, 19/03/93. Assinam o documento entre outros, 11 dos 19 vereadores de Mogi Guaçu, e 14 dos 17 vereadores de Mogi Mirim. Os vereadores de Mogi Mirim que assinaram são: O Presidente da Câmara, Décio Mariotoni(PDS), Abner de Oliveira(PT), Massao Hito(PT), Paulo de Oliveira e Silva(PSB), Marilene Mariotoni(PRN), Edmur Pinto Fortuna(PDS), José Luiz de Oliveira(PTB), Maria Terezinha Ferraz(PMDB), Alonso Tomaz Moreno(PTB), Paulo Zeferino(PMDB), Milton Dante(PDS), José Jorge Modena(PDC), Luiz Carlos Fernandes Cortez(PFL), (A Comarca, 13/03/93).

*verá ser transportada em altíssima temperatura com riscos capitais para as zonas vizinhas ao tráfego do produto, com este documento, deflagramos um movimento regional de luta aberta contra essa agressão ao meio ambiente de um país do terceiro mundo".<sup>178</sup>*

O governador manifesta-se, afirmando que a construção de uma termelétrica em Mogi-Guaçu, será decidida apenas com a aprovação da comunidade local.<sup>179</sup>

Na vizinha cidade de Mogi Mirim, o movimento cresce com rapidez, no sábado, dia 20,

*"As comissões apartidárias contrárias à instalação da usina termelétrica em Mogi Guaçu se reuniram, novamente, para definir as estratégias de campanha. Ainda esta semana, as escolas serão procuradas para autorizarem a entrada de membros das comissões para fazer palestras aos alunos; também no próximo sábado, durante a feira do produtor(...), começará a coleta de assinaturas para um abaixo-assinado a ser entregue ao governador Fleury Filho."<sup>180</sup>*

No dia 24, o Promotor e Curador do meio ambiente, Aroldo Costa Filho,

*"solicitou à Companhia Energética de São Paulo(Cesp) os nomes e qualificações dos integrantes da comissão que realizará a viagem ao Japão para conhecer o funcionamento de uma usina termelétrica".<sup>181</sup>*

A solicitação tinha como objetivo saber se havia técnicos entre os integrantes, que pudessem avaliar a instalação da usina.

As rádios promoviam entrevistas e debates constantes. No dia 25 de Março, o presidente da CESP e a Vereadora Janáina

<sup>178</sup>A Comarca, 13/03/94.

<sup>179</sup>A Gazeta, 19/03/93.

<sup>180</sup>O Impacto, 23/03/93.

<sup>181</sup>Gazeta Guaçuana, 31/03/93.

Rodrigues Martins(PT) participaram de um programa na rádio Vale Verde, sobre a termelétrica e a viagem ao Japão. No debate o presidente revela,

*"que foi o Prefeito Hélio Miachon Bueno quem pediu que a CESP organizasse a viagem ao Japão. Isso para conhecer a usina termoelétrica em funcionamento, nos mesmos moldes daquela que a Cesp pretende construir em Mogi-Guaçu"*.<sup>182</sup>

No mesmo dia, a Câmara recebeu da CESP documento acerca da usina que pretendia construir na cidade.<sup>183</sup>

No Domingo, dia 28, a Comissão de Mogi Mirim panfletou e exibiu faixas no campo do clube da cidade, quando este recebeu a equipe do Santos, e ainda na Feira da Capela. A panfletagem continuou na Segunda e Terça-feira nos bares e locais de concentração popular.<sup>184</sup>

#### 5.4 A viagem ao Japão

Se o objetivo da viagem ao Japão era fortalecer a opinião favorável a construção da usina, o efeito foi completamente o oposto.

Ao se aproximar a data de embarque, dia 02 de Abril, toma corpo um forte movimento questionando o projeto e os objetivos da viagem, aumentando a já crescente mobilização contra a termelétrica.

Ao mesmo tempo, o Curador do meio ambiente tenta embargar a viagem,

---

<sup>182</sup>O Guaçuano, 31/03/93.

<sup>183</sup>O Guaçuano, 31/03/93.

<sup>184</sup>O Guaçuano, 31/03/93.

*"O promotor e curador do Meio Ambiente considerou que a comitiva não reúne os requisitos e solicitou ao Centro de Apoio Operacional das Procuradorias do Meio Ambiente, em São Paulo, para tomar medidas que impeçam a CESP de bancar as passagens aéreas para o Japão".*<sup>185</sup>

Aumentam as matérias publicadas nos diários de grande circulação, estadual e nacional. Os títulos dos artigos na semana da viagem, dão uma boa medida do seu conteúdo.

No jornal "Folha da Tarde", *"Interior protesta contra viagem"*<sup>186</sup>; no "O Estado de São Paulo", *"Região protesta contra termoelétrica"*<sup>187</sup>; no "Diário Popular", *"Mogi faz protesto contra termoelétrica"*<sup>188</sup>; e na "Folha de São Paulo", *"Vôo da Alegria: Padre justifica viagem às custas da Cesp"*.<sup>189</sup>

No dia 02 de Abril, embarcam para o Japão 14 pessoas<sup>190</sup>, dando início a muita polêmica e acendendo de vez o debate e a radicalização das posições.

Já no dia 03, um sábado, a Comissão Regional de Luta contra a termelétrica organizou em Mogi-Mirim *"uma manifestação contra a instalação da Usina em Mogi-*

<sup>185</sup>O Guaçuano, 31/03/93.

<sup>186</sup>Folha da Tarde, 03/04/93.

<sup>187</sup>O Estado de São Paulo, 03/04/93.

<sup>188</sup>Diário Popular, 03/04/93.

<sup>189</sup>Folha de São Paulo, 02/04/93.

<sup>190</sup>De acordo com o Jornal "Gazeta Guaçuana" de 31/03/93, a comitiva que foi ao Japão era constituída pelas seguintes pessoas: De Mogi Guaçu: Geraldo Ferreira Gonçalves (Vice-Prefeito), José Antonio de Souza-Pirituba (vereador), Bibiano Francisco Elói (vereador), Sebastião Rodrigues de Souza (Presidente da Adema), Mauro de Campos Adorno (Diretor-Proprietário da Gazeta Guaçuana e o Impacto), Carlos Nelson Bueno (Deputado Federal), e João Paulo Ferreira Lelo (Padre).

De Mogi Mirim; Ademar de Barros (vereador)

De Leme: Geraldo Macarenko (Prefeito e Presidente do Consórcio da Bacia do Rio Mogi Guaçu).

De Ilha Bela: Marco Antonio Miroz (vereador e representante da entidade ambientalista SOS-Mata Atlântica).

De São Paulo: João Abukater (Presidente do CREA), Luiz Fernando Galli (especialista em Meio Ambiente da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo) e Jairo Pires (Gerente de Comunicações da Cesp).

*Guaçu. A manifestação aconteceu na praça Rui Barbosa, no centro da cidade e envolveu integrantes da Comissão, que distribuíram folhetos informativos sobre os malefícios da Usina e colheram assinaturas junto à população para um abaixo-assinado que deve ser enviado ao Governador Luiz Antonio Fleury Filho".*<sup>191</sup>

A comitiva que foi ao Japão, cumpre seu roteiro de viagem. Visita instalações termelétricas, e é ciceroneada durante todo o tempo que lá esteve pela empresa Mitsubishi, que custeou a estadia da Comissão<sup>192</sup>. A empresa japonesa desenvolvia "lobby" pois tinha interesse em construir a usina no Brasil, pois detém a tecnologia de construção do dessulfurizador, fundamental para diminuir os gases emitidos durante a operação da Usina.

Enquanto isso, em Mogi-Mirim, na Semana Santa, dia 10,

*"O povo aproveitou a malhação de Judas para expressar seu repúdio contra a construção de uma Termelétrica em Mogi-Guaçu como pretende a Cesp. No Último sábado, um boneco que trazia no peito uma faixa "Termelétrica, Não", foi literalmente espancado, estraçalhado por bombas e depois queimado".*<sup>193</sup>

Retorna a comitiva no dia 11, com os seus integrantes tendo que prestar satisfações, as mais diversas, junto a opinião pública.<sup>194</sup>

Embora o grupo que viajou ao Japão tenha voltado com uma opinião favorável a construção da usina, teve muitas

<sup>191</sup>O Impacto, 04/04/93.

<sup>192</sup>Informação prestada pelo Vereador Pirituba (PMDB) e confirmada por funcionários da Cesp.

<sup>193</sup>A Comarca, 17/04/94. O Jornal estampa foto em primeira página do boneco sendo destruído.

<sup>194</sup>O padre teve que se justificar junto aos seus fiéis que reclamaram pelo fato de ter embarcado ao Japão, justamente durante a Semana Santa. o Presidente da Adema, teve que enfrentar a diretoria de sua Associação que tinha posições contrárias às dele. Outros membros apressaram-se em publicar relatórios de viagem nos jornais.

dificuldades em transmitir suas posições junto a população, devido estar fortalecida e cada vez mais consolidada, a opinião contrária a construção do empreendimento.

No dia 14 de Abril, o movimento contra a termelétrica ganha adesão importante de Itapira, Município vizinho a Mogi-Guaçu e Mogi-Mirim.

Em reunião realizada no Centro de Comércio e Indústria noticiam os jornais que

*"representantes de partidos políticos, ambientalistas e comerciantes de Itapira aderem hoje à Comissão Regional de Luta contra a Termelétrica".*<sup>195</sup>

Segundo um dos organizadores do movimento, *"a comissão deve reunir inicialmente 50 pessoas na cidade. O objetivo da comissão, segundo ele, é orientar a população sobre os problemas ambientais que seriam causados pela termoelétrica, como a emissão de gases poluentes e a chuva ácida".*<sup>196</sup>

O próprio Presidente da Associação Comercial, José Rocha Clemente, se manifesta contra o projeto de instalação da usina.

Também a Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim posiciona-se contrariamente ao Projeto.

Em carta enviada aos associados, e em matéria publicada nos jornais, a Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim conclama,

*"Prezado associado, queira divulgar o assunto com os familiares, junto aos seus amigos. Apoie nossa tomada de posição! Não negue a sua assinatura em abaixo-assinados e outras peças semelhantes. Vamos preservar o*

<sup>195</sup>Folha de São Paulo, 14/04/93.

<sup>196</sup>Folha de São Paulo, 14/04/93.

*nosso ambiente recusando a instalação da Termoelétrica em Mogi Guaçu ou qualquer outro município da região".*<sup>197</sup>

No dia 17 de Abril, o Governador do Estado deveria visitar pela primeira vez o Município de Mogi-Mirim. A visita *"ia acontecer no exato momento, em que a cidade está envolvida numa campanha de repúdio à instalação de uma usina termelétrica da Cesp, projetada para Mogi-Guaçu. Por isso mesmo o Governador que cancelou sua presença, deveria receber muitas manifestações contrárias.*

*Oficialmente, a comissão que organiza o movimento iria entregar ao Governador o pedido para que a Termelétrica não seja construída, acompanhado de um abaixo-assinado com cerca de 10.000 assinaturas. A entrega deste documento seria acompanhada por diversas representações da Câmara de outros municípios da região e aconteceria fora do palanque oficial, como tinha sido acertado entre a Comissão e os assessores do Governador nesta semana.*

*Além deste manifesto oficial Fleury deveria encontrar muitas outras manifestações, pois, por toda a cidade já existem placas de "Termelétrica, Não" e durante a concentração na praça muitas devem ser também as faixas e cartazes neste sentido".*<sup>198</sup>

A ausência do Governador diminuiu o ímpeto das manifestações, que ocorreram mesmo assim,

*"cerca de cem pessoas aproveitaram a visita do Secretário Estadual da Agricultura, José de Barroz Munhoz, sábado a Mogi-Mirim para protestar contra a instalação de uma usina termoelétrica em Mogi-Guaçu".*<sup>199</sup>

<sup>197</sup>A Comarca, 17/04/93.

<sup>198</sup>A Comarca, 17/04/93.

<sup>199</sup>Folha de São Paulo, 19/04/93.

A Cesp por sua vez intensifica a propaganda junto a opinião pública regional, através da divulgação em horário nobre de televisão de material informativo em que,

*"A viagem ao Japão é exatamente o núcleo do filme publicitário divulgado pela Cesp, desde a semana passada, em emissoras de Televisão baseadas em Campinas. Durante o anúncio de cerca de dois minutos de duração, alguns dos integrantes do grupo que foi ao Japão afirmam acreditar que a termoelétrica projetada pela Cesp, não teria impactos no meio ambiente".*<sup>200</sup>

A empresa utilizou fartamente outras estratégias de marketing para defender o empreendimento,

*"O anúncio publicitário na televisão, contudo, é apenas um dos itens da estratégia de convencimento da opinião pública montada pela Cesp, em relação ao projeto da Termoelétrica. A estatal paulista também providenciou a confecção de milhares de camisetas, algumas já distribuídas entre os bairros de menor poder aquisitivo em Mogi-Guaçu, e de folhetos em tamanho tablóide, com quatro páginas e em cores, igualmente fazendo a publicidade do projeto da termoelétrica".*<sup>201</sup>

Além de enorme quantidade de anúncios nos principais jornais da região.<sup>202</sup>

No dia 20, acontece uma reunião da Adema, cujo Presidente Sebastião Rodrigues de Souza esteve na comitiva que foi ao Japão.

*"Em reunião realizada na última terça-feira, 21 dos 29 membros presentes da Adema-Associação de Defesa do Meio-Ambiente- votaram contrários à instalação da usina termelétrica em Mogi-Guaçu. Seis se abstiveram de votar e apenas dois se declararam favoráveis".*<sup>203</sup>

<sup>200</sup>Correio Popular, 27/04/93.

<sup>201</sup>Correio Popular, 27/04/93.

<sup>202</sup>Gazeta Guaçuana, 28/04/93.

<sup>203</sup>Jornal do Guaçu, 18/04/93.

Em outra reunião na semana seguinte a associação indica seis representantes que defenderão a posição da entidade durante os debates.

*"Os membros também deliberaram que vão realizar uma campanha de conscientização no sentido de informar à população que a entidade que aparece abaixo do nome de Sebastião Rodrigues de Souza em propaganda veiculada pela Cesp na televisão não é a Adema".*<sup>204</sup>

Ingadado porque aparecia a sigla Adema na propaganda da Cesp, um dos membros da diretoria ironizou dizendo que *"aquela deve ser uma nova entidade fundada pela Cesp"*.<sup>205</sup>

O Presidente da Adema por sua vez declara que não vai mais participar de debates por se sentir *"constrangido por ser favorável a instalação da usina enquanto os membros da entidade votaram contrários a mesma"*.<sup>206</sup> E, passa a percorrer as escolas ministrando palestras sobre a termelétrica.<sup>207</sup>

Nesse mesmo mês, as várias opções de transporte indicadas pela Cesp para transportar o resíduo viscoso sofrem sério revés.

A Cesp teria tres opções para levar o resíduo diariamente da Refinaria de Paulínia(Replan) para Mogi-Guaçu.

*"A primeira opção seria a construção de um oleoduto, que seria feito pela Petrobrás, e atravessaria a cidade de Holambra. A segunda prevê a utilização de uma linha ferroviária da Fepasa, que hoje é utilizada pela empresa Champion, fabricante de papel. A última é o transporte*

<sup>204</sup>Jornal do Guaçu,01/05/93.

<sup>205</sup>Jornal do Guaçu,01/05/93.

<sup>206</sup>Jornal do Guaçu,01/05/93.

<sup>207</sup>Jornal do Guaçu,08/05/93.

*rodoviário*".<sup>208</sup>

Segundo declarações de um assessor da diretoria de Engenharia da Cesp, Flávio Braz Pires, as tres opções são viáveis econômica e técnicamente,

*"embora a empresa considere pouco provável o transporte por caminhões. Como os caminhões transportam uma quantidade pequena de combustível por vez, o transporte rodoviário seria o mais difícil e poderia aumentar o risco de acidentes."*<sup>209</sup>

Com essa declaração o funcionário da Cesp acaba contribuindo para fechar as possibilidades de transporte, pois no mesmo dia o Prefeito de Holambra declara ser *"totalmente contra esse duto e tenho certeza que a população também será"*<sup>210</sup>.

E reforça seu ponto de vista, dizendo que vai fazer o que fôr preciso para impedir que esse oleoduto atravesse o Município, pois *"o piche que será transportado deve ser muito quente e se isso vazar pode ocorrer uma desgraça"*.<sup>211</sup>

A terceira opção de transporte, a ferroviária, não seria do mesmo modo uma opção das mais tranquilas,

*"O responsável pelo departamento de relações externas Champion Papel Celulose Ltda, de Mogi-Guaçu, José Miguel Martini, disse que a empresa terá que estudar a possibilidade de dividir a linha ferroviária com a Cesp. Parte dela foi construída pela empresa, que ainda não foi consultada pela Cesp sobre sua utilização"*.<sup>212</sup>

Num debate promovido pelo Centro Educacional Atual, no Salão Paroquial do Rosário, reunindo estudantes e

<sup>208</sup>Folha de São Paulo, 25/04/93.

<sup>209</sup>Folha de São Paulo, 25/04/93.

<sup>210</sup>Folha de São Paulo, 25/04/93.

<sup>211</sup>Folha de São Paulo, 25/04/93.

<sup>212</sup>Folha de São Paulo, 25/04/93.

representações da comunidade, no dia 28 de Abril, compareceram quatro professores da Unicamp, que moram em Mogi-Guaçu<sup>213</sup>, e que questionaram vários pontos do projeto, particularmente a questão do transporte do resíduo.

Durante o debate foram levantadas várias dúvidas sobre a termelétrica, que foram divulgadas nos jornais<sup>214</sup>. Durante um certo período a Cesp respondeu nos órgãos de imprensa, através de uma série numerada intitulada "Cesp responde a professores da Unicamp".<sup>215</sup>

Com o movimento contrário atingindo o seu apogeu, estava faltando uma iniciativa política que capitalizasse a vontade coletiva de forma legítima e democrática.

Essa vontade coletiva foi transformada em ação política convencional através do Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

### 5.5 O Projeto de Iniciativa Popular.

O passo decisivo contra a instalação da usina foi dado no dia 28 de Abril quando, por iniciativa de um grupo de onze Vereadores de Mogi-Guaçu foi lançada a idéia do projeto de

<sup>213</sup>Esses professores e técnicos da Unicamp que moram em Mogi Guaçu, tiveram importante papel durante as mobilizações. Chegaram a elaborar um roteiro de questões complementares para análise da viabilidade da instalação de uma usina termelétrica em Mogi Guaçu, e que foi entregue à Comitativa antes do embarque para o Japão. Esse grupo de professores e técnicos era constituído por: Engenheiro Benito Aiello Jr., o farmacêutico Joaquim Gilberto de Oliveira, os professores Roberto Perez Xavier(Geólogo) e Roberto Testezlaf.(Gazeta Guaçuana, 09/04/93).

<sup>214</sup>Gazeta Guaçuana, 01/05/93.

<sup>215</sup>Entre outros ver, O Impacto nos dias: 06/06/93,08/06/93 e 10/06/93.

iniciativa popular, proibindo a construção de termelétrica na cidade.<sup>216</sup>

O projeto deveria conseguir um número mínimo de assinaturas previsto na Lei Orgânica do Município - 5% do eleitorado total da cidade, para ter tramitação normal no Legislativo.

No dia 01 de Maio, ocorreu a mais importante manifestação de todo o período. Duas carreatas encontraram-se em frente a emprêsa Guainco, em Mogi-Guaçu. Uma, organizada pela Comissão Regional de Luta contra a Termelétrica, saiu da praça Rui Barbosa de Mogi-Mirim e a outra, programada pela Adema - Associação de Defesa do Meio Ambiente Zé da Pesca - saiu das proximidades da escola "Almerinda Rodrigues", na Vila Ipê II.

Um panfleto convite distribuído na cidade explica que qualquer um pode participar "de carro, moto ou bicicleta"<sup>217</sup>, e acrescenta que aqueles que não tiverem meio de transporte deveriam se dirigir para a frente da Prefeitura. A manifestação reuniu mais de 150 pessoas.<sup>218</sup>

*"Os participantes do primeiro ato público em Mogi-Guaçu contra a instalação de usinas termelétricas na cidade abraçaram o Paço Municipal e a Câmara sábado passado. O abraço representou uma proteção à cidade, contra a instalação de usinas e outros empreendimentos que venham a prejudicar ainda mais, o meio ambiente da cidade, segundo seus organizadores".<sup>219</sup>*

---

<sup>216</sup>O Guaçuano, 01/05/93.

<sup>217</sup>Jornal do Guaçu, 01/05/93.

<sup>218</sup>O Guaçuano, 05/05/93.

<sup>219</sup>O Guaçuano, 05/05/93.

Essa manifestação deu impulso ao recolhimento de assinaturas para o projeto de iniciativa popular.

A CESP por sua vez instalou caminhão na praça do Recanto, em Mogi-Guaçu,

*"onde a população tem acesso a informações não só sobre a termelétrica mas também a projetos relacionados à melhoria do meio ambiente desenvolvidos pela Cesp".*<sup>220</sup>

Demonstrando o interesse da população, num único dia, 1.500 pessoas visitaram o estande móvel da Cesp".<sup>221</sup> O caminhão permanecia em média 15 dias em cada local, inclusive percorrendo a zona rural.<sup>222</sup>

A Cesp dava a entender que tinha se envolvido num jogo de "tudo ou nada". O número de "releases" enviados às redações dos jornais da região, durante o mês de maio, somente abordando a questão da termelétrica, chegou a uma média de um para cada dia útil do mês.<sup>223</sup>

A estatal paulista entregou juntamente com as contas de luz, panfleto do Departamento de Comunicação da Companhia esclarecendo seu ponto de vista. No panfleto,

*"a alegação para a construção era de que a usina irá gerar 3.500 empregos diretos e cerca de 10.000 indiretos, além de US\$1 milhão por ano de ISS (Imposto Sobre Serviços), com a ativação do comércio e serviços em Mogi Guaçu e região. Acrescenta ainda que o município deverá ganhar com o IPTU e o IVVC relativo ao óleo que será queimado."*<sup>224</sup>

<sup>220</sup>Jornal do Guaçu, 08/05/93.

<sup>221</sup>Gazeta Guaçuana, 29/05/93.

<sup>222</sup>Jornal do Guaçu, 08/05/93.

<sup>223</sup>Como exemplo, o Jornal do Guaçu recebeu durante esse mês 20 matérias da empresa, tratando, unicamente, do assunto termelétrica. (Jornal do Guaçu, 22/05/93)

<sup>224</sup>Gazeta Regional, 05/06/93.

O volume de propaganda utilizado pela Cesp foi tão grande que causou suspeição junto à população, causando um efeito contrário ao pretendido.<sup>225</sup>

Durante o mês de Maio foram recolhidas 4.191 assinaturas para o projeto de iniciativa popular, sendo que destas, foram consideradas válidas 4.068, número bastante superior aos 3.106 que seriam necessários e que correspondiam a 5% do total de 62.134 eleitores de Mogi-Guaçu.<sup>226</sup>

No dia 30 de Maio, o projeto foi apresentado à Câmara recebendo o número 50/93, e teve rápida tramitação nas comissões internas. No dia 07 de junho foi aprovado, recebendo 10 votos favoráveis e 08 contrários, o Presidente não votando.<sup>227</sup>

Encaminhado ao Prefeito, o Projeto foi vetado no dia 25 de junho<sup>228</sup>. Retornando à Câmara que, devido ao recesso de julho, só voltou a discuti-lo em agosto.<sup>229</sup>

Enquanto tramitava o Projeto entre o Legislativo e o Executivo, continuaram as palestras e debates.

No dia 02 de junho, o físico Rogério César de Cerqueira Leite, compareceu à Câmara para reunião com a

<sup>225</sup> "A população já começa a colocar em dúvida a usina, pois a ampla divulgação através dos meios de imprensa da região, algumas com notório posicionamento a favor, dão a conotação de tentativa de induzir a ser favoráveis à obra." (Gazeta Regional, 05/06/93).

<sup>226</sup> Gazeta Guaçuana, 09/06/93 e Jornal do Guaçu, 12/06/93.

<sup>227</sup> Votaram a favor do projeto que proibe a instalação da usina termelétrica: 1. Carlos Alberto Ferreira de Araújo, Mosca(PTB), 2. Carlos Emilio Caveanha, Peri(PFL), 3. Daniel Rossi(PSDB), 4. Gonçalo Fernandes Lima(PTB), 5. Irene Delfino da Silva(PSB), 6. Janaina Martini(PT), 7. João Batista Campos dos Reis(PSDB), 8. José Roberto Ligabue(PSDB), 9. Luiz Casagrande(PTB), 10. Nelson Morelli(PT).

Votaram contra o projeto: 1. Admir Falsetti, Bibi(PMDB), 2. Bibiano Francisco Elói(PMDB), 3. Darci Pedro da Silva(PMDB), 4. José Antonio de Souza, Pirituba(PMDB), 5. José Roberto Machado(PDS), 6. Moacir Rosendo Batista Bueno(PMDB), 7. Paulo Mesquita(PMDB), e 8. Walter Antonio Brucieri(PMDB). (O Guaçuano, 12/06/93, Gazeta Guaçuana, 09/06/93, e Jornal do Guaçu, 12/06/93).

<sup>228</sup> O Guaçuano, 03/07/93.

<sup>229</sup> A Comarca, 10/07/93.

comunidade. Estiveram presentes professores, empresários, estudantes e engenheiros da Cesp. Estes tiveram que responder a várias perguntas, e receberam críticas dirigidas à estatal pelo seu comportamento em querer "forçar" a população guaçuana a aceitar a construção da termelétrica.

*"Críticas contundentes foram feitas também com os 'gastos abusivos' que a Cesp vem tendo com promoções e propagandas em veículos de comunicação - rádio e TV - com a promessa de geração de 3 mil empregos."*<sup>230</sup>

Ainda no mesmo dia, houve outra palestra contrária a instalação da usina, que reuniu 40 pessoas.<sup>231</sup>

Durante o mês, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro(PMDB) distribuiu 10.000 folhetos favoráveis a termelétrica, particularmente entre os estudantes.<sup>232</sup>

Em Mogi Mirim, no dia 28, houve um debate no Centro Cultural com a presença de professores, diretores de escolas, integrantes do Condema e diretores da Prefeitura.

O professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, Sérgio Bajay, participou do debate onde afirmou, *"que as cidades devem, através de suas Prefeituras, Câmaras de Vereadores e entidades ambientalistas, participar ativamente do projeto da termelétrica, questionando sobre todas as alternativas de sua instalação(...) a população não deve tomar posições contrárias ou a favor, sem poder opinar sobre alter-*

<sup>230</sup>O Guaçuano, 05/06/93.

<sup>231</sup>Jornal do Guaçu, 05/06/93. Foi proferida por Marcelo Pereira de Souza, do Departamento de Engenharia de Saneamento Hidráulico da USP de São Carlos.

<sup>232</sup>Gazeta Guaçuana, 26/06/93.

*nativas. Não é possível 'comprar' ou não aceitar um pacote fechado da Cesp, sem esta discussão".*<sup>233</sup>

O professor Bajay foi o coordenador do "Relatório Técnico sobre a Usina Termoelétrica" que seria instalada em Paulínia, e que foi muito utilizado pela Cesp, como argumento de defesa das termoelétricas a resíduos ultraviscosos de petróleo. Sentindo um clima desfavorável ao projeto na reunião, procurou explicar-se,

*"Bajay disse que não está 'em cima do muro', como alguns podem entender, ele apenas acredita que colaborando com dados técnicos está transmitindo um pouco mais de conhecimento à população sobre o assunto."*<sup>234</sup>

Colocou-se a disposição, lembrando *"que dois de seus pesquisadores são mogimirianos e podem auxiliar"*.

No mês de julho, período de recesso na Câmara, aguardava-se o desfecho dos acontecimentos no plano político. A população ansiosa dava demonstrações de expectativa e preocupação como o demonstra uma notícia em jornal local,

*"a instalação da usina termelétrica na cidade tem preocupado de tal forma alguns guaçuanos que declaram já estarem tomando providências para transferir suas mudanças para outro município caso a usina seja mesmo instalada. Só nesta semana dois fizeram esta declaração ao Jornal do Guaçu. Um deles é guaçuano nato e outro reside na cidade há mais de 40 anos."*<sup>235</sup>

<sup>233</sup>Gazeta Guaçuana, 30/06/93.

<sup>234</sup>Gazeta Guaçuana, 30/06/93.

<sup>235</sup>Jornal do Guaçu, 17/07/93.

No mês de agosto, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dá parecer contrário ao veto do Prefeito utilizando entre outros argumentos que,

*"o projeto é de lei popular e não pode ter competência limitada, segundo a Constituição Federal, por isso, o projeto que é de iniciativa popular, não pode ter limitação".*<sup>236</sup>

Uma das fundamentações do veto do Prefeito, foi o de *"que o projeto é inconstitucional por tratar de legislação sobre questão energética"*<sup>237</sup>, prerrogativa exclusiva da União no caso.

Argumentaram os Vereadores contrários ao veto de que o projeto de iniciativa popular *"não visa legislar sobre energia em si, mas apenas e tão somente proteger o meio ambiente que é responsabilidade do Município"*.<sup>238</sup>

Continuavam afirmando que no capítulo reservado a proteção ambiental na Lei Orgânica do Município, o artigo 155, *"Proibiu a instalação de usinas nucleares, norma pois, que visou única e exclusivamente assegurar a proteção ao meio ambiente, sem contudo desafiar a competência da União"*.<sup>239</sup>

O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é ainda mais explícito ao afirmar que,

*"Melhor seria pois, enquadrar a matéria ora em questão, no inciso VI do artigo 23, onde é competência comum da União, Estados, Municípios e Distrito Federal no que concerne a proteção do meio ambiente e o combate a poluição em todas as suas formas."*<sup>240</sup>

<sup>236</sup>Gazeta do Guaçu, 11/08/93.

<sup>237</sup>Jornal do Guaçu, 14/08/93.

<sup>238</sup>Folha de São Paulo, 23/08/93. E, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Mogi Guaçu. Processo no. 081/93, datado de 04/08/93.

<sup>239</sup>Folha de São Paulo, 23/08/93.

<sup>240</sup>Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Mogi Guaçu.citado.

E, conclue dizendo que,

*"O Constituinte, preocupado em preservar os interesses de cada município e a perfeita adequação de suas leis à realidade local, estabeleceu no artigo 30, inciso I da Carta Magna que ao Município cabe legislar sobre os assuntos de interesse local. A Lei Orgânica do nosso Município, também assegurou o referido princípio no artigo 60, inciso I, sendo que no parágrafo único do citado artigo, o Constituinte ainda observou: 'em defesa do bem comum, a Câmara se pronunciará sobre qualquer assunto do interesse público.*

*Não é este senão o caso em tela, pois a instalação ou não de uma Usina Termoelétrica é assunto de relevante interesse local, pois como já dissemos, são os guaçuanos que arcarão com todas as consequências do empreendimento inclusive se houver dano ambiental".<sup>241</sup>*

No dia 23 de agosto, a Câmara derrubou o veto do Prefeito, por 10 votos a 7, sendo que houve um voto em branco. O Chefe do Executivo declara que não vai promulgar o projeto, por considerá-lo inconstitucional.<sup>242</sup>

Na manhã do dia 01 de setembro,

*"usando da autonomia que a lei lhe confere, o Presidente da Câmara Municipal, Mário Vedovello Filho*

---

<sup>241</sup>Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Mogi Guaçu, citado. O Dr. Renato Guimarães Jr., professor de Direito Ecológico da Unicamp, solicitado pela Comissão de Constituição e Justiça, apresentou parecer com o seguinte conteúdo: "O veto não se sustenta nem perante a própria Lei Orgânica do Município de Mogi Guaçu, que do artigo 148 a 164 só legisla para a preservação do Meio Ambiente e controle da poluição. Sobre energia, ao artigo 155 da Lei Orgânica de Mogi Guaçu, como de inúmeros Municípios, proíbe reatores nucleares. Ai está a melhor resposta. O Prefeito, pois, confunde "energia" com "usina". Só a União pode dispor sobre "energia" em suas várias formas - eletricidade, etc. - mas tanto o Estado, como São Paulo o faz, e os Municípios podem e devem legislar sobre usinas para a produção de energia. Por exemplo, uma termoelétrica na praça central, ou captadores solares no jardim da Igreja, etc. Enfim, o artigo 148 a 164 da Lei Orgânica de Mogi Guaçu, obedece o artigo 225, parágrafo 1o., inciso IV, da Constituição Federal.: "cumpre ao Poder Público ( logo, não é só à União)..., exigir o EPIA"(artigo 151 da L.O.M de Mogi Guaçu) até como "homologação do órgão executivo municipal e, artigo 157, plebiscito.

A chuva ácida é de "interêsse local"cidente; donde constitucional, perfeitamente, o diploma vetado por fundamentos equivocados."

<sup>242</sup>Folha de São Paulo, 25/08/93.

*promulgou a lei que proíbe a instalação da usina em nosso município*".<sup>243</sup>

Esse ato, na prática, encerrou a opção Mogi Guaçu como alternativa para a construção de uma usina termoeétrica. Mais uma vez uma população de um Município do Estado de São Paulo optou pela qualidade de vida, descartando uma possibilidade de desenvolvimento sem controle, e sobre o qual pairavam muitas dúvidas não esclarecidas.

A ação empreendida pela estatal paulista, foi desde o início marcadamente política. A Cesp julgou ter aprendido a lição de Paulínia, no que diz respeito a necessidade de participação em qualquer processo que diga respeito ao meio ambiente. Julgou certo, mas agiu errado, pois tentou integrar parcelas da sociedade civil e do sistema político, cooptando integrantes do movimento ambientalista e da sociedade civil.

Os agentes sociais integrados e que estavam perfilhados ao lado da Cesp, o estavam apenas formalmente<sup>244</sup>, enquanto os agentes reais protestavam, contra sua ação autoritária e tentativa de manipular a vontade popular.

A ação política favorável a usina encontrou uma forte resistência local e regional, que alterou a correlação de forças no Poder Político Local, culminando em mais uma ação fracassada de implantar um Projeto sem levar em consideração a cidadania conquistada e que, ao ser exercida, ampliou o espaço democrático e modificou o equilíbrio de forças no sistema político convencional.

---

<sup>243</sup>O Guaçuano, 04/09/93.

<sup>244</sup>É o caso do Presidente da Adema, e da Adefaúflo em seu início, como já relatamos.

## CONCLUSÃO

Tivemos como principal objetivo em nossa dissertação, analisar a relação existente entre o exercício da cidadania e a questão ambiental, levando em consideração os novos direitos inseridos nas Constituições Federal e Estadual e as Leis Orgânicas Municipais.

O fato de, o direito ambiental ter sido incluído pela primeira vez como fundamental a pessoa humana, reveste-o de um importante papel no conceito de cidadania.

Na medida em que a ação do homem é capaz de causar prejuízos irreversíveis nos ecossistemas, coloca em risco permanentemente o meio ambiente, ameaçando desta maneira um direito fundamental para a vida.

Esse quadro torna a questão ambiental indissociável do conceito de cidadania. Qualquer ameaça a esse direito coloca em perigo a própria existência do cidadão, que desse modo se vê na contingência de ao menos se preocupar em protegê-lo, para garantir a sua sobrevivência e das futuras gerações.

Fica evidente que o direito ambiental coloca para o efetivo exercício da cidadania uma contrapartida em deveres. Está

implícita a importância de uma permanente vigilância as condições ambientais por parte dos cidadãos.

Esse estado de vigilância, passiva na maior parte das vezes, necessita de um mínimo de informação para ser conscientemente atingido. E pode em determinadas situações emergenciais se transformar em ações sociais na defesa da qualidade ambiental.

As informações sobre os processos ecológicos, fundamentais para a preservação da vida, são obtidas muitas vezes pelos canais de comunicação formais - jornais, rádio, televisão - e outros meios que o cidadão hoje tem acesso.

A divulgação regular de temas ecológicos não coloca a grande imprensa em conflito imediato com nenhum interesse econômico específico, mas gradativamente vai ajudando a formar uma consciência ambiental no cidadão comum.

Devido a maior complexidade das sociedades modernas, o acesso a informação democratiza-se, deixando de ser monopólio de governos ou grandes empresas, passando o cidadão comum a ter acesso por diferentes meios alternativos, a explicações de processos ambientais que contribuem para a sua formação e facilitam a sua ação no momento de enfrentar um problema ambiental.

No caso estudado, a "chuva ácida" era um fenômeno conhecido por muitas pessoas através de matérias divulgadas pela mídia, assim como o conseqüente prejuízo que causava ao meio ambiente.

Essa massa crítica existente na sociedade, formada em grande medida pela divulgação através da mídia de matérias com temas ecológicos, foi importante para a consolidação de uma "maioria silenciosa" de resistência a usina termoeletrica.

A consciência ambiental, onde está contida a necessidade de uma melhor qualidade de vida, vai se formando e consolidando no cidadão comum, integrante da chamada "maioria silenciosa".

Para passar da "apatia" para a ação em determinadas circunstâncias, necessita de elemento indutor que utilize conhecimentos e experiência acumulada no trato de assuntos ambientais, e seja capaz de organizar esse interesse difuso existente na sociedade. Esse é o papel cumprido pelos agentes ambientais - sejam entidades ou pessoas ecologicamente ativas.

A possibilidade de implantação de uma usina termoeletrica em Mogi Guaçu, com potencial poluidor explicitado anteriormente pela tentativa de Paulínia, foi uma dessas situações emergenciais, em que agentes ambientalmente ativos, juntamente com outros segmentos da sociedade civil - como sindicatos e associações - motivaram uma parcela considerável da população que já estava vivendo um processo de expectativa em relação a degradação do meio ambiente.

Ao se manifestar a possibilidade de um agravamento da poluição, apontada com eficácia pelos agentes ativos, a "maioria silenciosa" expressou-se apoiando o movimento contra a termoeletrica, passando a existir uma corrente da opinião pública contrária a usina.

Além de engrossar a opinião pública contrária ao empreendimento, essa "maioria silenciosa" participou e realizou debates e palestras, assinou manifestações endereçadas às autoridades, integrou-se à iniciativa popular apresentando projeto de lei proibindo a construção de usina termoeétrica em Mogi Guaçu, além de outras formas de expressão.

A consolidação da qualidade ambiental, como valor universal contido nos direitos fundamentais a serem assegurados ao cidadão, contribuiu para que o movimento contrário a termoeétrica resistisse a enorme pressão exercida pelos que eram favoráveis.

As ações contrárias a usina foram respaldadas por uma cidadania ativa, preocupada em ter de fato aquilo que já possuía de direito.

A ação dos agentes ambientalmente motivados, quando tiveram como "locus" privilegiado as instituições, encontraram forte apoio desse cidadão "apático" em circunstâncias normais, que se recolhe ao seu cotidiano quando resolvido o problema que deu origem à ação coletiva, não se integrando a nenhuma forma de organização nova, ao contrário, reconhecendo o papel central desempenhado pelas instituições políticas formais.

Com o aumento dessa consciência torna-se cada vez mais difícil ao Estado implementar políticas que afetem o meio ambiente.

Particularmente no âmbito municipal, há uma grande interação do cidadão com o núcleo de decisões políticas. Essa interação é maior, quanto menor é o Município.

Essa componente torna-se importante para o fortalecimento da democracia, pois o exercício da cidadania se efetiva através dessa participação política que se manifesta individual ou coletivamente, independentemente de qualquer associação civil ou política.

Essa forma de exercitar a cidadania enquanto manifestação individualizada, só tem condições de influir no Poder ao nível local, por suas próprias características em relação a proximidade física dos cidadãos do Município com os órgãos do Poder Político Municipal.

Com o aumento do poder dos municípios sobre o seu território, com a delegação de uma série de serviços através da descentralização administrativa dos governos Federal e Estadual e com o aumento das prerrogativas das Câmaras Municipais, torna-se importante a participação do cidadão comum, enquanto indivíduo que pode influenciar as decisões.

Se antes o peso do cidadão era menor, agora a tendência é que a cidadania ativa tenha uma maior importância nas decisões, particularmente naquelas que podem afetar o ambiente.

Essa consolidação da cidadania, em nosso caso, através da compreensão cada vez maior do direito ambiental como fundamental para a vida, traz como efeito imediato uma maior fiscalização dos atos do Poder Público.

Os órgãos públicos por sua vez, embora procurem ignorar essa realidade, submetem-se cada vez mais a essa imposição social, de respeitar o meio ambiente. As vezes por entendimento próprio, outras por ordem judicial, e quando se

esgotam as vias formais, o cidadão ativo impõe sua vontade, seja através de manifestação, pela pressão sobre seus representantes políticos ou utilizando os mecanismos da democracia direta, como aconteceu em Mogi Guaçu.

## ANEXO I

## Número de estabelecimentos e pessoal ocupado na região de Mogi\*

cidade	Setor primário(Agricultura)			
	(1980)		(1985)	
	<u>no.estab.</u>	<u>pessoal</u>	<u>no.estab.</u>	<u>pessoal</u>
Mogi Guaçu	1.016	5.311	995	5.081
Mogi Mirim	1.067	4.762	796	4.194

cidade	Setor secundário(Indústria)			
	(1980)		(1985)	
	<u>no.estab.</u>	<u>pessoal</u>	<u>no.estab.</u>	<u>pessoal</u>
Mogi Guaçu	173	10.232	140	9.438
Mogi Mirim	180	5.543	174	6.992

cidade	Setor terciário(comércio)			
	(1980)		(1985)	
	<u>no.estab.</u>	<u>pessoal</u>	<u>no.estab.</u>	<u>pessoal</u>
Mogi Guaçu	471	1.708	692	2.299
Mogi Mirim	349	1.855	457	2.447

cidade	Setor terciário(serviços)			
	(1980)		(1985)	
	<u>no.estab.</u>	<u>pessoal</u>	<u>no.estab.</u>	<u>pessoal</u>
Mogi Guaçu	371	1.618	365	1.170
Mogi Mirim	293	1.077	325	1.073

\*Fonte: IBGE-Campinas/Mogi-Mirim. Censos Econômicos de 1980 e 1985.

Estabelecimentos por ramo de atividade- ano 1991\*

	Mogi Guaçu	Mogi Mirim
Indústria	224	201
Comércio	874	567
Serviços	965	858
Construtoras	11	5
Transportadoras	25	6

\*Fonte: IBGE/Mogi-Mirim-Censo Demográfico de 1991.

Observação: O IBGE não realizou o Censo Econômico em 1991, as informações acima foram obtidas por iniciativa própria do IBGE, seção de Mogi Mirim, que efetuou o levantamento dos Estabelecimentos nos dois municípios, com a exclusão dos agrícolas.

## ANEXO II

## SAÚDE\*

Assinale, por ordem decrescente de importância, os cinco grupos de causas de morte que incidem com mais frequência em seu município:

- a. (5) Doenças infectivas e parasitárias(doença de Chagas, infecção testinal, amebíase, leptospirose, leishmaniose, etc.)
- b. (8) Doenças redutíveis por imunização(poliomielite, tuberculose sarampo, tétano, etc.)
- c. (2 ) Doenças do aparelho respiratório(pneumonia, asma, etc.)
- d. (6 ) Desnutrição
- e. (1 ) Doenças cardiovasculares(hipertensão, infarto,insuficiência coronariana, etc.)
- f. (4 ) Neoplasias(cânceres)
- g. (7 ) Afecções pré-natais(que afetam as crianças antes de nascer ou até o 28o. dia de nascimento.
- h. (3 ) Causas externas(acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, homicídios, suicídios, etc.)

\*Fonte: Questionário respondido pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, através da Divisão de Planejamento, por solicitação do Governo do Estado de São Paulo no início de 1995.

## ANEXO III

## MEIO AMBIENTE\*

1)Quais são, na opinião da Prefeitura, os cinco principais problemas ambientais do município, produzidos no próprio município?

Obs: Indique 1,2,3,4,5, segundo a ordem de prioridade dos problemas.

- a. (3) Poluição do recursos hídricos.
- b. (4) Poluição do ar.
- c. (5) Armazenamento do lixo urbano.
- d. (2) Poluição Industrial.
- e. ( ) Poluição na agricultura.
- f. (1) Saneamento.
- g. ( ) Preservação dos recursos naturais(matas, florestas, etc.)
- h. ( ) Conscientização ecológica.
- i. ( ) Outros. Especificar: \_\_\_\_\_

2.Indique até o máximo de cinco, os principais problemas ambientais produzidos fora do território do município e que o afetam:

Obs: Indique enumerando de 1 a 5, a ordem de importância dos problemas.

- a. (5) Poluição dos recursos hídricos.
- b. (1) Poluição do ar.
- c. ( ) Armazenamento do lixo urbano.
- d. (2) Poluição industrial.
- e. (3) Poluição na agricultura.
- f. (4) Preservação dos recursos naturais(matas, florestas, etc.)
- g. ( ) Conscientização ecológica.
- h. ( ) Outros. Especificar: \_\_\_\_\_

\*Fonte: Questionário respondido pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, através da Divisão de Planejamento, por solicitação do Governo do Estado de São Paulo no início de 1995.As perguntas numeradas de 1 e 2 no original correspondem às perguntas 104 e 107.

## ANEXO IV

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL CAP. VI, TÍTULO VIII, Artigo 225.**

Art. 225 - Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

1o. - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

2o. - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

3o. - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoa física ou jurídica, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

4o. - a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

5o. - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

6o. - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

## ANEXO V

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU\***

Capítulo IV - Do meio ambiente, dos recursos naturais e do saneamento.

Seção I - Do meio ambiente.

Artigo 148 - Todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, impondo-se a todos, e em especial ao Poder Público Municipal, o dever de defendê-lo, preservá-lo para o benefício das gerações futuras.

Parágrafo Único - O direito ao ambiente saudável estende-se ao ambiente de trabalho, ficando o Município obrigado a garantir e proteger o trabalhador contra toda e qualquer condição nociva à sua saúde física e mental, em cooperação com a União e o Estado.

Artigo 149 - O Município, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental e de proteção, dos cursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, assegurada a participação da coletividade.

Artigo 150 - São atribuições e finalidades do sistema administrativo mencionado no artigo anterior:

I - elaborar e implantar, através de lei, um Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais que contemplará a necessidade do conhecimento das características e recursos dos meios físicos e biológicos, de diagnóstico de sua utilização e definição de diretrizes e princípios ecológicos para o seu melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento econômico e social e para a instalação de Plano Diretor e da Lei do Zoneamento;

II - definir, implantar e administrar espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos, sendo a alteração e supressão dos mesmos, incluindo os já existentes, permitidos somente por lei;

III - adotar medidas nas diferentes áreas de ação pública e junto ao setor privado, para manter e promover o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação em todas as suas formas e impedindo ou mitigando impactos ambientais negativos e recuperando o meio ambiente degradado;

IV - estabelecer normas para concessões de direito de pesquisa, de exploração ambiental e de manipulações genéticas;

V - realizar fiscalização em obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação do meio ambiente, adotando medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores da poluição ou da degradação ambiental;

VI - promover a educação ambiental e a conscientização pública para preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;

VII - promover e manter o inventário e o mapeamento da cobertura vegetal remanescente visando a adoção de medidas especiais de proteção, bem como promover a recuperação das margens dos cursos d'água, lagos e nascentes, visando a sua perenidade.

VIII - estimular a recuperação da vegetação em áreas urbanas, com plantio de árvores nativas e frutíferas, objetivando especialmente a conservação dos índices mínimos da cobertura vegetal;

IX - incentivar e auxiliar tecnicamente as associações ambientalistas constituídas na forma da lei, respeitando a sua autonomia e independência de atuação;

X - proteger, preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas, a diversidade e a integridade do patrimônio biológico e paisagístico do Município;

XI - proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

XII - definir o uso e ocupação do solo, subsolo e águas, através de planejamento que englobem diagnóstico, análise técnica e definição de diretrizes de gestão dos espaços com a participação da população e socialmente negociadas, respeitando a conservação da qualidade ambiental;

XIII - controlar e fiscalizar a produção, a estocagem de substâncias, o transporte, a comercialização e a utilização de técnicas, métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a saudável qualidade de vida e ao meio ambiente natural e de trabalho, incluindo materiais geneticamente alterados pela ação humana, resíduos químicos e fontes de Radioatividade;

XIV - requisitar a realização periódica de auditorias no sistema de controle de poluição e prevenção de riscos de acidentes das instalações e atividades de significativo potencial poluidor, incluindo a avaliação detalhada dos efeitos de sua operação sobre a qualidade física, química e biológica dos recursos ambientais, bem como sobre a saúde dos trabalhadores e da população afetada;

XV - incentivar a integração das escolas, instituições de pesquisa e associações civis, no esforço para garantir e aprimorar o controle da poluição, inclusive no ambiente de trabalho, e no desenvolvimento e na utilização de fontes de energias alternativas, não poluentes e de tecnologias poupadoras de energia;

XVI - discriminar, por lei, as penalidades para empreendimentos já iniciados ou concluídos sem licenciamento e a recuperação da área de degradação, segundo critérios e métodos definidos pelos órgãos competentes;

XVII - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos à pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais, em seu território, exigindo, dos responsáveis pelos respectivos projetos, laudos e pareceres técnicos, emitidos pelos órgãos competentes e hábeis para comprovar que os empreendimentos:

a - não acarretarão desequilíbrio ecológico, prejudicando a flora, a fauna e a paisagem em geral;

b - não causarão, mormente no caso de portos de areia, rebaixamento do lençol freático, assoreamento de rios, lagoas ou represas.

Artigo 151 - Qualquer alteração de propriedade física, química e biológica, do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energias resultantes das atividades humanas, dependerá da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, a serem submetidos a aprovação do órgão estadual competente, conforme a legislação em vigor e homologação do órgão executivo municipal específico.

parágrafo 1o. - É obrigatória a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do Relatório do Impacto Ambiental - Rima.

parágrafo 2o. - É vedado qualquer despejo industrial sem o adequado tratamento.

Artigo 152 - São consideradas áreas de proteção permanente:

I - as várzeas;

II - as nascentes, os mananciais e matas ciliares;

III - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;

IV - as paisagens notáveis.

parágrafo 1o. - As áreas de proteção mencionadas no "caput" somente poderão ser utilizadas na forma da lei e de concordância com a coletividade, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

parágrafo 2o. - O Município estabelecerá, mediante lei, os espaços definidos no inciso IV deste artigo, a serem implantados como especialmente protegidos, bem como as restrições ao uso e ocupações dos mesmos.

Artigo 153 - As áreas declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, objetivando a implantação de unidades de conservação ambiental, serão consideradas espaços territoriais especialmente protegidos, não sendo nelas permitida nenhuma atividade que degrade o meio ambiente ou que, por qualquer forma, possa comprometer a integridade das condições ambientais que motivaram a expropriação.

Artigo 154 - Fica proibida a pesquisa, armazenamento e transporte de material bélico atômico no Município.

Artigo 155 - É proibida a instalação de reatores nucleares, com exceção daqueles destinados à pesquisa científica e ao uso terapêutico, cuja localização e especificações serão definidas em lei complementar.

Parágrafo Único - O Município manterá cadastro atualizado de todas as fontes radioativas em seu território, exercendo sobre elas o controle da instalação, uso, manutenção e destino final, em colaboração com o Estado e a União.

Artigo 156 - Não será permitida a deposição final de resíduos radioativos que não pertençam a atividades do Município.

Artigo 157 - Fica assegurada a realização de plebiscito para aprovação do relatório de impacto ambiental em atividades regulamentadas na forma da lei.

Artigo 158 - Os critérios, locais e condições de deposição final de resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares deverão ser definidos por análise técnica, geográfica e geológica.

parágrafo 1o. - Somente será permitido o despejo de lixo industrial em áreas previamente determinadas pelo Poder Público e em instalações apropriadas que serão aprovadas pelos órgãos competentes.

parágrafo 2o. - O lixo industrial é de responsabilidade das empresas, cabendo ao Município o gerenciamento técnico, a administração e fiscalização desde sua coleta até a deposição final dos resíduos.

Artigo 159 - O Município deverá criar um banco de dados com informação sobre fontes e causas de poluição e degradação, bem como informação sistemática sobre os níveis de poluição no ar, na água e nos alimentos aos quais a coletividade deverá ter garantido o acesso gratuitamente.

Artigo 160 - O Município adotará medidas para controle de erosão, estabelecendo-se normas de conservação do solo em áreas agrícolas e urbanas.

Artigo 161 - O Município instituirá por lei sistemas integrados de gerenciamento dos recursos naturais com a participação de órgãos e instituições públicas ou privadas.

Artigo 162 - Aquele que explorar recursos naturais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Parágrafo Único - É obrigatória, na forma da lei, a recuperação, pelo responsável, da vegetação adequada nas áreas protegidas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Artigo 163 - As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções administrativas com aplicação de multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução de atividade e a interdição, independentemente da obrigação dos infratores de reparação dos danos causados.

164 - O Município poderá estabelecer consórcio com outros Municípios objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental, em particular a preservação dos recursos hídricos e ao uso equilibrado dos recursos naturais.

\*Promulgada em 5 de Abril de 1990.

## ANEXO VI

**CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO\***  
 Capítulo IV -Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento.  
 Seção I - Do Meio Ambiente

Artigo 191 - O Estado e os Municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico.

Artigo 192 - A execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quer pelo setor público, quer pelo privado, serão admitidas se houver resguardo do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

parágrafo 1o. - A outorga de licença ambiental, por órgão ou entidade governamental competente, integrante de sistema unificado para esse efeito, será feita com observância dos critérios gerais fixados em lei, além de normas e padrões estabelecidos pelo Poder Público e em conformidade como planejamento e zoneamento ambientais.

parágrafo 2o. - A licença ambiental, renovável na forma da lei, para a execução e a exploração mencionadas no "caput" deste artigo, quando potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, será sempre precedida, conforme critérios que a legislação especificar, da aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo relatório a que se dará prévia publicidade, garantida a realização de audiências públicas.

Artigo 193 - O Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de:

I - propor uma política estadual de proteção ao meio ambiente;

II - adotar medidas, nas diferentes áreas de ação pública e junto ao setor privado, para manter e promover o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação em todas as suas formas e impedindo ou mitigando impactos ambientais negativos e recuperando o meio ambiente degradado;

III - definir, implantar e administrar espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos, sendo a alteração e supressão, incluindo os já existentes, permitidas somente por lei;

IV - realizar periodicamente auditorias nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras;

V - informar a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes, a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde, na água potável e nos alimentos, bem como

os resultados das monitoragens e auditorias a que se refere o inciso IV deste artigo;

VI - incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a capacitação tecnológica para a resolução dos problemas ambientais e promover a informação sobre essas questões;

VII - estimular e incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativas, não poluentes, bem como de tecnologias brandas e materiais poupadores de energia;

VIII - fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação genética;

IX - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas;

X - proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

XI - controlar e fiscalizar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias, bem como o uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, incluindo o trabalho;

XII - promover a captação e orientar a aplicação de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a proteção e conservação do meio ambiente;

XIII - disciplinar a restrição à participação em concorrências públicas e ao acesso a benefícios fiscais e créditos oficiais às pessoas físicas e jurídicas condenadas por atos de degradação do meio ambiente;

XIV - promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;

XV - promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;

XVI - promover e manter o inventário e o mapeamento da cobertura vegetal nativa, visando à adoção de medidas especiais de proteção, bem como promover o reflorestamento, em especial, às margens de rios e lagos, visando à sua perenidade;

XVII - estimular e contribuir para a recuperação da vegetação em áreas urbanas, com plantio de árvores, preferencialmente frutíferas, objetivando especialmente a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;

XVIII - incentivar e auxiliar tecnicamente as associações de proteção ao meio ambiente constituídas na forma da lei, respeitando a sua autonomia e independência;

XIX - instituir programas especiais mediante a integração de todos os seus órgãos, incluindo os de crédito, objetivando incentivar os proprietários rurais a executarem as práticas de conservação do solo e da água, de preservação e reposição das matas ciliares e replantio de espécies nativas;

XX - controlar e fiscalizar obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação do

meio ambiente, adotando medidas preventivas ou corretivas e aplicando as sanções administrativas pertinentes;

XXI - realizar o planejamento e o zoneamento ambientais, considerando as características regionais e locais, e articular os respectivos planos, programas e ações;

Parágrafo Único - O sistema mencionado no "caput" deste artigo será coordenado por órgão da administração direta que será integrado por:

a) Conselho Estadual do Meio Ambiente, órgão normativo e recursal, cujas atribuições e composição serão definidas em lei;

b) órgãos executivos incumbidos da realização das atividades de desenvolvimento ambiental.

Artigo 194 - Aquele que explorar recursos naturais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Parágrafo Único - É obrigatória, na forma da lei, a recuperação, pelo responsável, da vegetação adequada nas áreas protegidas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Artigo 195 - As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, com aplicação de multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independentemente da obrigação dos infratores de reparação aos danos causados.

Parágrafo Único - O sistema de proteção e desenvolvimento do meio ambiente será integrado pela Polícia Militar, mediante suas unidades de policiamento florestal e de mananciais, incumbidas da prevenção e repressão das infrações cometidas contra o meio ambiente, sem prejuízo dos corpos de fiscalização dos demais órgãos especializados.

Artigo 196 - A Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira, o Complexo Estuarino Lagunar entre Iguape e Cananéia, os Vales dos Rios Paraíba, Ribeira, Tietê e Paranapanema e as unidades de conservação do Estado são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

Artigo 197 - São áreas de proteção permanente:

I - os manguezais;

II - as nascentes, os mananciais e matas ciliares;

III - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;

IV - as áreas estuarinas;

V - as paisagens notáveis;

VI - as cavidades naturais subterrâneas

Artigo 198 - O Estado estabelecerá, mediante lei, os espaços definidos no inciso V do artigo anterior, a serem implantados como especialmente protegidos, bem com as restrições ao uso e ocupação desses espaços, considerando os seguintes princípios:

I - preservação e proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistemas;

II - proteção do processo evolutivo das espécies;

III - preservação e proteção dos recursos naturais.

Artigo 199 - O Poder Público estimulará a criação e manutenção de unidades privadas de conservação.

Artigo 200 - O Poder Público Estadual, mediante lei, criará mecanismos de compensação financeira para Municípios que sofrerem restrições por força de instituição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado.

Artigo 201 - O Estado apoiará a formação de consórcios entre os Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental, em particular à preservação dos recursos hídricos e ao uso equilibrado dos recursos naturais.

Artigo 202 - As áreas declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, objetivando a implantação de unidades de conservação ambiental, serão consideradas espaços territoriais especialmente protegidos, não sendo nelas permitidas atividades que degradem o meio ambiente ou que, por qualquer forma, possam comprometer a integridade das condições ambientais que motivaram a expropriação.

Artigo 203 - São indisponíveis as terras devolutas estaduais apuradas em ações discriminatórias e arrecadadas pelo Poder Público, inseridas em unidades de preservação ou necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Artigo 204 - Fica proibida a caça, sob qualquer pretexto, em todo o Estado.

\*Promulgada em 5 de Setembro de 1989.

## ENTREVISTAS REALIZADAS

1. Janáina de Lourdes Rodrigues Martini, vereadora(PT), em Mogi-Guaçu, dia 31/10/94.
2. Lázaro César da Silva, sindicalista, diretor de Imprensa do Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação, em Mogi-Mirim, dia 08/11/94.
3. Mário Vedovello Filho, vereador(PSDB), Presidente da Câmara Municipal de Mogi Guaçu, dia 08/11/94.
4. José Antonio de Souza, Pirituba, vereador(PMDB), em Mogi Guaçu, dia 09/11/94.
5. Sérgio Gallano, Presidente da Aproma, em Mogi Guaçu, dia 09/11/94.
6. Antonio Barbosa Pereira, líder do Grupo DX, em Mogi Guaçu dia 09/11/94.
7. Maria Lucia Alonso Farrenberg, Gerente da Divisão de Viabilidade e Licenciamento de Empreendimento da Cesp, em São Paulo, dia 16/11/94.
8. Regina Conrado Mello, Socióloga da Cesp, em São Paulo, dia 16/11/94.

9. Marilda Terezinha Reis da Costa, Especialista na área de viabilização sócio-política da Cesp, em São Paulo, dia 16/11/94.
  
10. Fernando Amaral de Almeida Prado Jr., engenheiro, Chefe do Setor de Estudos Termoelétricos da Cesp, em São Paulo, dia 25/11/94.
  
11. Zevi Kahn, engenheiro eletricitista da Cesp, em São Paulo, dia 25/11/94.

## PERIÓDICOS

( Período temporal, outubro de 1992 a setembro de 1993)

1. A Gazeta Guaçuana, de Mogi Guaçu.
2. O Guaçuano, de Mogi Guaçu.
3. Jornal do Guaçu, de Mogi Guaçu.
4. A Comarca, de Mogi Mirim.
5. O Impacto, de Mogi Mirim.
6. Almanaque, de Mogi Mirim.
7. Gazeta Regional, circulação regional.
8. O Correio Popular, de Campinas.
9. Folha de São Paulo, São Paulo.
10. O Estado de São Paulo, São Paulo.
11. A Gazeta , São Paulo.
12. Folha da Tarde, São Paulo.
13. Diário Popular, São Paulo.
14. Globo Ciência, São Paulo, revista mensal.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- Antuniassi, M.H. (1989). O Movimento Ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano. Textos CERU. São Paulo. 2a. série.
- Bendix, R. (1964). Estado Nacional y Ciudadania. Amorrortú Editores. Buenos Aires.
- Benevides, Maria de V.M. (1991). A cidadania ativa: Referendo, Plebiscito e iniciativa popular. São Paulo. Ed. Ática.
- Borja, J. (1988). A participação cidadina. Espaço e Debates. no. 24, NERU. São Paulo.
- Castells, Manuel (1977). Movimientos Sociales Urbanos. México Siglo XXI.
- Costa, S. (1994). Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. Novos Estudos. No. 38, 38-53.
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. 2a. ed./Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getulio Vargas. (1991)
- Demanboro, A. C. e Figueiredo, P. J. M. (1989). Planejamento Energé-

tico brasileiro: Uma análise crítica do Setor Elétrico e a Proposta de Implantação da Usina Termoelétrica de Paulínia. In: O Projeto da termoelétrica em Paulínia, S.P.: a questão energética e a degradação sócio-ambiental/ Oswaldo Sevá e Lucia da Costa Ferreira(orgs.).Unicamp.Nepam.

Durham,Eunice(1984).Movimentos sociais: A construção da cidadania.Novos Estudos No.10.

Fainstein,Norman & Susan(1989). A mudança do caráter da política comunitária nas cidades norte-americanas:Nova York,1968-1988.Espaço & Debates.No.26.NERU.

Ferreira,Lucia C., Holler S. & Denise A.S.(1989).Luz e sombras: Disputas políticas em torno do projeto UTE-Paulínia. In: O projeto da termoelétrica em Paulínia, S.P.: a questão energética e a degradação sócio-ambiental/Oswaldo Sevá e Lucia da Costa Ferreira(orgs.).Unicamp.Nepam.

Ferreira,Lucia da C.(1991).Luz e Sombras.Sobrecargas ecossistêmicas: Ação social e cidadania na região de Campinas,S.P.  
Ciências Sociais Hoje.São Paulo.Vértice,Editora Revista dos Tribunais.p.153-181.

Ferreira, Leila da C.(1992a).Estado e ecologia:Novos dilemas e desafios(A política ambiental no Estado de São Paulo). Tese de doutorado.IFCH-Unicamp.mimeo.Campinas.S.P.

Ferreira, Leila da C. & Lucia da C. (1992b). Limites ecossistêmicos : novos dilemas e desafios para o Estado e para a Sociedade. In: Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável/Daniel Joseph Hogan, Paulo Freire Viera(orgs.). Campinas.S.P. Editora da Unicamp.

Ferreira, Leila da C. & Siviero, Simone de O. (1994) - Busca de alternativas de sustentabilidade nos novos padrões de urbanização -IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Anais vol. 2. ABEP-Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte.

Fuks, M. (1992). Natureza e meio ambiente: a caminho da construção de um consenso social. In: Ecologia, Ciência e Política/Miriam Goldenberg(coord.). Rio de Janeiro. Revan.

Gudynas, Eduardo (1992). Los múltiples verdes del ambientalismo latinoamericano. Nueva sociedad. No. 122. Caracas. Editora Texto.

Guimarães, R. P. (1992). Políticas de meio ambiente para o desenvolvimento sustentável: desafios institucionais e setoriais. Planejamento e Políticas Públicas. IPEA. no. 07. Brasília. p. 57-81.

---

(1991). A Assimetria dos interesses compartilhados: A América Latina e a Agenda Global do Meio Ambiente. In: Ecologia e Política Mundial./Hector R. Leis(org.). Rio de Janeiro.

Vozes.

Guimarães Jr.,R.(1991).A Eco-92 e o Direito Ecológico no Brasil.  
In: O Brasil na CNUMAD-92: Comentários sobre os subsídios  
técnicos para a elaboração do relatório nacional.Campinas.

Nepam-Unicamp.

Herzer, Hilda & Pirez,Pedro(1989)."Municipio y participacion  
popular en América Latina".Desarrollo Economico: Revista de  
Ciencias Sociales.Buenos Aires. IDES.p.187-205.

Jacobi,P.(1987).Movimentos sociais:teoria e prática em questão.In:  
Uma revolução no cotidiano?: Os novos movimentos sociais na  
América do Sul./Ilse Scherer-Warren, Paulo J. Krischke(orgs.).  
São Paulo.Brasiliense.

\_\_\_\_\_ (1989).Movimentos sociais e políticas públicas::demanda  
por saneamento básico e Saude: São Paulo,1974-84. São Paulo.  
Cortez.

Kärnen,H.(1987).Movimentos sociais: Uma revolução no cotidiano.  
In:Uma revolução no cotidiano?: Os novos movimentos sociais  
na América do Sul./Ilse Scherer-Warren, Paulo J. Krischke(orgs)  
São Paulo.Brasiliense.

Kerbauy,M.T.M.(1979).Poder Político Local: do coronelismo ao  
populismo(Um estudo de caso: São Carlos).Dissertação de mes-

trado.PUC-SP.mimeo.

Kinzo,M.D.G.(1980).Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil.Edições Símbolo.São Paulo.1980.

Lamounier,B.(1981).Representação Política: A Importância de certos formalismos.In: Direito, Cidadania e Representação./Bolivar Lamounier, Francisco C. Weffort e Maria Victoria Benevides. São Paulo.T.A.Queiróz Editor.

Machado,Paulo Affonso Leme(1994).Estudos de Direito Ambiental São Paulo. Malheiro Editores.

Mammarella, Rosetta(1993).Movimentos Sociais Urbanos: pensando uma realidade em construção. Ensaio FEE.Porto Alegre, (14)1:188-226.

Marshall,T.H.(1967).Cidadania, Classe Social e Status.Zahar Editores.Rio de Janeiro.

Monticelli,J.J. & Martins,J.P.S.(1993).A luta pela água - nas bacias dos Rios Piracicaba e Capivari.Capivari-S.P.Editoria EME.

Nunes,E. & Jacobi,P.(1985).Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista da Democracia.In: Cidade,Povo e Poder./ José Alvaro Moisés...(et all).Rio de Janeiro. Paz e Terra.

- Pádua, J. A. (1991). O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: Ecologia e Política Mundial./Hector R. Leis(org.). Rio de Janeiro. Vozes.
- Quirino, Célia Galvão & Montes, Maria Lucia(1987). Constituições Brasileiras e Cidadania. São Paulo. Editora Ática.
- Ribeiro, M. A. (1992). Meio Ambiente e mensagem. In: Ecologia e Desenvolvimento./Dalia Maimon(coord.). Rio de Janeiro. APED.
- Rolnik, S. (1994). Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. In: A cidadania em construção: Uma reflexão transdisciplinar./Mary Jane Spink(org.). São Paulo. Cortez.
- Romeiro, A. (1991). Desenvolvimento Econômico e a questão ambiental: Algumas considerações. Revista de Análise Econômica. ano 9. no. 16. UFRGS. Porto Alegre. RS.
- Sevá, O. (1989). O projeto da Termoelétrica em Paulínia, S. P., a questão energética e a degradação sócio-ambiental. (org.) Unicamp-Nepam. Coletânea de ensaios.
- Silva, J. A. (1994). Direito ambiental constitucional. São Paulo. Malheiros Editores.
- Silva, C. E. L. (1978). A conscientização ecológica do público. In:

Ecologia e Sociedade: Uma introdução às implicações sociais da crise ambiental / Carlos Eduardo Lins e Silva (coord.) São Paulo Edições Loyola.

Santos, Silvio Coelho & Nacke, Anelise (1991)- "A Eletronorte e os Projetos Hidrelétricos" / in: O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia. Jean Hébert (org.)

Silva, Ana Amélia (1990) - A luta pelos direitos urbanos: novas representações de cidade e cidadania. Espaço & Debates. No. 30. São Paulo. NERU.

Tomic, T. (1992). Participación y medio ambiente. Revista de la Cepal. no. 48. Santiago do Chile.

Tonella, C. (1991). Poder Local, Partidos e Eleições na reedição do pluripartidarismo em Maringá, Paraná-1978/1988: Um estudo de de caso. Dissertação de mestrado. Unicamp. mimeo.

Usina Termoelétrica de Paulínia: Rima-relatório de impacto ambiental / Cesp. Porto Alegre: Transtec, 1990. reeditado em São Paulo pela Cesp.

Vernier, Jacques (1994). O Meio Ambiente. Trad. Marina Appenzeller. Campinas. Papirus.

Vigevani, Tullo (1989). Movimentos sociais na transição brasileira:

as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa. In: Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania./E.J.Viola, I. Scherer-Warren & P.Krischke(org.). Editora da UFSC.1989.

Viola,E. & Scott M.(1987).Novos movimentos sociais:cultura política e democracia: Brasil e Argentina.In:Uma revolução no cotidiano?: Os novos movimentos sociais na América do Sul./Ilze Scherer-Warren, Paulo J. Krischke(orgs.).São Paulo.Brasiliense.

Zucca, Aldo Jacomo(1992).O direito da Terra: Rumo a um Direito Internacional Ambiental Efetivo.Rio de Janeiro:Qualitymark/Petrobrás.

#### Documentos

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU.Veda a construção, instalação e funcionamento de usina termelétrica no território de Mogi Guaçu. Projeto de Lei de Iniciativa Popular No.50/93.

---

Parecer da Comissão de Justiça e Redação a veto total do Sr. Prefeito Municipal ao Projeto de Lei No. 50/93, que veda a construção, instalação e funcionamento da usina termoelétrica no território do Município de Mogi Guaçu.04//08/93.

DOCUMENTO CESP. Ofício/P/694/93, de 29 de março de 1993.

\_\_\_\_\_. Síntese do relatório apresentado pela Acquaterra-Planejamento e Consultoria SCL. Outubro de 1991.

\_\_\_\_\_. Relatório à Diretoria(minuta). Relator: Antonio Carlos de Paiva Bonini. 23/10/91.

\_\_\_\_\_. Usina Termoeétrica da Região da Bacia do Rio Mogi Guaçu. Resumo Descritivo. Julho/93.

\_\_\_\_\_. Ofício OF/E/DR/34/92. 10/01/92

\_\_\_\_\_. Ofício 577/93. Resposta ao Promotor de Justiça de Mogi Guaçu Dr. Aroldo Costa Fo. De 25/03/93.

\_\_\_\_\_. Ofício 694/93. Ao Dr. Francisco Stella Jr. Procurador de Justiça Coordenador do C.A.O. as Promotorias de Justiça de Meio Ambiente. São Paulo-S.P.

\_\_\_\_\_. Ofício 175/93. À vereadora Janáina Rodrigues Martini. De 25/02/93.

\_\_\_\_\_. Ofício 434/93. Ao vereador Mario Vedovello Fo. De 17/03/93.

JAPAN CONSULTING INSTITUTE. Ofício/Fax JCI/92/583/B1.

De 20/11/92.

FUNDAÇÃO SOS-MATA ATLÂNTICA. Ofício datado de 24/09/91

PARECER SOBRE A CENTRAL HIDRELÉTRICA DA CACHOEIRA DE CIMA NO RIO MOGI GUAÇU DA CESP - Arsênio Osvaldo Sevá Fo.08/07/91.

PARECER JURÍDICO . Projeto contra a Termoelétrica. Renato Guimarães Jr. -1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS. Ofício 1.124/91. de 13/12/91.

CONSELHO DO MEIO AMBIENTE DE MOGI MIRIM. Relatório sobre a construção da PCH - Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira de Cima do rio Mogi Guaçu/Cesp.1991

RELATÓRIO TÉCNICO CESP/UNICAMP/FUNCAMP. Versão preliminar. Competitividade e impactos da usina termoelétrica a resíduos ultraviscosos de Petróleo em Paulínia. Campinas. mimeo. 1991.

---

.Sumário  
executivo. Competitividade e impactos da usina termoelétrica a resíduos ultraviscosos de Petróleo em Paulínia. Campinas. mimeo. Novembro de 1991.

THE EXPORT-IMPORT BANK OR JAPAN. Oficio/Fax. Our prospective loan to the thermal power project of Companhia Energética de São Paulo(CESP):Therms and Conditions. 31/03/89.

## ABSTRACT

This work discusses the relationship between the citizenship and environmental issues. It shows that the new Constitutional Rights - environmentals and about popular participation - which were included in a Federal Constitution of 1988, and in the others levels, like Municipals, are very important to consolidate a new citizenship.

It is a case study of a movement against the intention to construct one unit of a thermal power plants in Mogi Guaçu, São Paulo State, during 1992 and 1993.

The study of movement permits some approaches about themes, like: the popular participation, the direct democracy and the rôle of ambiental issues in a construction of an active citizenship.

It discusses the environmental problematics as indissociate component of the concept of citizenship. In fact the citizenship have roots in environmental issues.

The study also examines the importance of environmental actors - non-governamentals organizations and individuals - as essentials to initiate a popular action in defence of new rights.

After the Federal Constitution, the active citizenship has a most important performance in a municipal decisions, particularly, in the decisions that could affect the environment.

The consolidation of citizenship is another point approached by this work. It is a fact that, more and more, the comprehension of the environmental rights essentials to the life, bringing as imediate effect of a most fiscalization to the acts of Public Power.

Finally, the fact emerges clearly that the publics organizations, more and more, need to submit themselves to social imposition, to respect the environment as a important point to be considered in any public policy.